

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Notícias Gerais
Período de Análise: 01/10/2012 a 31/10/2012**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Índice

Banco do Brasil e Fetaesp formalizam parceria do PNHR – Site da CONTAG. 01/10/2012.....	6
Por uma ATER pública, gratuita e de boa qualidade – Site da CONTAG. 01/10/2012	7
FAMASUL realiza MS Agro em novembro – Site da CNA. 01/10/2012	8
Região Norte vai implantar cisternas - Site do MDS. 01/10/2012	9
Sob críticas, Arraes deixa presidência da Embrapa. Tarso Veloso – Valor Econômico. 01/10/2012.....	9
Banco de desenvolvimento se reinventa. John Paul Rathbone – Valor Econômico, Financial Times. 01/10/2012	10
Federações do Nordeste discutem agenda positiva para o setor agropecuário – Site da CNA. 02/10/2012.....	13
Mapa discutirá elaboração de plano para produção artesanal – Site do MAPA. 02/10/2012.....	13
MDS participa de curso para diplomatas africanos no Rio de Janeiro – Site do MDS. 02/10/2012.....	14
Parcerias são importantes para combate à pobreza no campo, avalia governo – Site do MDS. 02/10/2012.....	14
Presidente da Embrapa se demite por críticas à internacionalização. Vanildo Mendes e Venilson Ferreira – O Estado de São Paulo. 02/10/2012	15
Sindicância vai investigar braço internacional da Embrapa. Tarso Veloso – Valor Econômico. 02/10/2012	16
FAESC conclui roteiro de reuniões regionais para discutir situação da agropecuária em SC – Site da CNA. 03/10/2012.....	17
MDA divulga chamada pública de Ater para produtores de sementes crioulas na Região Sul – Site do MDA. 03/10/2012	18
Safra europeia de grãos recua para 281 milhões de toneladas. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo. 03/10/2012	20
Tecnologia, redenção da agricultura familiar. João Guilherme Sabino Ometto – O Estado de São Paulo. 04/10/2012	21
Governo eleva valor do imóvel financiado no 'Minha Casa, Minha Vida'. Célia Froufe – O Estado de São Paulo. 05/10/2012.....	22
Governo eleva limite do Minha Casa. Geralda Doca – O Globo. 06/10/2012.....	23
Governo determina o fim da Embrapa Internacional. Venilson Ferreira – O Estado de São Paulo. 06/10/2012	24
Resistência à crise. Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 06/10/2012	25
Mapa: técnicos analisam as transformações estruturais da agricultura brasileira – Site do MAPA. 07/10/2012	27
Editorial do O Globo e a relação com agronegócio – Site do MST. 08/10/2012	27

Mais 13,7 mil famílias serão atendidas por Ater do Brasil Sem Miséria – Site do MDA. 08/10/2012.....	30
Chamada pública de Ater vai atender 4,5 mil famílias quilombolas – Site do MDA. 08/10/2012.....	30
O premiado programa de PPPs de Minas Gerais. Antonio Anastasia – Valor Econômico. 08/10/2012.....	31
Pesquisador Maurício Antônio Lopes é o novo presidente da Embrapa – Site do MAPA. 10/10/2012.....	33
Novo presidente da Embrapa destaca a inteligência estratégica – Site do MAPA. 10/10/2012.....	34
China deverá triplicar importações do Brasil até 2025. Stella Fontes – Valor Econômico. 10/10/2012	36
Orientação é intensificar atuação no exterior, diz presidente da Embrapa – Site do MAPA. 11/10/2012	37
MDA lança Chamada de Ater para promoção da agricultura sustentável. Site do MDA. 11/10/2012.....	38
Novo presidente da Embrapa toma posse na próxima semana. Tarso Veloso – Valor Econômico. 11/10/2012	39
Governo prepara mais estímulos para exportações. Adriana Fernandes e Renata Veríssimo – O Estado de São Paulo. 12/10/2012	40
Mercado de semente vira alvo da Embrapa. Venilson Ferreira – O Estado de São Paulo. 12/10/2012.....	41
Fiesp vê pouca verba para pesquisa em agronegócio. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo. 12/10/2012	42
Pepe Vargas participa da 39ª Sessão do Comitê de Segurança Alimentar Mundial da FAO – Site do MDA. 13/10/2012.....	43
Novas regras para sindicatos - O Estado de S.Paulo. 13/10/2012.....	43
O Teorema de Eliseu. Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 13/10/2012	45
O novo ano da agricultura – O Estado de São Paulo. 15/10/2012.....	46
Conab doa 10,8 mil t de arroz para países africanos – Site da CONAB. 16/10/2012	47
MDA busca diretrizes para melhorar semiárido – Site do MDA. 16/10/2012.....	48
Governo prepara plano para estimular produção de pescado. Tarso Veloso – Valor Econômico. 16/10/2012	48
A crise mundial e o agronegócio - O Estado de S.Paulo. 16/10/2012	49
Sorriso recebe título de Capital Nacional do Agronegócio – Site do MAPA. 17/10/2012	51
Brasileira que levar plantio direto à Europa. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo. 17/10/2012.....	51
Um novo tempo para o agronegócio paulista. Antônio Julio Junqueira de Queiroz – O Estado de São Paulo. 17/10/2012	52
Desafios, ameaças e oportunidades do agronegócio brasileiro – Site da CNA. 18/10/2012.....	53

Economistas da Unicamp lançam Manifesto em Defesa da Civilização – Carta Maior. 19/10/2012.....	54
Embrapa participa da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – Site do MAPA. 19/10/2012.....	57
Inclusão de agricultores familiares no Mais Alimentos é destacada por ministro – Site do MDA. 19/10/2012	58
Produtores e governo em pé de guerra em MT. Tarso Veloso – Valor Econômico. 19/10/2012.....	59
'Corrida' acelerada em busca de variedades de milho tolerantes à seca. David Kesmodel The Wall Street Journal – Valor Econômico. 19/10/2012	60
Região é a "menina dos olhos" para o agronegócio. Carlos Vasconcellos – Valor Econômico. 19/10/2012	62
Atlas rural mostra os dois Brasis na produção agrícola. Daniela Amorim – O Estado de São Paulo. 20/10/2012	63
MDA lança hotsite para divulgar o Brasil Rural Contemporâneo 2012 – Site do MDA. 22/10/2012.....	64
Cadastro Único do Bolsa Família é o vetor das políticas públicas, diz ministra – Site do MDS. 22/10/2012.....	65
Cientistas sociais discutem Bolsa Família – Site do MDS. 22/10/2012	69
ONGs, transparência e sociedade. William Eid Junior – O Estado de São Paulo. 22/10/2012.....	70
Plano Safra da Pesca e Aquicultura é apresentado pelo Ministro Marcelo Crivella – Site da CONTAG. 23/10/2012	71
CNA estima que faturamento do setor agropecuário crescerá 8,7% em 2012 – Site da CNA. 23/10/2012.....	72
Bahia realiza primeira Exposição de Agricultura Familiar do Norte Nordeste do Brasil – Site da FETRAF. 23/10/2012	73
Atlas retrata realidade do campo brasileiro – Site do MAPA. 23/10/2012	74
Tecnologias alternativas para convivência com semiárido são introduzidas em assentamento paraibano – Site do INCRA. 23/10/2012	75
BRF terá produção na China a partir de 2014. Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico. 23/10/2012	75
Conab vende milho a "conta-gotas" no Nordeste. Tarso Veloso – Valor Econômico. 23/10/2012.....	76
Intocável, Bolsa Família terá verba 10% maior. Rodrigo Pedroso – Valor Econômico. 23/10/2012.....	77
Balança Comercial do agronegócio registra superávit de US\$ 59,2 bilhões até setembro – Site da CNA. 24/10/2012	81
Exportação de soja deve render US\$ 24 bi. Fernando Lopes – Valor Econômico. 24/10/2012.....	82
Toscana rural se reinventa ao aproveitar turismo. Fernanda Prado – Valor Econômico. 24/10/2012.....	82

PIB do agronegócio cai 1,77% até julho, diz CNA – Valor Econômico. 24/10/2012	84
Presidente Dilma lançou Plano Safra da Pesca – Site do MAPA. 25/10/2012.....	84
MDA investe no fortalecimento da pesca e aquicultura familiar – Site do MDA. 25/10/2012.....	85
Área agrícola maior abre espaço para máquinas brasileiras. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo. 25/10/2012	86
Área cultivada no Brasil alcança 68 milhões de hectares – Site do MAPA. 26/10/2012	87
Conab busca aproximação com comunidades indígenas – Site da CONAB. 26/10/2012.....	88
Governo reforça Bolsa Família, mas precisa cuidar da saída – Valor Econômico. 26/10/2012.....	89
CMN aprova R\$ 2 bi para renegociações. Edna Simão, Tarso Veloso e Murilo Rodrigues Alves – Valor Econômico. 26/10/2012	90
Preço e produtividade levam agricultura a valor recorde. Pedro Soares – Folha de São Paulo. 27/10/2012	91
Campanha estrelada pelo Rei Pelé chega a TV – Site da CNA. 28/10/2012	92
Brasil rico, Brasil pobre – O Estado de São Paulo. 28/10/2012.....	93
Opção pelo agronegócio permite desigualdade social, diz especialista. <i>José Coutinho Júnior</i> – Site do MST. 29/10/2012	94
Financiamentos da agricultura empresarial somam R\$ 26,5 bilhões – Site do MAPA. 29/10/2012.....	97
Ministério lança Núcleo de Inteligência Territorial nesta terça – Site do MAPA. 29/10/2012.....	98
Pelé entra em campo como astro da Campanha Time Agro Brasil da CNA – Site da CNA. 30/10/2012.....	98
Reunião do Condraf debate políticas públicas para povos e comunidades tradicionais – Site do MDA. 30/10/2012	99
Encontro reforça parceria entre governo e Igreja no combate à extrema pobreza – Site do MDS. 30/10/2012.....	100
Agronegócio representa cerca de 4% do PIB do RJ – Site da CNA. 31/10/2012	100

Banco do Brasil e Fetaesp formalizam parceria do PNHR – Site da CONTAG. 01/10/2012

Na manhã de 28 de setembro, sexta-feira, na cidade de Bauru, o Banco do Brasil e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (Fetaesp) firmaram parceria para a atuação do Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), do governo federal. Cerca de 100 pessoas, entre representantes do banco e federação, dirigentes dos sindicatos de trabalhadores rurais filiados à Fetaesp, além do secretário de Política Agrícola da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (Contag), Antoninho Rovaris, acompanharam a solenidade que formalizou o compromisso das duas instituições em viabilizar, no estado de São Paulo, ações para implementação do programa.

O PNHR compõe o Minha Casa, Minha Vida, e tem o objetivo de reduzir o déficit habitacional rural, oferecendo condições para que os produtores rurais tenham moradias de acordo com suas necessidades, seja por meio de construção ou reformas, de forma a contribuir para a manutenção do homem do campo na atividade rural. O Banco do Brasil é o agente financiador, enquanto a Fetaesp fará o papel de entidade organizadora, levantando as demandas, encaminhando propostas e gerenciando a execução do programa até a entrega das moradias para os agricultores, além de realizar um trabalho social para contribuir ao desenvolvimento dos beneficiários.

A principal vantagem apontada pelos representantes do Banco do Brasil é o subsídio de 96% do total de custos de construção, deixando somente 4% de investimento aos agricultores. Braz Albertini, presidente da Fetaesp, disse durante o evento que o programa é uma reivindicação antiga do movimento sindical no campo. “Nós temos um êxodo rural forte, então é preciso oferecer condições para que o agricultor permaneça na atividade, e a habitação é uma delas”, pontua. O Gerente Executivo da Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil, Álvaro Tosetto, apontou que o PNHR vem para complementar as políticas públicas voltadas ao setor. “Ao longo do tempo os produtores foram conquistando condições adequadas de financiamento para melhorar seus fatores de produção e conseguir gerar resultados, manter sua família, gerar receita e ainda não tinham a oportunidade de financiar a sua habitação ou a reforma de sua casa”. O pensamento é complementado pelo secretário de Política Agrícola da Contag. “Habitação pra nós não é uma casa apenas. É o complemento de uma enormidade dessas políticas que nós temos e que vai fazer com que esse agricultor possa tocar sua vida junto de sua família, essa vida futura com relação à questão da continuidade da atividade rural na sua propriedade”.

Após a solenidade de assinatura da parceria, os participantes acompanharam como será o funcionamento da aplicação do programa, que já tem no município de Apiaí um projeto piloto com a construção de nove unidades em execução.

Podem participar do PNHR produtores e trabalhadores rurais com renda bruta familiar de até R\$ 60 mil. As principais condições para acesso aos agricultores são: não ser ou ter sido beneficiário de programas habitacionais; não ter financiamento imobiliário ativo; estar sem restrições junto ao Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal e Receita; não ser proprietário, cessionário ou promitente

comprador de imóvel residencial urbano ou rural no atual local de domicílio ou onde pretenda fixá-lo, ressalvados os casos de reforma de moradia; não ser detentor de área superior a quatro módulos fiscais; e não ser assentado pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

Por uma ATER pública, gratuita e de boa qualidade – Site da CONTAG. 01/10/2012

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) anunciou que, em 2013, serão disponibilizados mais de R\$ 700 milhões para os programas de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES), coordenados pela Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). Foi anunciada ainda a contratação de 619 servidores, entre permanentes e temporários, para o quadro do ministério. Uma resposta parcial às pautas do Grito da Terra Brasil (GTB), quanto à estruturação e consolidação do MDA.

O SISTEMA

Após o anúncio da presidenta Dilma Roussef no lançamento do Plano Safra, e em atendimento aos anseios da 1ª Conferência Nacional de ATER (CNATER), um dos principais temas discutidos atualmente é a construção do Sistema Nacional de ATER, para o qual a CONTAG apresentou proposta ao MDA durante a 51ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF). Na ocasião, o Grupo de Trabalho Estratégico (GTE) do Comitê Nacional de ATER ficou com o papel de estudar a proposição da CONTAG e aquela no âmbito do ministério para a unificação de estratégias. O GTE propôs um sistema com as seguintes características:

CONDRAF: o conselho nacional terá papel deliberativo na definição das diretrizes anuais, dos planos de ATER e do público a ser atendido, e papel consultivo na sistemática de identificação e qualificação de demandas, no estabelecimento de normas de credenciamento e de certificação das prestadoras de serviços;

ENTIDADE NACIONAL: que será vinculada ao MDA e fará a coordenação das ações e gestão financeira, com conselho de administração e orçamento flexível, desvinculado da União;

DISTRIBUIÇÃO DE RECURSOS: haverá repasses diretos para despesas de custeio das atividades das instituições estatais de ATER, em percentuais anuais, a partir de metas e resultados pactuados, e chamadas públicas para as demais prestadoras de serviço;

PÚBLICO: o atendimento é direcionado aos beneficiários da Lei 11.326/2006, qualificados na CNATER;

DESCENTRALIZAÇÃO: o sistema será descentralizado e terá normas para a relação com os estados e municípios, que poderão fazer sua adesão com base em critérios estabelecidos, nos quais serão definidos os seus respectivos papéis. “Há muito tempo a

CONTAG cobra uma ATER pública, gratuita e de boa qualidade, que respeite os saberes, tanto técnicos quanto dos povos”, analisa Antoninho Rovaris, secretário de Política Agrícola da CONTAG.

O CONDRAF aprovou essa proposição na sua 6ª Reunião Extraordinária e recomendou que o MDA a apresentasse à Casa Civil, onde já se encontra a proposta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O GTE será responsável pelo monitoramento da tramitação no âmbito do núcleo do governo.

FAMASUL realiza MS Agro em novembro – Site da CNA. 01/10/2012

A Federação de Agricultura e Pecuária de MS (FAMASUL) realiza no dia 20 de novembro o Seminário MS Agro – Desafios Estratégicos para a Competitividade do Agronegócio de Mato Grosso do Sul. O evento abordará discussões sobre perspectivas de mercado e projeções da produção agropecuária para os próximos anos. Com entrada gratuita, o MS Agro acontece a partir das 13 h, no auditório da entidade.

O seminário trará como palestrantes o economista José Roberto Mendonça de Barros, com doutorado em Economia pela Universidade de São Paulo e Pós-doutorado no Economic Growth Center, Yale University; o presidente da Monsanto, André Dias; e o senador Waldemir Moka. O especialista em agronegócio, professor da Esalq/USP, Marcos Jank, irá comandar o Talk Show “Construindo um novo Brasil”.

O MS Agro é realizado pela Federação de Agricultura e Pecuária de MS (FAMASUL), Fundação Educacional para o Desenvolvimento Rural (Funar) e Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR/MS). Conta com a parceria da Associação dos Produtores de Soja de MS (Aprosoja/MS), Bolsa Brasileira de Mercadorias, Fundo de Desenvolvimento das Cadeias do Milho e Soja de MS (Fundems), Granos Consultoria, Monsanto, Organização das Cooperativas Brasileiras de MS (OCB/MS) e Sebrae/MS.

As inscrições são gratuitas e serão disponibilizadas no site da FAMASUL – www.famasul.com.br. A Famasul fica na Rua Marcino dos Santos, 401, bairro Chácara

Cachoeira. Mais informações no (67) 3320-9700.

Programação MS Agro

13 horas- Inscrição/ credenciamento

14 horas – Abertura - Presidente da Famasul - Eduardo Riedel

14h30 - Palestra com o economista José Roberto Mendonça de Barros

15h30 - Coffee-break

16 horas - Talk Show - Construindo um Novo Brasil - Desafios e Oportunidades para o Agronegócio - Mediador: Marcos Jank - professor Esalq/USP, especialista em agronegócio

- José Roberto Mendonça de Barros – economista
- André Dias - presidente da Monsanto
- Waldemir Moka - Senador da República

18 horas - Encerramento

Assessoria de Comunicação do Sistema FAMASUL

www.famasul.com.br

Região Norte vai implantar cisternas - Site do MDS. 01/10/2012

Acre, Amazonas e Pará têm projetos aprovados para garantir acesso a água potável. MDS vai investir R\$ 70 milhões

Brasília, 2 – O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) publicou na sexta-feira (28) o resultado de seleção para implantação da tecnologia social das cisternas para garantir água potável a famílias da área rural da Região Norte. O investimento total do MDS será de R\$ 70 milhões.

Foram selecionados os governos do Acre, Amazonas e Pará. O Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam), com sede no Pará, também foi escolhido, sendo a única entidade sem fins lucrativos aprovada. O valor máximo a ser desembolsado por projeto é de R\$ 15 milhões para órgãos e instituições públicas e de R\$ 3 milhões para organizações sem fins lucrativos.

A ação faz parte do Plano Brasil Sem Miséria e do programa Água para Todos. Segundo dados de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 250 mil famílias vivem na extrema pobreza na região e 56% desses domicílios não têm acesso a água potável.

Agora, os projetos serão avaliados. Em 15 de outubro, na sede do MDS, em Brasília, reunião técnica fará ajustes e alterações necessárias para a implantação dos projetos apresentados.

Sob críticas, Arraes deixa presidência da Embrapa. Tarso Veloso – Valor Econômico. 01/10/2012

Na presidência da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) desde julho de 2009, o pesquisador carioca Pedro Arraes será exonerado "a pedido" do cargo. A medida deve ser publicada amanhã no Diário Oficial da União.

O **Valor** apurou, porém, que a saída de Arraes foi determinada pelo governo federal após críticas à sua gestão, sobretudo em relação aos investimentos da Embrapa Internacional. Após a exoneração, será aberta uma sindicância interna para investigar os programas e projetos da área.

A decisão pela exoneração foi tomada na quinta-feira, após uma reunião entre Pedro Arraes, o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro e o secretário-executivo da Pasta, José Carlos Vaz. O comando da Embrapa será assumido, interinamente, pela diretora-executiva de Administração e Finanças, Vania Beatriz Castiglioni, que é capixaba e está na estatal desde 1989.

Fontes afirmam que há uma disputa de grupos por mais poder dentro da estatal e que Arraes acabou no meio do fogo cruzado. Após a paralisação dos cientistas, em junho, o ex-presidente foi criticado por não negociar com os grevistas e perdeu mais prestígio junto aos servidores.

No governo, Arraes teria perdido força ao se negar a conversar sobre a transformação da empresa em autarquia especial e diante de suas dificuldades em tornar mais transparentes as finanças e investimentos da estatal. O suposto isolamento da estatal em virtude da visão estratégica, considerada por servidores como "inapropriada", a falta de renovação de pessoal e de verbas para pesquisas também foram colocados na conta de Arraes.

A estatal perdeu mercado com o avanço das pesquisas com organismos geneticamente modificados (OGMs). Desde 2005, a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), responsável por liberar a pesquisa e a comercialização de transgênicos no país, deu sinal verde para a venda de 33 variedades transgênicas no mercado - 14 delas apenas em 2010 e 2011, sendo sete de milho, três de algodão, três de soja e uma de feijão.

A Embrapa responde somente por duas liberações - uma de soja (em parceria com a Basf) e uma de feijão, que ainda não chegaram no mercado. A estatal prevê que a soja estará disponível para o produtor em 2013 e o feijão, em 2014.

Banco de desenvolvimento se reinventa. John Paul Rathbone – Valor Econômico, Financial Times. 01/10/2012

Em agosto, Erika Sylva cruzou o mundo em uma longa viagem de avião. O motivo? A ministra da Saúde do Equador viajou a Pequim para comprar US\$ 50 milhões em equipamentos médicos chineses para o sistema de saúde equatoriano. O dinheiro veio de um crédito de US\$ 2 bilhões que a China concedeu ao Equador em 2011.

Na mesma época, mas separadamente, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com sede em Washington, aprovou investimento de US\$ 5 milhões em um fundo de capital de risco promovido pelo governo do México para fornecer capital inicial e consultoria estratégica a médias e pequenas empresas mexicanas.

Embora as somas sejam pequenas, esses exemplos contrastantes - um empréstimo de um governo a outro, atrelado a compras de bens chineses; e uma iniciativa multilateral

para incentivar empreendimentos privados mexicanos - mostram como a atividade de banco de desenvolvimento vem mudando em todo o mundo, especialmente na América Latina.

"Há uma revolução [no financiamento ao desenvolvimento]. Está acontecendo. E a América Latina é uma das regiões onde a redefinição é mais profunda", afirma Augusto de la Torre, principal economista do Banco Mundial para América Latina.

Essa "revolução" se manifesta de várias formas, mas em grande parte se deve a um fator. O financiamento ao desenvolvimento é agora "uma pequena gota nos fluxos financeiros mundiais", diz De la Torre. Um motivo disso é a globalização dos mercados financeiros.

"A teoria original dos bancos de desenvolvimento era de que eles ajudavam a cobrir os déficits de financiamento dos países. Essa teoria não se sustenta mais, já que a maioria dos governos pode levantar dinheiro nos mercados internacionais", afirma De la Torre.

Em 2010, por exemplo, os influxos totais de capitais privados à América Latina superou os US\$ 280 bilhões, de acordo com o Instituto de Finanças Internacionais (IIF). É quase dez vezes o valor combinado dos empréstimos concedidos pelo Banco Mundial e o BID no mesmo ano.

Outro motivo para a revolução é a China, que busca assegurar recursos naturais e influência na América Latina distribuindo parte de suas imensas reservas estrangeiras.

Em 2010, por exemplo, a China emprestou cerca de US\$ 37 bilhões à América Latina, estima Kevin Gallagher, da Boston University, mais do que o Banco Mundial e o BID liberaram na região naquele ano.

O dinheiro chinês, no entanto, não chega barato. "De modo geral, os captadores precisam pagar um valor a mais", diz Gallagher. Em grande parte, o dinheiro foi para apenas três países - Venezuela, Equador e Argentina.

"Até agora, a China está realmente financiando apenas países que carecem de acesso aos mercados de capitais, essencialmente porque seu risco político exige um ágio alto", comenta José Antonio Ocampo, da Columbia University, que foi ministro das Finanças da Colômbia e um dos candidatos neste ano a chefiar o Banco Mundial.

A terceira razão para a revolução é a ascensão dos bancos de desenvolvimento regionais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) do Brasil - cujo balanço patrimonial é maior que o do Banco Mundial - e a Corporação Andina de Fomento (CAF), com sede na Venezuela, mas que é uma instituição de crédito pan-americana. Como os acionistas também são os governos locais, seus empréstimos muitas vezes são liberados com rapidez, já que não exigem as mesmas condições que a sociedade civil ocidental determina para as instituições multilaterais em Washington.

"Há 20 anos, parecia que os bancos de desenvolvimento regionais estavam condenados", acrescenta Ocampo. "Agora, parece que todos os querem, até a Europa."

Os efeitos dessa revolução - que deixou de lado a mentalidade predominante sobre "escassez de financiamento" e trouxe uma nova, preocupada em melhor aproveitar o financiamento disponível - estão em pleno andamento. Por um lado, as instituições multilaterais ainda têm papel valioso a desempenhar, como fornecedoras de fundos anticíclicos. Durante a crise financeira mundial de 2008 e 2009, por exemplo, o Banco Mundial e o BID ampliaram as liberações quando os mercados privados ficaram congelados.

"Nossos clientes ainda querem exposição máxima conosco, porque sabem que os mercados de capitais se abrem e fecham", diz Koldo Echebarría, diretor de planejamento estratégico do BID. "Eles também dão valor a nossos serviços de assessoria", acrescenta, destacando que o BID recebe pedidos de empréstimo de US\$ 18 bilhões por ano, acima de sua capacidade, de US\$ 12 bilhões. Para os tempos de normalidade, contudo, é necessária uma profunda redefinição.

Não é mais suficiente que os bancos de desenvolvimento desempenhem seu papel tradicional de intermediários financeiros, valendo-se de seu rating "AAA" para captar dinheiro barato nos mercados internacionais e, então, emprestá-lo a países com uma margem estreita. É necessária uma redefinição filosófica.

Até os anos 70, de modo geral, presumia-se que os "burocratas sabiam mais". Nos anos 80 e 90, que o "mercado sabia mais". Agora, depois da crise financeira mundial, ambos são vistos como tendo papéis coadjuvantes.

Um bom exemplo da mudança é o banco de desenvolvimento mexicano Nafin, que criou uma plataforma eletrônica aberta em que centenas de fornecedores do Walmart local podem negociar suas contas a receber com investidores privados. Agora, em vez de receber em 180 dias, como no sistema normal de pagamento do Walmart, eles podem ter o dinheiro de imediato.

Uma redefinição filosófica também é necessária no que se refere a quem empresta a quem. Isso fica mais visível nas exigências do mundo emergente por maior voz no comando do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e BID e na disposição de países como China e Brasil para entrar com mais dinheiro nos aumentos de capital dessas instituições.

Se, em grande parte, essas ideias vêm sendo rejeitadas, é porque os países industrializados mostram-se relutantes em ceder poder ou, no caso do Banco Mundial, de entrar com um volume de capital adicional correspondente, que lhe permita expandir a concessão com todas as salvaguardas tradicionais exigidas.

A eficiência dessa abordagem é discutível. De uma forma ou de outra, as potências emergentes do mundo vêm diluindo o Ocidente, como mostra o aumento da presença financeira da China na América Latina. Não é mais suficiente que os bancos de desenvolvimento apenas desempenhem seu papel tradicional de intermediários financeiros.

Federações do Nordeste discutem agenda positiva para o setor agropecuário – Site da CNA. 02/10/2012

Presidentes de Federações de Agricultura e Pecuária do Nordeste se reuniram, nesta terça-feira (2/10), na sede da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em Brasília, para discutir a elaboração de propostas para alavancar o crescimento do setor agropecuário na região. O encontro faz parte do processo de elaboração de uma agenda positiva para o Nordeste, que consolidará as principais demandas da atividade, com o objetivo de buscar parcerias com o setor público e a iniciativa privada para desenvolver o segmento rural nordestino, a partir de ações voltadas, entre outras finalidades, para o aumento da produção e a garantia de renda ao produtor.

Entre as propostas levantadas pelos participantes, constam projetos para a melhoria da logística e infraestrutura, ampliação da extensão rural e assistência técnica, capacitação de mão-de-obra, investimentos em educação e ações de estímulo para instalação de agroindústrias. Os presidentes das Federações abordaram, também, temas como o acesso a pesquisa e ao desenvolvimento, a cobertura do seguro rural para questões específicas, como a distribuição de feno e silagem, insumos utilizados na pecuária para a alimentação de animais na região do semi-árido, além de proposições para solucionar o endividamento dos agricultores nordestinos.

Outros itens debatidos na reunião foram a exploração de mais áreas para irrigação, o incentivo ao cultivo da palma forrageira, além da elaboração de projetos de reflorestamento, uso de energia solar e eólica e de captação hídrica para a produção agropecuária. As propostas para a região serão analisadas e consolidadas em um documento único, com as principais demandas do setor para alavancar a agropecuária nordestina.

Participaram do encontro o 1º vice-presidente da CNA e presidente da Federação da Agricultura e Pecuária da Bahia (FAEB), João Martins da Silva Júnior, os presidentes das Federações de Agricultura e Pecuária do Ceará (FAEC), Flávio Saboya, da Paraíba (FAEPA), Mário Borba, do Rio Grande do Norte (FAERN), José Álvares Vieira, e o vice-presidente diretor da CNA, José Ramos Torres de Melo.

Mapa discutirá elaboração de plano para produção artesanal – Site do MAPA. 02/10/2012

Será a primeira reunião dos integrantes do Grupo de Trabalho (GT) constituído para estabelecer um plano de ação e cronograma de trabalho

Técnicos do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e representantes do setor produtivo da cadeia do leite e derivados devem se reunir na segunda quinzena de outubro para definir a agenda estratégica de implantação de políticas públicas para os produtores artesanais.

Será a primeira reunião dos integrantes do Grupo de Trabalho (GT) constituído recentemente com a finalidade de estabelecer o plano de ação e um cronograma de trabalho para revisar a Instrução Normativa nº 57 e estabelecer o marco regulatório para a produção e comercialização de produtos artesanais. A coordenação das atividades

cabará à Câmara Setorial do Leite e Derivados, que tem a participação de diferentes segmentos da cadeia produtiva.

Para o secretário de Defesa Agropecuária do Mapa, Enio Marques, é preciso uma revisão imediata das normas regulamentadoras do segmento de produção em âmbito nacional e o ministério está trabalhando com esse propósito. A IN 57, publicada em dezembro pelo Mapa, trata da produção e comercialização de queijos feitos a partir de leite cru.

MDS participa de curso para diplomatas africanos no Rio de Janeiro – Site do MDS. 02/10/2012

Evento organizado pelo Itamaraty visa aproximar países daquele continente ao Brasil e apresentar modelos de gestão

Brasília, 3 – O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por meio da Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), participa do III Curso de Diplomatas Africanos no Palácio do Itamaraty, no Rio de Janeiro. Diplomatas daquele continente reúnem-se no evento para ter acesso às políticas públicas brasileiras, por meio de palestras em regime de imersão, com visitas turísticas e de conhecimento cultural.

Ministros de Estado, secretários, especialistas e autoridades das relações internacionais fazem palestras temáticas até sexta-feira (5), conforme a abrangência de cada ministério ou instituição participante. Ao meio-dia de quinta-feira (4), a secretária nacional de Assistência Social do MDS, Denise Colin, abordará políticas sociais bem-sucedidas e as transformações que provocaram no contexto político atual do Brasil. A palestra se intitula “Política social no contexto brasileiro – Breves considerações”.

Os demais debates envolvem perspectivas históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas do relacionamento afro-brasileiro. A intenção é despertar a reflexão sobre semelhanças dos desafios por que passam continentes irmãos. A programação envolve ainda visita técnica e de cortesia a órgãos estratégicos do Brasil nas relações com o exterior, para a exibição dos modelos do país nas áreas financeira, agrícola e empresarial, por exemplo.

Idas ao Maracanã, a museus cariocas, ao Cristo Redentor e até um city tour estão agendadas. A ideia é mostrar às delegações africanas, em curto intervalo de tempo, um panorama do Brasil e da gestão pública como um todo.

Ao todo, 12 países de língua francesa participam da terceira edição do curso, idealizada pelo Ministério das Relações Exteriores, por meio da Fundação Alexandre Gusmão.

Parcerias são importantes para combate à pobreza no campo, avalia governo – Site do MDS. 02/10/2012

Participantes de seminário que debate políticas voltadas à área rural destacam avanços alcançados com ações de inclusão produtiva e reforçam necessidade de manter o trabalho conjunto

Brasília, 2 – Discutir e analisar políticas de inclusão produtiva no combate à pobreza rural e identificar boas práticas de governos estaduais no desenho de estratégias e implantação de ações. Com esse objetivo, representantes de diversos ministérios, secretarias estaduais e entidades ligadas ao tema estão reunidos em Brasília, nesta terça-feira (2), no “Seminário Políticas de Inclusão Produtiva no Combate à Extrema Pobreza Rural”.

A secretária nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Maya Takagi, representou o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) no evento, participando dos primeiros debates. Ela destacou os resultados positivos que estão sendo alcançados nessa área. “É importante reconhecermos que, nos últimos anos, o meio rural conseguiu avançar na redução de desigualdades, o que evidencia o fato de que todas as políticas elaboradas com foco nessa população estão atuando de maneira correta.”

Para Maya, as ações do governo Dilma reforçam o sucesso. “O Brasil está indo pelo caminho certo. E vai caminhar de maneira ainda mais promissora com os objetivos do Plano Brasil Sem Miséria e com a parceria de todo o governo.”

O subsecretário de Ações Estratégicas da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, Ricardo Paes de Barros, reforçou a avaliação da secretária nacional do MDS, ressaltando a importância das parcerias entre os vários níveis de governo. “A saída da pobreza do campo não pode ser trabalhada como uma ação individual. A importância das parcerias e do compromisso de todos os estados com o governo federal é fator fundamental para o sucesso das estratégias executadas no campo e a promoção desse resultado coletivo.”

Programação – O seminário segue até o final do dia, com a apresentação dos governos do Maranhã, Piauí, Acre e Amapá de seus planos de inclusão produtiva para combate à pobreza nas áreas rurais. No encerramento do evento, representantes do Rio de Janeiro, de Santa Catarina e São Paulo tratam de questões relacionadas às microbacias.

Presidente da Embrapa se demite por críticas à internacionalização. Vanildo Mendes e Venilson Ferreira – O Estado de São Paulo. 02/10/2012

Desgastado e sem apoio político, o presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Pedro Arraes, pediu demissão ontem. O ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, aceitou e designou a diretora de Administração e Finanças, Vânia Beatriz Rodrigues Castiglioni, para responder interinamente pelo cargo.

A exoneração do dirigente, que deve ser publicada hoje no Diário Oficial da União, foi antecipada pela coluna Direto de Brasília, assinada pelo jornalista João Bosco Rabello. No quadro da Embrapa desde 1980, Arraes pediu demissão menos de dois meses após ser reconduzido ao cargo pela presidente Dilma Rousseff.

O ministro disse ao Estado que Arraes alegou estar insatisfeito com as críticas, feitas pelo conselho de administração da estatal, à Embrapa Internacional, criada por ele em abril para articular as ações de pesquisa nos diversos continentes. Ribeiro Filho não

detalhou quais seriam as falhas de processo de internacionalização, nem entrou no mérito das insatisfações que vinham afetando a capacidade gerencial da estatal.

A Embrapa acabou perdendo sua visão estratégica e a liderança em pesquisas para corporações multinacionais, segundo relatório de análise interna. Com isso, multinacionais tomaram a dianteira nas novas descobertas e a Embrapa saiu da agenda dos empresários brasileiros. Procurado, Arraes não se manifestou sobre as críticas.

Sindicância vai investigar braço internacional da Embrapa. Tarso Veloso – Valor Econômico. 02/10/2012

A Embrapa vai iniciar ainda neste mês uma sindicância interna para investigar a figura jurídica e as operações de seu novo braço de atuação no exterior. O **Valor** apurou que estão principalmente nesta frente os problemas ou divergências que levaram à saída de Pedro Arraes da presidência da empresa, medida que deverá ser confirmada hoje com a publicação de sua exoneração no Diário Oficial. Ontem ele trabalhou.

Anunciada no início de 2011, a Embrapa Internacional, oficialmente, ainda não saiu do papel, mas fontes ligadas à estatal afirmam que ela é praticamente independente, inclusive com autonomia para captar recursos de fontes como Banco Mundial (Bird), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), além de agências de fomento como a Fundação Bill & Melinda Gates.

Apesar de a investigação ainda não ter começado, opositores de Arraes na Embrapa afirmam que algumas parcerias com empresas em outros países foram firmadas mesmo sem o início formal dos trabalhos do braço internacional. Com isso, dizem, operações financeiras que deveriam ser realizadas em contas da estatal no Brasil foram conduzidas por meio de bancos no exterior. A investigação interna vai avaliar se de fato foram feitas essas operações, se houve perdas financeiras por isso e se algum estágio do processo de criação da Embrapa Internacional será revisto. A ideia era que a divisão tivesse uma diretoria independente.

Os apoiadores de Arraes na Embrapa, em contrapartida, afirmam que o governo decidiu penalizar a "insubordinação" do presidente da empresa, que divergia da cúpula do Ministério da Agricultura sobre a gestão de suas operações internacionais. Essa ala diz que Arraes defendia uma atuação descentralizada e ágil, enquanto o ministério fazia questão de controlar cada passo das ações. Procurados, Embrapa e Arraes preferiram não comentar.

Reconduzido ao cargo em 16 de agosto para seu segundo mandato, Arraes foi trazido às pressas dos EUA para uma reunião com o ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, na quinta-feira, quando, segundo apurou o **Valor**, foi informado da decisão de tirá-lo da presidência, posição que ocupa desde 7 de julho de 2009. Geneticista, ele era chefe-geral da Embrapa Arroz e Feijão e assumiu o cargo em meio a um embate político. Em março de 2009, o físico Sílvio Crestana pediu afastamento do cargo e oito nomes foram inicialmente selecionados. Após lobbies nos bastidores, na lista tríplice enviada para a escolha do então presidente Lula o geneticista Arraes, primo do governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB), já era o favorito.

O comando da Embrapa será assumido, interinamente, pela diretora-executiva de Administração e Finanças, Vania Beatriz Castiglioni, que é capixaba e está na estatal desde 1989. Ela é engenheira agrônoma pela Universidade Federal do Espírito Santo. Outro nome forte para assumir a estatal é do pesquisador mineiro e diretor-executivo de Pesquisa & Desenvolvimento, Mauricio Antônio Lopes. Engenheiro agrônomo pela Universidade Federal de Viçosa (MG), Lopes tem mestrado e doutorado nos EUA e pós-doutorado na Itália.

A troca é encarada como uma boa notícia pelo Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Pesquisa e Desenvolvimento Agropecuário (Sinpaf). "A gestão que sai é uma gestão que os funcionários têm rejeição imensa", afirma o presidente da entidade, Vicente Almeida.

FAESC conclui roteiro de reuniões regionais para discutir situação da agropecuária em SC – Site da CNA. 03/10/2012

Para debater os assuntos do setor primário da economia catarinense e analisar o desempenho do agronegócio a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (FAESC) desenvolveu série de reuniões regionais com dirigentes de Sindicatos rurais no mês de setembro.

Os encontros aconteceram nos municípios de Pinhalzinho, Fraiburgo, Lages, Canoinhas, Rio do Oeste e Jaguaruna sob coordenação do presidente José Zeferino Pedrozo.

O primeiro vice-presidente João Francisco de Mattos apresentou a avaliação das atividades do programa Sindicato Forte. Pesquisa realizada junto aos sindicatos constatou que todos implementaram ações de organização, reestruturação e dinamização da atividade sindical. O programa Sindicato Forte prioriza a requalificação dos dirigentes sindicais rurais para o exercício de uma liderança sustentável e estrategicamente consolidada; a capacitação do corpo funcional dos Sindicatos rurais ajustando-o às exigências burocráticas e administrativas de um sindicato atuante; o estabelecimento de instrumentos de reconhecimento situacional, controle e planejamento para a implementação de estratégias de consolidação sindical.

Em seguida, o vice-presidente de finanças Nelton Rogério de Souza fez uma avaliação do Código Florestal aprovado no Congresso Nacional e dos programas do leite e de gado de corte desenvolvidos pela FAESC.

Para Souza, com a nova lei ambiental, os produtores terão mais segurança para manter suas atividades. Um dos avanços da legislação ambiental é a questão da preservação das margens dos rios. No texto original do Poder Executivo, a margem de recomposição variava entre 5 e 15 metros, para pequenas propriedades localizadas nas margens de rios, independente da largura dos cursos d'água. Os deputados e senadores alteraram de 20 para 15 metros a área a ser recuperada nas médias propriedades, com rios de até 10 metros de largura. Acima de 10 metros, as faixas de recuperação variam de 20 a 100 metros.

Outro avanço do novo Código Florestal é a autorização para soma das áreas de reserva legal com as Áreas de Preservação Permanentes (APPs). A reserva legal varia entre 20% e 80%, dependendo do bioma. Antes do novo código, essas figuras eram

calculadas separadamente, o que inviabilizava, em muitos casos, a produção agropecuária. “Muitos produtores rurais ficavam devendo terra, porque o somatório das duas áreas consumia toda a propriedade”, comentou.

Souza explicitou o mercado do leite, realçando que, neste ano, a atividade vem remunerando bem o produtor rural, embora a importação continue em alta. Assinalou que a produção em Santa Catarina foi a que mais cresceu no Brasil em 2011 (9%), o que deve se repetir em 2012.

Situação

O vice-presidente de secretaria Enori Barbieri fez um balanço da crise causada aos pequenos e médios frigoríficos em razão do exagerado encarecimento dos insumos (milho e farelo de soja) para a produção de aves e suínos. O dirigente prevê que em 2013 o setor primário terá um ano de alto desempenho e todos os segmentos da agricultura catarinense viverão um período de plena sustentabilidade ambiental e mercadológica. Os preços de grãos, leite e carne remunerarão de forma amplamente satisfatória os produtores e empresários rurais. Haverá aumento geral da produtividade em face do maior emprego de recursos tecnológicos. Exemplo disso é o consumo de fertilizantes para a safra 2012/2013 que já cresceu 10%. A elevação da produtividade expandirá a produção geral de grãos. As lavouras de soja serão ampliadas em pelo menos 15%. O aumento da demanda e os baixos estoques mundiais manterão os preços aquecidos. Barbieri anunciou que em 19 de outubro, na cidade de Lages, o governo e a Faesc lançarão a GTA (guia de transporte de animais) eletrônica.

O presidente José Zeferino Pedrozo abordou a questão da contribuição sindical, pedindo o empenho dos sindicatos em sua cobrança. Lembrou que se trata de um imposto de recolhimento obrigatório cujo produto é destinado aos Sindicatos rurais (60%), Ministério do Trabalho (20%), Faesc (15%) e CNA (5%).

Também mostrou preocupação com a incessante saída de jovens do campo. A FAESC desenvolve o Programa Empreendedor Rural (PER) para manter os jovens na atividade agropecuária e elevar suas condições de competitividade, mas programas de formação de outras instituições e o assédio de empresas urbanas vem mantendo o êxodo juvenil em alta.

O superintendente do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural em Santa Catarina, Gilmar Antônio Zanluchi, relatou o desempenho do SENAR neste ano, as ações desenvolvidas e as reuniões de planejamento para o exercício de 2013.

Na etapa final os presidentes dos Sindicatos rurais apresentaram as questões relacionadas às suas respectivas microrregiões.

MDA divulga chamada pública de Ater para produtores de sementes crioulas na Região Sul – Site do MDA. 03/10/2012

Produtores de sementes crioulas nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná receberão assistência técnica e extensão rural (Ater) específica para qualificar e ampliar a produção. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio da

Secretaria da Agricultura Familiar, divulga nesta quarta-feira (3) Chamada Pública no valor de R\$ 5 milhões para selecionar entidades para prestar os serviços de Ater.

A chamada vai beneficiar 2,7 mil famílias (500 no Paraná, 500 no Rio Grande do Sul e 1,7 mil em Santa Catarina), por meio de atividades individuais e grupais, visando o planejamento, a execução e a avaliação das atividades. O diretor do Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural da SAF/MDA, Argileu Martins, explica que os estados selecionados possuem uma produção minimamente organizada, mas que carece de assistência técnica para qualificar e ampliar o processo de produção.

O atendimento será feito durante 18 meses e prevê a elaboração de um Plano de Plantio de Sementes Crioulas, visando a produção de sementes para autoconsumo e organização do excedente para acesso ao mercado. Também deverão constar no plano ações de gestão ambiental e incentivo à adoção de tecnologias adequadas à realidade local.

O objetivo do atendimento é fomentar a produção de sementes, projetos de geração de renda e o acesso às políticas públicas, como estratégias para contribuir no fortalecimento da agricultura familiar.

"Transformar um produtor de grão (de milho, por exemplo) em produtor de sementes amplia sua renda em pelo menos três vezes. Esse é o grande diferencial: a assistência técnica orienta os agricultores para serem produtores de semente e agregarem valor a sua produção", explica o diretor Argileu.

Podem participar da chamada pública instituições públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, credenciadas no Sistema Brasileiro de Assistência e Extensão Rural.

Não serão beneficiários desta Chamada assentados da reforma agrária nem agricultores familiares já assistidos por convênios, contratos de repasse e contratos administrativos de Ater.

Acesse aqui a chamada e saiba quais os municípios beneficiados, a descrição das atividades e requisitos de qualificação da equipe técnica.

Prazo

As propostas deverão ser enviadas até 30 dias a contar da data de publicação da chamada no portal do MDA (03 de outubro de 2012) e do extrato da Chamada Pública no Diário Oficial da União.

O que é

As sementes e mudas crioulas não passam por manipulação genética, industrial ou em laboratório. Seu desenvolvimento, adaptação ou produção são realizados por agricultores familiares.

Safra europeia de grãos recua para 281 milhões de toneladas. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo. 03/10/2012

A safra de grãos da União Europeia deverá recuar para 281 milhões de toneladas em 2012/13, uma queda de 2% em relação ao volume de 287 milhões do período anterior.

Assim como ocorreu nos Estados Unidos e na Rússia, parte das lavouras da Europa, principalmente as do sul do continente, foram afetadas por falta de chuva.

Um dos problemas dessa queda é que os países mais afetados são os que já sofrem os maiores problemas econômicos na região.

A produção espanhola de grãos, por exemplo, deverá recuar para 16,6 milhões de toneladas, bem abaixo dos 21,1 milhões de 2011/12.

A queda ocorre mesmo com o aumento de área plantada, que foi a 6 milhões de hectares, 5% mais do que na safra anterior. As principais reduções de produção foram de trigo, aveia e cevada.

A produção italiana recua para 16,9 milhões de toneladas, contra 18,1 milhões em 2011/12. A safra de milho despencou de 10,2 milhões de toneladas no ano passado para apenas 7,7 milhões neste.

A exemplo da Espanha, apesar da queda na produção, a Itália também teve uma elevação da área semeada.

Os dados de safra são da Copa e da Cogeca, entidades que reúnem produtores e cooperativas da Europa.

Os dados das entidades mostram que um dos principais problemas para os europeus foi a queda de 10% na produção de milho.

Os 27 países integrantes da comunidade tiveram uma safra de apenas 61 milhões de toneladas, 7 milhões menos do que o volume do período anterior.

Essa queda ocorre em um momento difícil para os consumidores do cereal, principalmente para o setor de produção de carnes.

A seca nos Estados Unidos elevou os preços dos grãos para patamares recordes neste ano, onerando ainda mais o custo mundial de produção de carnes.

Chuva A esperança de boa produtividade da soja na América do Sul, devido à estimativa de ocorrência de chuvas no plantio, fez o primeiro contrato da oleaginosa recuar para US\$ 15,3 por bushel em Chicago, o menor desde 29 de junho.

Vizinhos Assim como Brasil e Argentina, Paraguai e Uruguai plantam mais soja. Os paraguaios deverão semear 3 milhões de hectares, com avanço de 10% sobre a safra anterior. Já os uruguaios vão plantar 950 mil hectares, segundo a AgRural.

Unica A economista Elizabeth Farina será a diretora-presidente da Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar). Farina assumirá o cargo em dezembro, substituindo Marcos Jank, que deixou a função em abril último.

Abaixo O estoque de milho no Estado de Iowa, no início de setembro, era 16% inferior ao de igual período de 2011, segundo o Usda (Departamento de Agricultura). O Estado é um dos mais importantes produtores de grãos dos Estados Unidos.

Tecnologia, redenção da agricultura familiar. João Guilherme Sabino Ometto – O Estado de São Paulo. 04/10/2012

Apesar do bem-sucedido processo de inclusão socioeconômica verificado nos últimos anos, o Brasil, segundo dados do próprio governo, ainda tem cerca de 16 milhões de pessoas vivendo na linha da miséria. Parte importante da solução para esse grave problema pode estar no agronegócio, com a extensão aos pequenos produtores rurais do acesso a todos os avanços que a tecnologia agrícola propiciou ao setor. Em recente reunião do Conselho Superior do Agronegócio da Federação/Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp/Ciesp), o pesquisador Eliseu Alves, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), apresentou interessantes dados que referendam esse potencial.

O desenvolvimento tecnológico no campo transformou o País em diversificado e respeitado exportador de alimentos, commodities e numerosos produtos agropecuários. Além disso, esse avanço teve impacto bastante positivo na queda dos preços dos alimentos, contribuindo para o combate à pobreza, e gerou poupança para financiar o desenvolvimento. De 1975 até 2010, as áreas plantadas com milho, soja, arroz, feijão, trigo e algodão cresceram 183% no Brasil. A produtividade aumentou 326%, levando a produção a uma expansão acumulada de 597%. Quanto às áreas de pastagens, diminuíram 4%, de 1975 a 2006, mas a produtividade da pecuária de corte evoluiu 385%. Fica muito claro, portanto, que a tecnologia explica o grande salto do agronegócio brasileiro e o seu destaque internacional.

Todo esse avanço da produtividade e da produção do setor se reflete de modo relevante no barateamento dos alimentos. Nesse aspecto, evidencia-se com clareza parte importante da contribuição social do agronegócio: de 1977 a janeiro de 2007, os preços reais da cesta básica brasileira caíram 62,79%. Agora, o próximo passo é ampliar o espectro dessa conquista, gerando renda para os pequenos proprietários rurais, especialmente aqueles que continuam com dificuldade de acesso ou na utilização das novas tecnologias.

Depois de crescer de 1940 a 1970, quando chegou a 41,6 milhões de habitantes, a população campesina no Brasil caiu para 29,8 milhões em 2010, representando, mesmo com essa diminuição, um contingente muito importante de pessoas. Por isso é preciso modernizar a agricultura familiar, e somente a tecnologia pode melhorar a distribuição da renda e gerar mais bem-estar no meio rural de nosso país.

Além disso, o estudo do pesquisador mostra que os produtores de 56% dos 4,4 milhões de estabelecimentos rurais brasileiros não sabem administrar o seu patrimônio, aplicar e monitorar a tecnologia disponível. Dessa maneira, o Brasil precisa mudar este cenário.

Para isso, o governo tem de investir nas necessidades específicas das pequenas propriedades, oferecendo aos trabalhadores do campo a devida orientação técnica, pondo à disposição nossa avançada tecnologia, garantindo crédito e viabilizando um seguro agrícola mais completo, competitivo e capaz de oferecer segurança à produção.

Neste contexto, a Embrapa, cuja excelência é mundialmente reconhecida, desempenha um papel primordial, especialmente na geração de pesquisa e inovação tecnológica para aqueles produtos que não são atrativos o suficiente para mobilizar os fortes investimentos das empresas privadas de tecnologia ou de máquinas e implementos agrícolas, por exemplo.

A partir daí, entra a responsabilidade dos governos estaduais, por meio dos seus institutos de assistência técnica e extensão rural. A estes organismos cabe a estratégica missão de assegurar que a tecnologia gerada pela pesquisa chegue aos pequenos produtores rurais.

Intensificando essas ações, o País aceleraria o processo já observado de redução da miséria e geração de bem-estar social não só no campo, mas para toda a nossa população brasileira.

Governo eleva valor do imóvel financiado no 'Minha Casa, Minha Vida'. Célia Froufe – O Estado de São Paulo. 05/10/2012

Decisão do Conselho Curador do FGTS eleva valores máximos para financiamento dos imóveis, reduz juros e amplia subsídios do programa

O programa habitacional Minha Casa, Minha Vida ganhou ontem um novo gás com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). No conjunto de benefícios estão aumento dos valores máximos dos imóveis enquadrados no programa, redução de juros, ampliação de subsídios e elevação de uma das faixas de renda média das famílias.

A decisão, às vésperas das eleições municipais, foi tomada pelo Conselho Curador do fundo, que é composto por 12 membros do governo, seis representantes de trabalhadores e seis de empregadores.

Lançado há três anos, o Minha Casa Minha Vida ainda não decolou como o governo gostaria. Mesmo assim, é ele que vem sustentando a alta dos investimentos dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

A principal mudança feita ontem foi a do teto dos valores dos imóveis. Para as regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, o aumento foi de R\$ 170 mil para R\$ 190 mil.

Nas cidades com população de pelo menos 1 milhão de habitantes, o valor máximo do imóvel para se enquadrar ao programa passou de R\$ 150 mil para R\$ 170 mil. Já nos municípios com mais de 250 mil moradores, os imóveis poderão ser de até R\$ 145 mil - antes eram de até R\$ 130 mil. Este novo teto vale também para as cidades do entorno do Distrito Federal.

No caso dos municípios com população igual ou superior a 50 mil habitantes, o valor máximo subiu de R\$ 100 mil para R\$ 115 mil. Nas demais cidades, o teto foi de R\$ 80 mil para R\$ 90 mil.

Acesso. De acordo com o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Brizola Neto, que também é o presidente do conselho do FGTS, os valores foram atualizados com base nos preços de mercado.

O ministro salientou que desde o início de 2011 até agosto passado, o valor médio dos imóveis financiados pela Caixa com recursos do FGTS subiu 22,14%. "Estamos ampliando a possibilidade de acesso ao programa."

Para acessar o Minha Casa, o interessado deve estar classificado em uma das três classes de renda familiar, obtendo mais benefícios quanto menor for a comprovação de ganhos. A chamada faixa 1 é de até R\$ 1,6 mil. O teto da faixa 2 foi alterado ontem de R\$ 3,1 mil para R\$ 3.275 e a faixa 3 permaneceu em até R\$ 5 mil.

Com base nessa classificação, o conselho reduziu os juros para a faixa 3, de 8,16% para 7,16% ao ano. Nas demais, foi mantida a taxa de 5% ao ano. "A redução foi toda bancada pela diminuição do spread bancário", disse o ministro, referindo-se à diferença entre o que o banco paga para captar dinheiro e a taxa que ele cobra de seus clientes.

Outra mudança foi o aumento do teto de alguns descontos concedidos dentro do programa, que, segundo Brizola Neto, tiveram o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) como referência.

O subsídio dado a famílias com renda até R\$ 1,6 mil, que era de R\$ 23 mil, subiu para R\$ 25 mil. Para as demais faixas de renda, o valor cai gradualmente. Há também um subsídio dado na forma de redução dos juros, que subiu de R\$ 13 mil para R\$ 16 mil. O aumento médio das demais subvenções foi de 5%.

Brizola Neto rebateu críticas que, com essas medidas, o governo estaria colocando em risco o patrimônio do fundo. "É uma prioridade do governo que o fundo cumpra seu papel social, além de uma função estratégica de aquecer um setor importante", disse. "Mas a saúde e a perenidade do FGTS estão preservadas. Mesmo com a adoção da maior política habitacional do mundo." Ele também negou que as mudanças anunciadas ontem fossem de cunho eleitoral.

Governo eleva limite do Minha Casa. Geralda Doca – O Globo. 06/10/2012

A dois dias das eleições, teto passa a R\$ 190 mil. FGTS vai subsidiar gastos

A dois dias das eleições municipais, o Conselho Curador do FGTS aprovou proposta do governo que eleva o valor máximo dos imóveis financiados pelo programa Minha Casa, Minha Vida, de R\$ 170 mil para R\$ 190 mil nas capitais e regiões metropolitanas de Brasília, Rio e São Paulo. Além disso, foi aprovado o aumento do valor dos subsídios (descontos nos contratos habitacionais), de R\$ 23 mil para R\$ 25 mil, o que, na prática, eleva o valor do repasse de recursos do Fundo para o programa.

Também subiram os valores dos imóveis nas demais capitais do país, para R\$ 170 mil. Nas cidades com mais de 250 mil habitantes, o teto agora é de R\$ 145 mil; naquelas com mais de 50 mil moradores, de R\$ 115 mil; e nos demais municípios, de R\$ 90 mil.

A mudança no valor do subsídio custará ao FGTS, no mínimo, mais R\$ 2,3 bilhões até 2014. São R\$ 300 milhões este ano e mais de R\$ 1 bilhão anual a partir de 2013. Os recursos são a fundo perdido, ou seja, não retornam para o FGTS.

A previsão inicial do gasto do FGTS com subsídios este ano passa de R\$ 6,5 bilhões a R\$ 6,8 bilhões. Em 2013 e 2014, em vez de R\$ 4,3 bilhões por ano, serão R\$ 5,3 bilhões, no mínimo. Os valores exatos só serão conhecidos no futuro, disse uma fonte do Conselho. Em agosto, reportagem do GLOBO mostrou que o governo, cada vez mais, usa recursos do FGTS para fazer política habitacional. O gasto estimado para 2012 supera o lucro do Fundo em 2011 e já compromete o resultado deste ano.

O ministro do Trabalho, Brizola Neto, que preside o Conselho, afirmou que a prioridade do governo é fazer o FGTS cumprir sua função social. Ele assegurou que os recursos das contas dos trabalhadores e sua remuneração (de 3% ao ano, mais a TR) estão preservados.

Têm direito ao subsídio famílias com renda entre R\$ 1.600 e R\$ 3.275. O desconto, que chega a R\$ 25 mil, é escalonado: quanto mais baixa a renda, maior o valor do benefício. O teto anterior era de R\$ 3.100, mas a faixa de renda foi corrigida em 5,65%, pelo INPC, na reunião de ontem. Além disso, a taxa de financiamento para famílias com renda entre R\$ 3.275 e R\$ 5 mil cairá de 8,16% para 7,16% ao ano.

Na reunião de ontem, representantes dos trabalhadores e empregadores conseguiram aprovar uma medida para evitar a dilapidação do patrimônio do FGTS pelo governo. Em um ano, as operações do Fundo terão de render no mínimo 1% do ativo, após contabilizadas receitas e despesas.

Poupança recorde: R\$ 33 bi

A caderneta de poupança registrou captação líquida de R\$ 5,9 bilhões no mês passado, o melhor resultado para setembro. De acordo com o Banco Central (BC), a diferença entre os depósitos e os saques também nunca foi tão alta nos primeiros nove meses do ano: foram R\$ 33,2 bilhões, o melhor desempenho da série histórica, iniciada em 1995. No mesmo período de 2011, esse volume foi de R\$ 9,5 bilhões.

Governo determina o fim da Embrapa Internacional. Venilson Ferreira – O Estado de São Paulo. 06/10/2012

Ministério da Agricultura argumenta que houve 'descumprimento de preceitos legais' na criação da subsidiária

O fim da Embrapa Internacional, determinado ontem pelo ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, torna incerto o futuro das pesquisas que a empresa há anos realiza em diversos continentes. Na Embrapa ninguém comenta o assunto e o presidente

da empresa, Pedro Arraes, está licenciado desde segunda-feira, quando entregou seu pedido de exoneração ao ministro.

A exoneração de Arraes, que é funcionário de carreira da Embrapa, ainda será decidida pela presidente Dilma Rousseff.

Na justificativa para extinguir a nova empresa, criada para captar recursos para investir no Exterior, o ministro argumenta que "houve descumprimento de preceitos legais e estatutários, por ausência de qualquer ato de autorização emanado, quer dos órgãos próprios de governo, quer do Conselho de Administração da Embrapa". A nova empresa fica sediada em Delaware, nos Estados Unidos.

Além de Pedro Arraes, o diretor de relações internacionais da Embrapa, Francisco Basílio Freitas de Souza, que já foi exonerado do cargo, também será responsabilizado por possíveis irregularidades que serão apuradas por uma comissão de sindicância, a ser presidida pelo secretário executivo do Ministério da Agricultura, José Carlos Vaz.

Labex. O projeto Laboratórios Virtuais da Embrapa no Exterior (Labex), que deu origem à Embrapa Internacional, foi criado em 1998, para fomentar a cooperação científica e tecnológica com outros países. Segundo explicação da Embrapa, por se tratar de laboratório virtual, não dispõe dos mesmos recursos do convencional. As equipes compartilham os meios físicos com instituições parceiras.

Ontem, o Diário Oficial da União trouxe despacho do ministro Mendes Ribeiro encaminhando à presidente Dilma uma exposição de motivos e decreto de afastamento temporário de Pedro Arraes da presidência da Embrapa.

No mesmo ato, Mendes Ribeiro pede "acompanhamento, orientação e, se possível, coordenação de todos os atos necessários à desconstituição da empresa Embrapa Internacional". O ministro também determinou a criação de Comissão de Sindicância para analisar a constituição da Embrapa Internacional, INC., nos Estados Unidos.

Resistência à crise. Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 06/10/2012

O agronegócio, atividade primordialmente privada, continua crescendo em meio a sombrias condições

O BRASIL realizou extraordinários progressos nos últimos 20 anos. Em muitos aspectos, não somos mais o eterno país do futuro. No entanto, acumulamos tantos atrasos em relação ao mundo desenvolvido que continuar crescendo é, para nós, um imperativo.

Há quem diga, e não sem razão, que a lógica do crescimento perpétuo pode não se sustentar no longo prazo, dado que os recursos da terra são finitos. É claro que a tecnologia sempre poderá evoluir no sentido de usar melhor, e com mais eficiência, os recursos naturais, alargando os limites do crescimento.

Mas essa é uma discussão que não pode ser aplicada indiscriminadamente a todos os povos da terra, pois as desigualdades nos padrões de vida entre continentes e países são imensas.

Os países ricos podem começar a especular sobre como empregar suas populações numa economia de baixo crescimento, pois suas sociedades têm um nível de consumo muito elevado, sob qualquer ponto de vista. Mas nós, que estamos na América Latina, na Ásia e na África, ainda precisamos de muito crescimento para dar às nossas sociedades um padrão decente de vida e de bem-estar.

Por isso, o baixo crescimento atual da economia brasileira não pode deixar de nos preocupar. Atenta e com certa perplexidade, assisto às variadas interpretações que se fazem de nossa situação e não me satisfaço inteiramente com nenhuma delas. O Brasil tem pontos fortes e fracos. Entre os pontos fracos, alguns têm conserto e outros são, na verdade, problemas quase insolúveis. O setor produtivo, por exemplo, queixa-se com razão da nossa carga tributária, que tornou-se uma das maiores do mundo.

A queixa é pertinente e deve ser vocalizada com energia, especialmente para que não se caia na tentação de aumentá-la ainda mais, pois o nível de impostos que pagamos corresponde à imagem que a sociedade brasileira faz do Estado.

Vivemos com a ideia de um Estado total e onipresente. E, quando movidos pela razão e pela sensatez, decidimos privatizar ou dar em concessão certas atividades, não são poucos os que desaprovam.

A redução da carga tributária, infelizmente, é uma ilusão perdida, pelo menos por uma ou duas gerações. É triste dizer isso, mas é a verdade. Alimentar esperanças improváveis é o caminho mais curto para não resolver os problemas.

Outros pontos fracos podem ser muito bem resolvidos e esse é o caso da infraestrutura. Mas a solução tem que ser a sua transferência para a iniciativa privada.

Mas temos que fazer isso com convicção e sem reservas, tomando cuidado para que não prevaleçam os velhos preconceitos contra o capitalismo, a livre iniciativa e o lucro. Parece que nem todo o peso dos fatos da história tem o poder de arejar certas mentes.

A livre iniciativa precisa ser livre e não controlada de perto pela burocracia estatal, que tem sempre a grave presunção de determinar a vontade da população.

Um bom exemplo de nossos pontos fortes é o sucesso do agronegócio. Em meio às mais sombrias condições, ele continua a crescer, sendo no momento o único setor cujo dinamismo resiste às crises.

E qual é o principal motivo desse sucesso? É uma atividade primordialmente privada, que toma decisões com base em cálculos privados, embora seus benefícios sociais sejam palpáveis em termos de renda, de emprego e de recursos cambiais para o conjunto da economia.

Os municípios do Centro-Oeste, que há poucos anos estavam entre os mais pobres do país, hoje encabeçam as listas dos índices de desenvolvimento humano. Os frutos da

livre empresa vão muito além dos ganhos dos seus proprietários, com resultados sociais nem sempre obtidos pelos órgãos de Estado. Essa é a lição que nos dão os países que tiveram sucesso como economias e como sociedades.

O bom senso recomenda que se assegure ao agronegócio e às empresas privadas, de modo geral, o ambiente institucional necessário para que prosperem. A sociedade brasileira e as suas empresas podem e devem andar com as próprias pernas.

Mapa: técnicos analisam as transformações estruturais da agricultura brasileira – Site do MAPA. 07/10/2012

Artigo integra o volume Productivity Growth in Agriculture – An International Perspective, publicado no Estados Unidos

O livro *Productivity Growth in Agriculture – An International Perspective*, publicado em setembro pela CABI nos Estados Unidos analisa os resultados, métodos e dados sobre a produtividade agrícola internacional para uma melhor compreensão das tendências de longo prazo e as políticas que os determinam. O aumento dos preços dos alimentos, as preocupações sobre a demanda de longo prazo agrícola e oferta na economia global estão presentes nos artigos que compõem o volume.

O capítulo intitulado *Total Factor Productivity in Brazilian Agriculture* refere-se à agricultura brasileira e foi escrito pelo coordenador de planejamento da Assessoria de Gestão Estratégica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), José Garcia Gasques (AGE/Mapa), Eliana Bastos (Mapa), Constanza Valdes (USDA) e Mirian Bacchi (Cepea/ USP). Nele, os autores analisam a produtividade total dos fatores de crescimento (PTF) e a transformação estrutural da agricultura brasileira para os anos censitários agrícolas entre 1970 e 2006.

Com base nas estimativas, o entendimento é que o aumento da produtividade foi o principal fator de crescimento na agricultura brasileira. De 2,1% ao ano, a taxa de crescimento da PTF foi estimada para todo o período, com a aceleração do crescimento ao longo do tempo, embora conclui-se que esta é provavelmente baixo por causa de informações incompletas sobre produtos agrícolas no Censo 2006. No entanto, uma diversificação gradual na composição da produção agrícola ao longo do tempo foi encontrada, tanto no âmbito nacional como estadual. Afirma-se que a diversificação pode ter efeitos positivos sobre o emprego e renda como agricultores alocar mais recursos para produtos de maior valor.

Editorial do O Globo e a relação com agronegócio – Site do MST. 08/10/2012

O jornal *O Globo* se propôs a debater a questão agrária brasileira, fundada atualmente na crença de um modelo de produção agrícola de extrema produtividade e rentabilidade: o agronegócio. Argumento este pouco sustentável se levar em consideração para quem vai esta produtividade - mercado externo - e quem fica com o bônus econômico - meia dúzia de empresas transnacionais.

Confirmam o debate entre o artigo de João Pedro Stedile, da coordenação nacional do MST, e o editorial do *O Globo*, publicados nesta segunda-feira (8) no diário, cuja resposta do jornal é de extrema representatividade, afinal demonstra claramente o lado assumido pelos grandes meios de comunicação.

Os Privilégios no campo

Por João Pedro Stédile*

Cantam-se loas ao agronegócio brasileiro. Há razões para isso? A que custo, social, econômico e ambiental, é mantido esse modelo agrícola? Será a única alternativa para o desenvolvimento? As consequências da irracional depredação ambiental, causada pela voracidade de lucros de uma minoria de proprietários rurais, exigirão um posicionamento político que extrapole os interesses do mundo rural.

O agronegócio se vangloria de produzir riqueza para o desenvolvimento. A mídia, tanto pelo alinhamento ideológico com os grandes proprietários quanto por seus interesses econômicos, se encarrega de difundir tal versão.

A truculenta bancada ruralista inibe as possibilidades de debates e adota o discurso de catastrofismo frente às iniciativas que se opõem aos interesses do setor.

O agronegócio é exitoso na estratégia de aparecer como uma atividade moderna. O ex-presidente da Embrapa Eliseu Alves mostrou em estudo que o agronegócio representa apenas 8,2% dos proprietários rurais. São 22,1 mil, de um total de 5,2 milhões.

Esse estrato de proprietários responde pela maior parte da riqueza produzida na agricultura. São dados como este que fazem a fama do agronegócio. Essa concentração não é mérito da eficiência do agronegócio. Ela se deve a políticas que privilegiaram essa parcela. Modernos e produtivos eram também os engenhos de cana do Nordeste nos séculos XVI- XIX. O que sobrou para a população? Produção de riqueza, por si só, não assegura desenvolvimento. No outro extremo, há 3,8 milhões de proprietários rurais desassistidos de políticas públicas. Para essa população, o agronegócio tem somente uma preocupação: ganhar tempo para depois empurrá-los às periferias. Esse modelo expulsará 2/3 desses proprietários rurais. A sociedade está disposta a bancar isso? Por que não logramos impor ao agronegócio restrições para proteger interesses da sociedade? Os grandes proprietários defendem um código florestal contrário à preservação ambiental. É necessária uma legislação que assegure a apropriação social da natureza, para que a qualidade de vida prevaleça sobre os interesses capitalistas.

A reforma agrária representa um ajuste de contas histórico: democratizar as terras agrícolas! Todos os governantes que se subordinaram ao latifúndio alegaram que não seria mais necessária. Essa desculpa esfarrapada escamoteia uma opção de desenvolvimento que menospreza os aspectos culturais, sociais, políticos e ambientais. Reforma agrária é, também, assegurar vida digna para a população do campo, ter uma política de produção associada à preservação ambiental e se desafiar a promover o desenvolvimento nacional atendendo, prioritariamente, aos interesses do povo brasileiro.

**João Pedro Stedile é membro da coordenação nacional do MST e da Via Campesina*

Brasil.

Editorial - Agronegócio inclui pequenos

O agronegócio é um dos principais alicerces da economia brasileira. Por séculos, a economia se concentrou em uma faixa de duzentos quilômetros ao longo do litoral. Assim, mesmo com infraestrutura precária, o agronegócio conseguiu avançar no interior a ponto de o Brasil hoje estar entre os três maiores produtores e exportadores das mais importantes culturas agrícolas e pecuárias.

O superávit proporcionado pelo agronegócio na balança comercial é tão expressivo que o segmento pode ser comparado a um segundo "pré-sal", só que, em vez da costa, se espalha pelo interior. E já produz em grande escala. O agronegócio semeou polos de desenvolvimento em cidades médias por todo o país. Com a renda que gera, criou uma demanda para diferentes serviços, envolvendo sistemas de transportes, bancos, comércio varejista e entretenimento.

Além dos alimentos (cuja volumosa produção contribui para moderar a inflação e melhorar consideravelmente o grau de nutrição de milhões de brasileiros mais pobres), o agronegócio abriu espaço para fontes renováveis de energia. A biomassa tende a ter uma participação crescente na matriz energética do país, assim como os biocombustíveis (etanol e biodiesel).

O agronegócio precisa de grandes áreas para a produção de grãos. No Centro-Oeste, propriedades com menos de 100 hectares são pouco rentáveis ou até inviáveis economicamente. Mas há oportunidades para a agricultura familiar, especialmente na produção de alimentos. Indústrias que processam carne de frango ou de suínos têm milhares de fornecedores, a maioria dos quais pequenos produtores. Os cinturões verdes que hoje abastecem as metrópoles com hortigranjeiros são formados por sítiantes e chacareiros. A piscicultura, que já é responsável pelo salto na produção de pescados (enquanto a captura se mantém relativamente estável), é outro segmento no qual a convivência entre pequenos, médios e grandes produtores tem se mostrado factível.

A política agrícola brasileira se tornou abrangente nos últimos vinte anos, buscando atender desde a produção em grande escala até os produtores familiares. A reforma agrária, dentro dos seus propósitos originais de distribuição de terras com objetivo de reduzir a pobreza e a desigualdade no campo, acabou se esvaziando naturalmente diante dessa dinâmica do setor rural. A absorção de novas tecnologias, a mecanização, a formalização dos empregos e o respeito aos direitos trabalhistas (inclusive a aposentadoria) transformaram, para melhor, o trabalho no campo. A eletrificação, o acesso às telecomunicações e a oferta de educação vêm tirando as famílias rurais do isolamento.

O debate que envolve o campo hoje está mais direcionado para questões ambientais e indígenas, ou de infraestrutura e produtividade. O tema fundiário perdeu relevância, porque são raras as terras mantidas como reserva de valor, sem aproveitamento.

Mais 13,7 mil famílias serão atendidas por Ater do Brasil Sem Miséria – Site do MDA. 08/10/2012

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) divulgou, nesta segunda-feira (8), o resultado da Chamada Pública de Ater nº 05/2012, com os nomes das entidades selecionadas para prestarem serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para agricultores e agricultoras familiares em situação de pobreza extrema nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil.

As entidades selecionadas vão atender 13.750 famílias nos estados do Pará, Rondônia, Tocantins, Goiás e Mato Grosso. Acesse aqui o resultado da Chamada Pública.

As equipes vão orientar e monitorar a produção, a renda e o acesso das famílias atendidas por políticas públicas com o objetivo de promover a estruturação produtiva e social das unidades familiares.

A Chamada foi publicada em julho de 2012. O atendimento às famílias selecionadas será feito por equipes técnicas multidisciplinares, com duração que varia de 24 a 30 meses, começando ainda no segundo semestre deste ano.

Com esta chamada pública, mais de 150 mil famílias de agricultores familiares passam a ser atendidas pelo MDA no Plano Brasil Sem Miséria.

Para os estados de Mato Grosso do Sul, Roraima, Acre e Amapá que não tiveram entidades selecionadas por pendências das propostas ou da documentação, as empresas proponentes deverão enviar novamente propostas e os documentos necessários. Para isso, terão prazo de oito dias úteis (até 19/10/2012).

Estruturação produtiva

A chamada de Ater para agricultores extremamente pobres integra as ações do MDA no Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). A iniciativa vai garantir a contratação de técnicos que atenderão famílias com renda mensal inferior a R\$ 70 por pessoa. As famílias terão garantida assistência técnica específica e continuada para a construção de um projeto produtivo, além de terem acesso a sementes, insumos e os recursos de fomento.

Chamada pública de Ater vai atender 4,5 mil famílias quilombolas – Site do MDA. 08/10/2012

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) abre, nesta segunda-feira (8), a seleção de entidades prestadoras de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para atender famílias quilombolas. A escolha será feita por meio de chamada pública de Ater, voltada para esta parcela da população, publicada hoje no Diário Oficial da União. Esta Chamada é parte das ações de inclusão produtiva rural e do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). Com investimento total de R\$ 11,2 milhões, o prazo para execução do serviço é de 24 meses.

A nova chamada nº 009/12 vai atender 4,5 mil famílias quilombolas em situação de extrema pobreza, no âmbito do PBSM, nos estados de Alagoas, Goiás, Maranhão, Pará

e Piauí. Está previsto o planejamento, a execução e a avaliação de atividades individuais e coletivas, com vistas à inclusão produtiva, promoção da segurança alimentar e incremento da renda. O prazo para o envio de propostas vai até dia 8 de novembro.

De acordo com a chefe de divisão da Coordenação Geral de Política para Povos e Comunidades Tradicionais do MDA, Patrícia Melo, a chamada pública é um exemplo de que o governo está buscando melhorar a vida e a produção dos moradores do campo. “Essa chamada é duplamente importante porque os quilombolas são um povo que, além de agricultor, têm toda uma história de luta pela terra”, argumenta.

As entidades contratadas deverão apoiar ações do MDA e de parceiros – outros órgãos e entidades federais, estaduais e municipais –, com mobilização das famílias para participação em mutirões de documentação; distribuição de sementes e outros insumos; e promoção da inclusão social pelo encaminhamento de demandas sobre água, habitação e transferência de renda, entre outras.

Cada equipe será composta por um coordenador, de nível superior, para um grupo de até 15 técnicos de campo. Obrigatoriamente, no mínimo, 80% dos técnicos de campo devem ter formação em Ciências Agrárias e afins. Os demais devem ter formação em Ciências Sociais, Humanas e/ou Biológicas, preferencialmente com experiência em projetos com comunidades quilombolas e/ou outros povos e comunidades tradicionais.

Podem participar da chamada pública instituições públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, previamente credenciadas na Unidade da Federação em que pretendem prestar o serviço, na forma da Lei nº 12.188/10, do Decreto 6261/2007; do Artigo 3º, inciso I e II do Decreto nº 7.644/2011; do Decreto nº 7.215 de 15 de junho de 2010 ; e da Portaria MDA nº 35 de 16 de junho de 2010.

Com esta chamada pública, cerca de 155 mil famílias de agricultores familiares passam a ser atendidas pelo MDA no Plano Brasil Sem Miséria.

O resultado da seleção será publicado no site do MDA, em até 30 dias após o encerramento do recebimento das propostas.

O premiado programa de PPPs de Minas Gerais. Antonio Anastasia – Valor Econômico. 08/10/2012

O que pode haver em comum entre um monumental estádio para a Copa de 2014 e um prosaico posto de atendimento público? E entre uma rodovia e um complexo penal? E entre um lixão e um parque florestal? Todos esses empreendimentos, que respondem a demandas diversificadas da sociedade e do Estado, vêm há muito sendo planejados e concretizados em Minas Gerais por meio de parcerias público-privadas (PPPs).

Ao contrário do que se possa pensar, as famosas PPPs - que só agora, oito anos depois de regulamentadas, começam a aparecer no sumário de grandiosos planos governamentais -, não são apenas uma saída para se levantar investimentos vultosos em infraestrutura e logística. Se bem formatadas, gerenciadas e fiscalizadas, as PPPs, além de movimentar a economia com grandes obras, gerando emprego e renda, podem se

transformar também num poderoso instrumento de modernização e qualificação dos serviços públicos.

Em 2003 - antes, portanto, da legislação federal de 2004 -, Minas Gerais foi o primeiro Estado a criar um arcabouço jurídico e uma estrutura institucional para viabilizar parcerias público-privadas. As decisões do Conselho Gestor de PPPs (CGP) - formado por oito secretários e pelo governador, e secretariado pela Unidade Central de PPP, órgão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico -, já colocaram em prática quatro contratos de parceria. Cerca de R\$ 2,2 bilhões foram ou estão sendo aplicados na reforma do Mineirão e da rodovia MG-050, na construção de um complexo penal e de seis unidades de atendimento integrado.

Estado prepara-se para contratar outros R\$ 10 bilhões em investimentos nos próximos quatro anos

O Estado prepara-se para contratar outros R\$ 10 bilhões em investimentos nos próximos quatro anos. Somente neste ano foram lançados três Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI) em PPPs: o projeto do Rodoanel Norte, para desafogar o tráfego no entorno de Belo Horizonte, o da construção do Centro Empresarial Gameleira na capital, e o de Transporte Ferroviário de Passageiros sobre Trilhos - que revitalizará 500 km de ferrovias em 21 municípios.

O pioneirismo, o avanço e a credibilidade desse trabalho já atraem atenção além de nossas fronteiras: o governo de Minas recebeu em Londres, em agosto, o prêmio de Melhor Programa de Parcerias Público-Privadas do Mundo, concedido pela revista "World Finance", publicação reconhecida internacionalmente. O prêmio, que nos abre mais uma porta na economia globalizada, é conferido aos que apresentam soluções financeiras, jurídicas e operacionais novas e obtêm sucesso nos projetos implantados. São avaliados também o desenvolvimento de tecnologias de gestão de contratos e a qualidade da carteira de investimentos futuros. É exatamente essa busca de critérios inovadores de engenharia contratual que tem norteado a escolha e a execução das parcerias público-privadas em Minas Gerais.

Cada potencial parceria é analisada caso a caso e tem sua viabilidade testada e seus riscos avaliados, antes de ser celebrada. Consequentemente, nenhum projeto é igual a outro - terá seu desenho próprio, bem como garantias e indicadores de desempenho peculiares. Essa forma racional e transparente de fazer está no cerne de nossas PPPs. Graças a esses critérios, os contratos assinados em Minas já foram também classificados pelo Banco Mundial entre os melhores exemplos de boas práticas de financiamento de PPPs na América Latina.

Na mais conhecida delas, a bem conduzida reforma do Mineirão para a Copa, o governo estadual bancou o início das obras e repassou ao consórcio de empresas a parte mais onerosa da empreitada. O contrato prevê, por exemplo, que, na hora da exploração comercial do estádio, os ganhos serão compartilhados com o Estado. Estamos erguendo também, via PPP inédita, um moderno complexo penal, de 3 mil vagas. O parceiro privado, que responde pela construção e operação, só será remunerado após a conclusão das cinco unidades - por preso e por dia de internação.

É interessante destacar ainda como uma PPP pode ter uma face cotidiana e simples. Uma das iniciativas mais bem avaliadas pela população - com índices de satisfação acima de 90% - é a implantação da rede de Unidades de Atendimento Integrado (UAIs). Elas oferecem, em um só lugar, atendimento direto para confecção da carteira de identidade, emissão de CPF, obtenção de certidões, pagamentos de tributos, abertura de empresa, etc.

No final de setembro iniciamos outro processo: foi realizada audiência pública para a PPP que garantirá a construção, na região metropolitana de Belo Horizonte, de uma usina de tratamento de resíduos sólidos. Esse projeto, com licitação marcada para outubro, aliará o importante trabalho de coleta e seleção manual de materiais recicláveis ao uso das mais avançadas tecnologias de aproveitamento do lixo, transformando-o em negócio. O plano de parceria, que envolve 46 municípios responsáveis por um terço da produção de resíduos do Estado, permitirá a geração de energia elétrica a partir do lixo.

Em conjunto com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), outra PPP cuidará de ampliar o Sistema Rio Manso para continuar garantindo o fornecimento de água tratada à capital e entorno. Também está no calendário deste ano a gestão compartilhada de parques e unidades de conservação. Aqui, a ideia é investir para viabilizar o turismo sustentável e responsável - pois proteger não pode ser sinônimo de fechar e abandonar. Com infraestrutura, fiscalização e controle adequados, nossas magníficas paisagens de montanhas e vales podem ser conhecidas e visitadas, sem riscos à sua preservação. Cidadania, transportes, esporte, lazer, justiça, direitos humanos e até meio ambiente e turismo - o trabalho em parceria se diversifica e não para. Sempre tendo em vista que é dever fundamental do governo zelar pelo bom uso do patrimônio do Estado e dos recursos do contribuinte, oferecendo-lhe de volta, na medida dos esforços possíveis, um ambiente econômico próspero e a melhor prestação de serviços.

Pesquisador Maurício Antônio Lopes é o novo presidente da Embrapa – Site do MAPA. 10/10/2012

Engenheiro agrônomo, ele está na empresa desde 1989 e ocupava o cargo de diretor-executivo de Pesquisa e Desenvolvimento

O engenheiro agrônomo Maurício Antônio Lopes foi indicado pelo Ministro Mendes Ribeiro para ser o novo presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). A nomeação dele foi publicada nesta quarta-feira, 10 de outubro, no Diário Oficial da União (DOU).

Pesquisador da Embrapa desde 1989, ele ocupava o cargo de diretor-executivo de Pesquisa e Desenvolvimento da empresa. Também atuou como pesquisador em genética e melhoramento de plantas, líder do programa de melhoramento de milho e chefe de Pesquisa & Desenvolvimento da Embrapa Milho e Sorgo (Sete Lagoas/MG); gestor do Núcleo Temático de Recursos Genéticos, chefe de Pesquisa & Desenvolvimento e articulador internacional da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia (Brasília-DF); chefe do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa (Brasília-DF); coordenador responsável pela implantação do Labex Coreia, programa de cooperação internacional da Embrapa na Ásia, em Suwon, República da Coreia; além de membro do Conselho Científico da Fundação Agropolis, Montpellier, França.

Mineiro de Bom Despacho (MG), Maurício Antônio Lopes é formado pela Universidade Federal de Viçosa/MG, tem mestrado em Genética pela Purdue University (EUA), doutorado em Genética Molecular pela University of Arizona (EUA) e pós-doutorado pelo Departamento de Agricultura da FAO-ONU (Roma-Itália). Atuou como pesquisador da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, como gerente de agricultura da Kieppe Agropecuária/BA e como gerente de território da Purina Alimentos Ltda – RJ.

Quando formulou o convite, o Ministro Mendes Ribeiro recomendou ao novo Presidente que, em conjunto com seus diretores e os funcionários da Embrapa, intensifique as ações necessárias ao fortalecimento da Empresa, inclusive no plano internacional, como instituição geradora de tecnologia, assim como no apoio ao desenvolvimento das propriedades e dos produtores rurais brasileiros.

Novo presidente da Embrapa destaca a inteligência estratégica – Site do MAPA. 10/10/2012

Após a nomeação do pesquisador Maurício Antônio Lopes para o cargo de presidente da Embrapa, com a publicação da portaria no Diário Oficial da União, ele concedeu uma entrevista para falar sobre seus planos à frente da Empresa.

Entre as prioridades, Lopes destacou a consolidação das novas Unidades Descentralizadas, dos ajustes no Sistema Embrapa de Gestão (SEG) e do processo de inteligência estratégica na Embrapa. Além disso, tratou de temas polêmicos como Acordo Coletivo de Trabalho, atuação internacional da Embrapa, participação da Empresa no mercado de cultivares, abertura de capital, entre outros.

Confira a seguir os principais pontos dessa entrevista.

Quais suas prioridades como novo presidente da Embrapa?

A Embrapa marcou a história da agricultura brasileira. A Empresa conta com um corpo técnico extraordinário e está capacitada a operar eficazmente em redes e outros arranjos institucionais com ampla gama de parceiros nacionais e internacionais. A nossa maior prioridade é fortalecer esta capacidade conquistada ao longo de quase quatro décadas para que a Embrapa possa responder de forma eficiente à demanda tecnológica atual e futura da agricultura brasileira. As últimas gestões investiram em ajustes e modernização dos processos e estruturas da Empresa e nós queremos construir sobre esta base. Temos várias Unidades que foram criadas recentemente e é importante dar grande prioridade para estruturar processos, infraestrutura e agregar as competências para que funcionem plenamente no menor espaço de tempo. Temos que finalizar ajustes iniciados nos sistemas de avaliação da Empresa e concluir o aprimoramento do nosso Sistema Embrapa de Gestão (SEG). E temos que avançar na consolidação do processo de inteligência estratégica que ajudará a Embrapa a se posicionar bem nos ambientes dinâmicos e complexos de inovação tecnológica. Temos pela frente temas importantes relacionados à economia verde, à sustentabilidade, à implementação do Código Florestal, dentre muitos outros. Para a empresa se preparar melhor para esse contexto de mudanças muito rápidas e algumas bastante radicais é importante ter o seu processo de inteligência estratégica consolidado. E, obviamente, o investimento no aprimoramento

contínuo do patrimônio intelectual da Empresa, nas pessoas que a fazem e perenizam, deve estar sempre entre as principais prioridades do presidente e da Diretoria Executiva.

Quais as ações imediatas?

A Embrapa tem processos bastante consolidados e, mesmo em momentos difíceis, raramente desviamos do nosso curso normal. Temos muitos processos importantes em andamento e o nosso intuito é dialogar com os nossos gestores para rapidamente retomarmos a plena normalidade. Por exemplo: temos uma grande prioridade agora em lançar as novas chamadas para fortalecimentos dos nossos portfólios e arranjos de projetos; temos que rapidamente finalizar os processos de avaliação e acompanhamento individual e de Unidades. Temos que trabalhar rapidamente o planejamento para o próximo ano e certamente teremos em breve uma reunião gerencial com todos os chefes das nossas Unidades Centrais e Descentralizadas para discussão da nossa agenda futura.

Haverá mudanças com relação à área internacional da Embrapa?

É importante enfatizar que o processo de internacionalização da Embrapa não só continuará, mas será reforçado. O que será revisto é a forma de operação no Exterior. O mecanismo chamado Embrapa Internacional está extinto e buscaremos outras formas de garantir agilidade e flexibilidade na relação com os nossos parceiros internacionais. Mas, repito, a ênfase na cooperação internacional é total. O programa Labex será reforçado e, estou certo, trará cada vez mais frutos para a agricultura brasileira. Da mesma forma, a nossa cooperação técnica será cada vez mais enfatizada, com participação cada vez mais ativa das nossas Unidades Descentralizadas. Há uma expectativa enorme de parceiros internacionais com relação aos compromissos que assumimos e todos serão cumpridos. A grande mensagem é: não há nenhuma sinalização para que a Embrapa diminua a sua ênfase na cooperação internacional. Vamos fortalecer os mecanismos de cooperação internacional que temos e dinamizar ainda mais a nossa relação com organismos internacionais, que complementam o nosso esforço e nos ajudam a trazer inovações importantes para a agricultura brasileira.”

Alguns setores têm questionado a capacidade de inovação da Embrapa. Como senhor vê essas avaliações?

Eu percebo que muitas dessas avaliações estão centradas na retração da participação da Embrapa nos mercados de cultivares de biotecnologias, de sementes. É preciso que se avalie bem essa retração, que ocorreu não só no Brasil, mas em todo o mundo. E a redução da participação da Embrapa no mercado de cultivares melhoradas só poderia ser compreendida como um fracasso se a agricultura brasileira não tivesse se modernizado de forma tão evidente nas últimas décadas. O que ocorreu foi exatamente o inverso, pois somos um grande produtor mundial de alimentos. Parte desse sucesso se deve à grande contribuição da Embrapa na importação de germoplasma e na tropicalização de grande número de cultivos importantes. Como é normal, o mercado mudou e a Empresa esta realinhando e reajustando a sua estratégia, para continuar presente neste mercado. Mas é importante também ressaltar que a atuação da Embrapa vai muito além do mercado de cultivares melhoradas. A Empresa desenvolve e disponibiliza sem número de tecnologias, de processos, de informação, de serviços para a agricultura. Por exemplo, o zoneamento de risco climático, as tecnologias para integração lavoura-pecuária-floresta, tecnologias de manejo florestal, de manejo de solo

e de água, dentre tantas outras. Os nossos programas estão cada vez mais se estruturando para contribuir com os novos desafios da agricultura. Nós estamos fazendo a opção por organizar portfólios de pesquisa em temas de grande relevância e importância estratégica para o Brasil como, por exemplo, a busca de inovações para o setor sucro-energético. A Embrapa, juntamente com outras instituições parceiras, tem um dos maiores portfólios de pesquisa no mundo para redução dos impactos das mudanças climáticas na agricultura. Também estamos organizando um portfólio voltado para o uso de geotecnologias, e tecnologias de monitoramento por satélite, que vai ajudar o país a entender melhor a sua base de recursos naturais fazendo uma gestão da agricultura em acordo com os novos desafios colocados pelo Código Florestal e pela temática da sustentabilidade. Realmente, não faz nenhum sentido, frente a tudo isso, dizer que a Embrapa não está conectada à realidade e às necessidades da agricultura brasileira. Estamos sim, muito preparados para, em conjunto com os nossos múltiplos parceiros ajudarmos na construção da agricultura brasileira do futuro.

Há algum tempo foi discutida a abertura de capital da Embrapa como uma eventual solução para esses problemas apontados anteriormente. Qual a opinião do senhor sobre esse assunto?

Eu creio que está claro para todos a dificuldade se seguirmos adiante com a perspectiva de abertura do capital da Empresa, na maneira como alguns imaginaram que fosse possível. O que não quer dizer que não precisemos buscar mecanismos, estratégias e meios criativos de aproximar cada vez mais a empresa do mercado de inovação. Pesquisa e inovação demandam recursos cada vez mais vultuosos e devemos sim encontrar novas maneiras de atrair recursos e investimentos do setor privado para o processo de inovação da Embrapa, sem perder de vista a função de empresa pública, que está no centro da nossa missão. Quem avaliar bem a lógica e a estrutura de produção da Embrapa, entenderá a amplitude das suas contribuições, representadas no seu portfólio de produtos, processos, serviços e informações. E facilmente compreenderá que não faz muito sentido se pensar em ampla abertura de capital ou na privatização de uma organização com a conformação e com a missão que temos.” (Fonte: Embrapa)

China deverá triplicar importações do Brasil até 2025. Stella Fontes – Valor Econômico. 10/10/2012

Maior cliente individual da celulose branqueada de eucalipto produzida no Brasil, a China deverá triplicar os volumes comprados até 2025, de acordo com projeção da Pöyry Tecnologia. No ano passado, o país asiático ficou com 3,9 milhões de toneladas da matéria-prima produzida na América Latina - o Brasil é, isolado, o maior produtor de celulose de eucalipto da região - e vai alcançar 12 milhões de toneladas/ano até 2025.

Conforme a Pöyry, a Ásia - com destaque para a China - será responsável por mais de 90% do crescimento da produção mundial de papel até 2025 e terá o mesmo peso na expansão do consumo global de fibra (celulose e papel reciclado). "Não acreditamos que a China será autossuficiente em celulose no futuro", afirmou o vice-presidente da multinacional finlandesa, Carlos Alberto Farinha e Silva, antes da abertura do 45º Congresso e Exposição Internacional da Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel (ABTCP).

O levantamento da Pöyry indica que, até 2025, a Ásia produzirá volume adicional de 86 milhões de toneladas anuais de embalagens, papéis gráficos e sanitários. Ao mesmo tempo, a região elevará em 88 milhões de toneladas anuais o consumo de fibra reciclada e celulose virgem.

Se as perspectivas de longo prazo são positivas para a indústria brasileira, o curtíssimo prazo tem despertado preocupação. Para a Pöyry, os resultados da indústria em 2012 ficarão abaixo do verificado no ano passado. "Estamos vendo perdas importantes de volume e receita no mercado internacional", acrescentou a presidente da Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa), Elizabeth de Carvalhaes. Segundo ela, as receitas com exportação de celulose recuaram 9% no acumulado do ano até setembro. No mesmo intervalo, a receita obtida com as vendas externas de papel caiu 11%.

De acordo com Elizabeth, os dados relativos a setembro foram conhecidos na segunda-feira e serão divulgados no próximo relatório conjuntural da Bracelpa. O último levantamento apontou que as exportações de celulose acumulavam queda de 7,9% de janeiro a agosto, para US\$ 3,058 bilhões.

A presidente da Bracelpa afirmou também que a indústria está ampliando seu portfólio e vai diversificar ainda mais a oferta de produtos florestais. Para ela, o foco das companhias no médio e longo prazos deve estar nos múltiplos usos da madeira. "Claramente, vamos abrir esse leque e partir também para pellets para energia, biocombustíveis, entre outros", afirmou.

Na semana passada, a Fibria, maior produtora mundial de celulose branqueada de eucalipto, anunciou a entrada no negócio de biocombustíveis com a compra de 6% do capital da americana Ensyn Corporation. Antes disso, a Suzano Papel e Celulose havia anunciado a criação de uma nova empresa, a Suzano Energia Renovável, que produzirá e exportará pellets para geração de energia.

Conforme Elizabeth, os investimentos de US\$ 24 bilhões projetados pela indústria brasileira até 2025 compreendem aportes em outros negócios e não apenas em celulose e papel. Inicialmente, a previsão era que esse valor fosse aplicado pelas empresas brasileiras até 2020. Com a crise econômica, o setor estendeu o prazo até 2025.

Orientação é intensificar atuação no exterior, diz presidente da Embrapa – Site do MAPA. 11/10/2012

Durante coletiva de imprensa nesta quinta-feira, 11 de outubro, o novo presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Maurício Lopes, destacou as prioridades da sua gestão. Entre elas, a orientação do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, para intensificar a atuação internacional da empresa. Lopes será empossado pelo ministro na próxima segunda-feira, 15 de outubro.

“A orientação do ministro foi clara quanto a atuação internacional da Embrapa, de que devemos intensificá-la”, afirmou Maurício Lopes, destacando ainda que os treinamentos de profissionais da empresa em outros países permitiram que o Brasil mantivesse estreitas relações com pesquisadores no exterior. De acordo com ele, a cooperação

técnica internacional é importante para desenvolver pesquisas voltadas ao aumento da produtividade no campo.

Ainda segundo Maurício, os Laboratórios Virtuais da Embrapa no Exterior (Labex) não sofrerão interferências e os trabalhos desenvolvidos nesses locais continuam sob a orientação da empresa no País. “A Empresa no exterior servirá para dar mais agilidade, mas os Labex seguem com o fluxo normal a partir da gestão no Brasil”.

A necessidade de consolidação do processo de inteligência estratégica – para antecipar problemáticas e resolvê-las de forma planejada – e da continuidade de desenvolvimento dos mais de mil projetos de pesquisa em andamento também foram ressaltados. Outros aspectos serão a busca por inovações para o setor sucroenergético e a análise de espécies que podem ser utilizadas no futuro como fontes alternativas de energia, além do monitoramento por satélite das áreas com atividades agropecuárias para ajudar a compreender melhor a base de recursos naturais brasileiros.

A Embrapa possui um orçamento para 2012 de R\$ 2,118 bilhões e conta com um quadro de 9,7 mil funcionários, sendo 2,4 mil pesquisadores. Em 2011, a empresa teve 70 patentes requeridas, 120 cultivares registradas, 472 contratos de transferência de tecnologia e lucro social de R\$ 17,9 bilhões.

MDA lança Chamada de Ater para promoção da agricultura sustentável. Site do MDA. 11/10/2012

Mais de 120 mil unidades familiares rurais de todo o Brasil receberão serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) com foco no desenvolvimento de sistemas sustentáveis de produção. Essa é a meta do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que, por meio da Secretaria da Agricultura Familiar, lança a Chamada Pública de Ater para produção da Agricultura Familiar Sustentável, publicada nesta quinta-feira (11), no Diário Oficial da União (D.O.U.).

“Nosso objetivo é que haja orientação técnica aos agricultores familiares no manejo sustentável do solo, da água e dos recursos florestais, buscando a diminuição ou mesmo a eliminação do uso de insumos químicos contaminantes ao meio ambiente e a saúde dos nossos agricultores”, afirma o ministro Pepe Vargas.

A chamada, no valor de R\$ 349 milhões, selecionará entidades de Ater nas 27 unidades da Federação. No total, 120.050 agricultores serão beneficiados.

O secretário da Agricultura Familiar, Valter Bianchini, explica que a metodologia a ser desenvolvida pelo serviço de Ater desta chamada terá como referencial a promoção de uma rota crescente de sustentabilidade dos agroecossistemas. A rota combina a otimização no uso dos recursos naturais e de insumos de base ecológica que gerem qualidade, produtividade e estabilidade da produção com crescimento econômico e conservação ambiental. “Os agentes de Ater irão trabalhar o redesenho dos sistemas produtivos e uma transição para sistemas mais sustentáveis, a partir de uma visão mais integrada da unidade produtiva.” O secretário acrescenta: “Vamos trabalhar na perspectiva de fortalecer e dinamizar a organização produtiva e econômica da agricultura familiar”.

O atendimento aos agricultores beneficiados será feito durante três anos.

Novo presidente da Embrapa toma posse na próxima semana. Tarso Veloso – Valor Econômico. 11/10/2012

Com a determinação de intensificar as ações da Embrapa Internacional e pesquisas sobre variedades para o produtor rural, o engenheiro agrônomo Maurício Antônio Lopes assumiu ontem a presidência da Embrapa. Lopes foi indicado pelo ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, e a cerimônia de posse será realizada no próximo dia 15, na sede do ministério.

Graduado em agronomia pela Universidade Federal de Viçosa (MG), o mineiro de Bom Despacho era um dos nomes preferidos do governo para assumir o comando da estatal, conforme publicou o **Valor**. Pesquisador da Embrapa desde 1989, Lopes atuou como pesquisador no melhoramento genético de plantas, chefiou departamentos de pesquisa e foi coordenador de um programa de cooperação internacional na Ásia.

A experiência adquirida no exterior - atuou no Labex Coreia, laboratório internacional da Embrapa presente em diferentes países - pesou na escolha do cargo. Antes de se tornar presidente, Lopes ocupava o cargo de diretor-executivo de pesquisa e desenvolvimento da estatal.

Lopes tem mestrado em Genética pela Purdue University (EUA), doutorado em Genética Molecular pela University of Arizona (EUA) e pós-doutorado pelo Departamento de Agricultura da Agência para Alimentação e Agricultura da ONU (FAO), na Itália.

O novo presidente da Embrapa é defensor das pesquisas genéticas principalmente as voltadas para a área de mudanças climáticas. "Existe uma preocupação muito grande com o desenvolvimento de tecnologias para fazer frente aos eventos climáticos cada vez mais extremos, como o calor e o frio intensos fora de época. Para garantir a produção da agricultura frente a essas mudanças previstas para as próximas décadas, será necessário avançar substancialmente em diversos campos do conhecimento científico e tecnológico", defende.

Segundo Lopes, a grande conquista da pesquisa agropecuária foi reduzir o custo dos alimentos para o povo brasileiro. "Nas últimas décadas, por meio das pesquisas no país, conseguimos diminuir o custo dos alimentos pela metade", reforçou ele.

Lopes substituiu Pedro Arraes, que estava no cargo desde 2009 e sua exoneração foi determinada pelo governo federal após críticas a sua gestão, sobretudo em relação aos investimentos da Embrapa Internacional. Nos próximos dias, uma sindicância interna deverá ser aberta para investigar a criação e projetos da área internacional da estatal.

Ontem foi publicada no Diário Oficial da União (DOU), uma outra mudança: a exoneração do diretor Luiz Carlos Oliveira, do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária (DIPOA) do Ministério da Agricultura. Oliveira tomou posse do cargo em janeiro do ano passado. De acordo com fontes do ministério, sua exoneração foi causada por motivos de insubordinação.

Segundo o secretário de Defesa Agropecuária, Ênio Marques, a troca tem a ver com a formação de uma nova equipe "mais afinada para os novos desafios", afirma. Assume em seu lugar a coordenadora-geral de Inspeção do departamento, Judi Maria da Nóbrega.

Governo prepara mais estímulos para exportações. Adriana Fernandes e Renata Veríssimo – O Estado de São Paulo. 12/10/2012

Uma das medidas em estudo cria um sistema de crédito para as empresas vinculado à receita futura com as vendas no exterior

Preocupado com a perspectiva de uma queda ainda mais acentuada das exportações, que ameaça comprometer a retomada do crescimento da economia brasileira em 2013, o governo vai lançar novas medidas para melhorar o desempenho do comércio exterior. Mudanças regulatórias para a ampliação de instrumentos de garantia do crédito à exportação estão sendo preparadas pela área econômica, segundo apurou a 'Agência Estado'.

A estratégia é melhorar a regulação do sistema de garantias (colaterais), facilitando a obtenção de crédito pelas empresas exportadoras. Entre as medidas, o governo vai facilitar o uso de recebíveis (receita futura) como garantia dos financiamentos à exportação. Uma empresa que fornece algum produto ou serviço, por exemplo, para o mercado doméstico, mas também é exportadora, poderá usar esses recebíveis como garantia do financiamento à exportação.

Dessa forma, será criado um sistema de crédito à exportação vinculado à receita futura. "Em geral, hoje é difícil isso acontecer", disse uma fonte.

Será criado um sistema regulatório que permitirá ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) aceitar esse recebível como garantia do financiamento do banco à empresa exportadora. "Esse papel (o recebível), do jeito que é hoje, não é uma garantia aceita dentro da regulação", disse a fonte.

Com as mudanças regulatórias, o governo quer estimular o mercado secundário de garantias por meio da sua securitização, que consiste em agrupar esses ativos e convertê-los em um título que pode ser negociado no mercado. As mudanças terão de ser aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e possivelmente também será preciso enviar ao Congresso um projeto de lei.

Eximbank

O governo também deve tirar do papel o projeto de criação do Eximbank, um estrutura administrativa dedicada ao financiamento do comércio exterior. A proposta foi anunciada ainda no governo Lula, entre as medidas de estímulo à indústria nacional, mas ainda não foi implementado por problemas de definição da sua estrutura de governança.

Duas possibilidades estão em estudo para o Eximbank: vinculá-lo ao BNDES ou à Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias (ABGF).

Recém-criada, a ABGF, que vem sendo chamada de Segurobrás, vai gerir uma série de fundos, entre eles o de exportação. A expectativa do governo é de que o novo órgão seja um importante instrumento para viabilizar os colaterais.

Mas a regulamentação da agência, admitiu um fonte do governo, deverá ficar somente para 2013 por causa da agenda da equipe econômica, que está voltada neste momento para a definição das regras das concessões públicas e da redução do custo de energia.

Mas até o fim do ano o governo deve anunciar a simplificação e consolidação das leis de comércio exterior, algumas com mais de 50 anos. Também deverá ficar pronta a regulamentação do Fundo de Financiamento à Exportação (FFEX), criado no âmbito do Plano Brasil Maior. O fundo vai financiar as vendas externas de micro, pequenas e médias empresas.

Mercado de semente vira alvo da Embrapa. Venilson Ferreira – O Estado de São Paulo. 12/10/2012

Novo presidente reiterou ainda o interesse do governo na internacionalização da empresa

O novo presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), Maurício Antonio Lopes, defendeu ontem maior presença do setor público no mercado de sementes, que atualmente é dominado pelas multinacionais. Lopes, que toma posse na próxima segunda-feira, reiterou a disposição do governo de reforçar o processo de internacionalização da empresa.

A criação de um braço internacional da Embrapa derrubou o ex-presidente Pedro Arraes. A empresa no exterior foi extinta por determinação do ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, por causa de irregularidades apontadas pelo conselho de administração da empresa de pesquisa agropecuária.

Lopes explicou ontem que a extinção do braço internacional da Embrapa está relacionado à forma como a empresa foi criada, mas isso não significa que será reduzida a ênfase em ampliar a atuação em outros países. "Estaremos sempre buscando mecanismos e formas para que nossa atuação possa se dar de maneira rápida, de acordo com nossos parceiros no exterior."

Em relação à concentração no mercado de sementes, Maurício Lopes disse que a perda de espaço do setor público nesse segmento foi "natural", consequência da lei de patentes criada na década de 90 que acabou atraindo o interesse das multinacionais para o Brasil, pois perceberam que "era a grande fronteira para a produção de alimentos no mundo".

Na opinião do novo presidente da Embrapa, o setor público deve, entretanto, lutar para ampliar o espaço de atuação no segmento de sementes, "que é crítico, estratégico para a economia brasileira, que depende em grande medida do desempenho do agronegócio". Ele afirmou que a Embrapa não pode ser eliminada dos mercados de sementes de milho, soja, algodão e biotecnologia. Entretanto, observa que é preciso ser realista para saber que a Embrapa jamais voltará a ter 60% do mercado de sementes de soja, "porque temos um setor privado pujante, com uma capacidade de investimento muito grande".

Além da mudança na chefia da Embrapa, o governo promoveu outras alterações na cadeia de comando do Ministério da Agricultura. O secretário de Política Agrícola, Caio Rocha, do PMDB do Rio Grande do Sul, vai assumir a Secretaria de Desenvolvimento e Cooperativismo, no lugar de Erikson Camargo Chandoha, indicado pelo PMDB paranaense. Chandoha, que coordenou a participação do Ministério da Agricultura na conferência Rio+20, passa a ser diretor de Cooperativismo e Associativismo Rural.

O nome mais provável para ocupar a Secretaria de Política Agrícola é Glauber Silveira, produtor rural em Campo de Júlio (MT) e presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Soja (Aprosoja Brasil). A informação foi confirmada para a Agência Estado pelo senador Blairo Maggi (PR-MT).

Mudanças também estão sendo feitas na Secretaria de Defesa Agropecuária. A primeira exoneração, publicada anteontem no Diário Oficial, foi do diretor do Departamento de Inspeção de Origem Animal (Dipoa), Luiz Carlos de Oliveira. Ontem foi exonerado o diretor do Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal (Dipov), Maçao Tadano. O cargo de diretor do Dipoa ainda continua vago, mas para o Dipov foi nomeado Ricardo da Cunha Cavalcanti Júnior, que era diretor de programa da Secretaria de Defesa Agropecuária e será substituído por José Luis Ravagnani Vargas.

Fiesp vê pouca verba para pesquisa em agronegócio. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo. 12/10/2012

Os recursos financeiros destinados a investimentos em pesquisas no agronegócio repassados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação são poucos e podem não se concretizar.

O saldo líquido disponível para este ano é de apenas

R\$ 12,6 milhões para novos projetos, na avaliação da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo).

No balanço de setembro, o ministério afirmou que o montante disponível para ser aplicado em 2012, por meio do Fundo Setorial do Agronegócio, seria de R\$ 71,3 milhões.

Esse valor representa pouco do PIB do agronegócio de 2011, que totalizou R\$ 917,6 bilhões.

Um agravante foi o contingenciamento de R\$ 38 milhões do orçamento inicial, restando R\$ 33,3 milhões. Desse total, R\$ 20,7 milhões foram utilizados para pagar compromissos assumidos em anos anteriores e para as despesas de administração do fundo, segundo a Fiesp.

O resultado é um saldo líquido de apenas R\$ 12,6 milhões para novos projetos, muito abaixo dos já insuficientes R\$ 71,3 milhões previstos inicialmente, afirma a entidade.

Para 2013, estima-se um volume de recursos de R\$ 81,3 milhões. A Fiesp considera que são necessários o incremento dos recursos e a efetiva disponibilização deles e que eles

tenham critérios mais objetivos para que realmente sejam utilizados durante o período a que foram destinados.

Mais soja Os novos números de oferta e demanda divulgados pelo Usda (Departamento de Agricultura dos EUA) apontam produção de 77,8 milhões de toneladas nesta safra.

Acima A previsão do mês passado indicava 71,7 milhões. Com mais oferta, o Usda pode prever um consumo maior, de acordo com a AgRural. As exportações, agora, vão a 34,4 milhões de toneladas.

Açúcar As exportações deste ano somaram 11,5 milhões de toneladas e estão 3 milhões de toneladas abaixo das de janeiro a setembro de 2011. Um dos motivos foi a greve de servidores.

Preços Mas, se essa recuperação não ocorrer a partir de agora por falta de destinos para o açúcar, a situação se complica para os produtores, afirma Júlio Maria Borges, da JOB Economia e Planejamento.

Pepe Vargas participa da 39ª Sessão do Comitê de Segurança Alimentar Mundial da FAO – Site do MDA. 13/10/2012

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, participa da 39ª Sessão do Comitê de Segurança Alimentar Mundial (CSA), na Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), na próxima segunda e terça-feira (dias 15 e 16), em Roma, na Itália. Entre as reuniões de representantes de 192 países e organizações da sociedade civil, o ministro Pepe falará na abertura da plenária que debaterá e colocará para aprovação o Marco Estratégico Global para Segurança Alimentar e Nutricional, na terça-feira (16), a partir das 14h30. O Brasil, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), foi um dos principais países articuladores do Marco Estratégico, tendo presidido o Grupo de Trabalho no CSA criado para a elaboração do documento.

Novas regras para sindicatos - O Estado de S.Paulo. 13/10/2012

Com o estabelecimento de regras mais rigorosas para a concessão do registro de novos sindicatos, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) tentará corrigir uma anomalia por ele mesmo criada e que, por facilitar o funcionamento regular de novas entidades de representação de empregados e empregadores, vinha causando mais deformidades à estrutura sindical brasileira.

Por causa da leniência com que o MTE tratou da questão em gestões anteriores, houve uma farra de reconhecimentos de organizações sindicais. Nos últimos cinco anos, foram registrados 1.378 novos sindicatos, a imensa maioria representante de categorias profissionais, isto é, de empregados, numa média de um registro por dia útil.

É possível que parte das novas organizações atenda uma parcela dos trabalhadores que não estava adequadamente representada. Mas é certo que boa parte delas veio acentuar um dos aspectos mais nocivos da estrutura sindical brasileira, que é a existência de

sindicatos fantasmas. São os sindicatos sem sindicalizados, sem vínculo com os trabalhadores e que existem apenas para permitir que seus dirigentes se apropriem de uma fatia do imposto sindical, sem necessidade de prestar contas a suas bases nem a órgãos públicos.

Agora, parece que o próprio Ministério quer mudar isso, para que os novos sindicatos nasçam da decisão de um número mínimo de trabalhadores da base e não apenas do pedido de um grupo restrito de pessoas, como ocorre no momento - que os sindicatos, enfim, tenham representatividade e cumpram o papel para o qual serão criados.

A mudança não será simples, pois envolve questões constitucionais e políticas. No plano político, o ministro do Trabalho, Brizola Neto, vem mantendo encontros com dirigentes de organizações sindicais de trabalhadores e de empresários para discutir as novas regras do registro sindical, por ele prometidas pouco depois de assumir o cargo, em maio último. A ideia de mudança foi bem recebida, pois as regras atuais estão sendo questionadas por patrões e empregados, até mesmo por meio de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (Adins) em tramitação no STF. Mas as propostas de novas regras que agradam a uma parte das entidades sindicais poderão ser contestadas por outras.

Embora assegure a liberdade de associação profissional ou sindical, estabeleça que a lei não poderá exigir autorização do Estado brasileiro para a fundação de um sindicato e vede a interferência e a intervenção do Poder Público na organização sindical, a Constituição de 1988 estabelece também que, para funcionar, o sindicato precisar ter "o registro no órgão competente".

Assim, o surgimento de uma entidade sindical ocorre em dois momentos, o da criação, livre, e o de seu registro, que compete a um órgão do governo. Como não há lei específica para sanar dúvidas, em 2003 o STF aprovou a Súmula 677, dando ao MTE a incumbência de "proceder ao registro das entidades sindicais e zelar pela observância do princípio da unicidade" (isto é, da existência de apenas um sindicato por categoria profissional na mesma base territorial), "até que lei venha a dispor a respeito".

Para desincumbir-se dessa tarefa, o MTE baixou, em 2008, a Portaria 186, que abriu caminho para a onda de criação de sindicatos, ao permitir a existência de várias entidades sindicais de uma mesma categoria na mesma base. A portaria foi contestada no STF por 11 confederações de trabalhadores e por várias confederações patronais. Para os autores das Adins, a portaria fere princípios constitucionais como o da não interferência na organização sindical, o da unicidade sindical e do sistema de representação sindical e o da legalidade.

Além de eliminar as falhas da portaria atual, o MTE quer estabelecer critérios mais rigorosos para o registro de novos sindicatos, como a exigência de comprovação de que a entidade foi criada em assembleia de trabalhadores e sua diretoria, eleita. Deverá ser elaborada uma nova tabela de categorias profissionais, para limitar o desmembramento de sindicatos ou a criação de sindicatos da mesma categoria na mesma base.

O Teorema de Eliseu. Kátia Abreu – Folha de São Paulo. 13/10/2012

Só o uso da tecnologia na agricultura familiar reduziria a concentração de renda no agronegócio

Com base, única e exclusivamente, nos Censos do IBGE, o cientista Eliseu Alves, que "modelou" a Embrapa nos anos 1970, criou um singelo teorema, cujo enunciado é uma preposição que reclama urgentemente debates políticos e econômicos.

Aos 81 anos, ainda mais lúcido e sábio, expõe: "Somente a disseminação intensiva de tecnologia -que 1) promoveu o crescimento da agricultura brasileira; 2) pagou boa parte da dívida externa; 3) diversificou e ampliou as exportações; 4) reduziu substancialmente o preço da cesta básica; 5) gerou poupança para financiar o desenvolvimento e os programas de transferência de renda- pode eliminar a pobreza rural, desconcentrar a renda e gerar bem-estar no campo".

Fica por minha conta a enumeração das premissas usadas por Eliseu para poupá-lo de acrescentar fatos históricos à sua demonstração. Bastaria ter apresentado as evidências, que só a percepção dos homens da ciência registra e incorpora ao conhecimento corrente. Seu tema era "O que falaram os Censos do IBGE", mas Eliseu Alves passou surpreendentemente dos números censitários à conclusão precisa.

Lembro-me de que copiei apressadamente a preposição que ele, na sua modéstia, não anunciou como teorema. Seguindo sua forma didática e direta de expor, ilustrada com referências históricas, memoriais pessoais, dados científicos e desconcertantes observações prosaicas, logo percebi que apenas introduzia sua mais recente obstinação de profeta da nossa agropecuária: resgatar a pobreza rural que domina o interior do Brasil.

Atualmente, das 4,4 milhões de propriedades rurais de todos os tamanhos existentes no país, que declararam renda e área no Censo Agropecuário de 2006, apenas 27,3 mil geram renda superior a 200 salários mínimos mensais, enquanto 2,9 milhões obtêm do trabalho na terra menos de dois salários mínimos. Esse valor é insuficiente para manter três adultos, que é a convenção estatística para avaliar o número de pessoas que tiram o sustento de uma propriedade rural no Brasil.

Considerando a produtividade média, pouco mais de 50 mil propriedades bastariam para gerar 100% da renda da agricultura brasileira. Ou seja, 4,3 milhões de propriedades rurais brasileiras não rendem o que deveriam. O número expõe, com precisão, a relação entre concentração de renda e pobreza na nossa agropecuária.

Num país onde as palavras se desgastam com incrível velocidade para servir a paixões e interesses, é muito salutar que a ciência apresente números que nos abram os olhos à realidade.

É o caso do paradoxal êxito do agronegócio convivendo com a extrema pobreza rural, que persiste no Brasil. Os números que caçam as observações de Eliseu Alves desfazem preconceitos, deformações ideológicas, credices, explorações oportunistas.

Se partirmos de constatações expostas em números no Censo Agropecuário do IBGE, algumas assertivas ajudam a entender o quadro: a tecnologia, cujo uso explica o crescimento da agricultura, também explica, pela ausência, a concentração de renda do agronegócio, assim como a pobreza rural.

Só há uma saída: a modernização da agricultura familiar, com a adoção de tecnologias adequadas. Sem a geração e a difusão de tecnologia, não adianta buscar soluções revolucionárias ou reacionárias, mágicas ou esotéricas.

A terra -insumo indispensável para plantar e criar- já não explica o crescimento da produção agropecuária: a produtividade gerada pela tecnologia inverteu todos os gráficos de relação entre produção e áreas plantadas e de pastos.

Para modernizar o campo, é premente e inadiável a implantação de um novo modelo de assistência técnica rural, conforme já anunciado pela presidente Dilma Rousseff.

A propósito, escrevo este artigo no momento em que estão ocorrendo mudanças na Embrapa, que é o grande centro de referência da nossa agropecuária. Desejamos que a instituição continue mirando o exemplo de Eliseu Alves, que deu o primeiro passo para transformar a excelência da nossa ciência em mais alimentos, empregos, PIB e renda para os brasileiros.

KÁTIA ABREU, 50, senadora (PSD/TO) e presidente da CNA (Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil), escreve aos sábados nesta coluna.

O novo ano da agricultura – O Estado de São Paulo. 15/10/2012

Um novo recorde na safra de grãos e oleaginosas poderá ser obtido em 2012-2013, segundo a primeira estimativa de plantio divulgada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Os cálculos iniciais indicam uma produção na faixa de 177,7 milhões a 182,3 milhões de toneladas de algodão, amendoim, arroz, feijão, milho, soja, trigo e umas poucas lavouras menos importantes. O aumento ficará entre 7,2% e 10%. O governo divulgará levantamentos atualizados nos próximos meses. Por enquanto, as perspectivas são de boas condições de abastecimento no próximo ano e de resultados satisfatórios nas exportações do agronegócio. No entanto, quase todo o aumento de área, estimado entre 0,2% e 2,7%, dependerá de uma única lavoura - a da soja - com variação prevista entre 5,5% e 9,1%. A decisão dos produtores é obviamente uma resposta às condições do mercado internacional. Em outras circunstâncias, essa decisão poderia ser um indício de problemas no mercado interno.

Embora com expansão de área menor que a da soja, ou mesmo com redução, a oferta de produtos essenciais ao consumidor brasileiro deverá ser satisfatória. A produção de soja deve aumentar entre 13,7 milhões e 16,4 milhões de toneladas. Na primeira safra, o acréscimo na colheita de milho ficará entre 653 mil e 2 milhões de toneladas - uma boa notícia para os produtores e exportadores de frangos e suínos e para os consumidores internos. O feijão da primeira safra deve resultar entre 45,9 mil e 84,5 mil toneladas mais volumoso que o de um ano antes. A colheita de arroz poderá ser mais ou menos igual à de 2011-2012 - em qualquer caso, sem risco para o abastecimento.

Alguns fatores permitem uma avaliação tranquila do cenário. Uma produtividade maior poderá garantir boas colheitas em áreas menores. De janeiro a agosto as entregas de fertilizantes foram 4,8% maiores que as de igual período de 2011. Projeções da Conab indicam entregas de 30,2 milhões de toneladas até o fim do ano, com acréscimo de 6,7% sobre o volume do ano anterior. A venda de máquinas agrícolas - 44 mil unidades até agosto - foi 0,2% inferior à de um ano antes, mas até dezembro o total projetado - 66 mil - poderá superar o de 2011.

Outro fator é a fluidez do comércio. Amplamente integrado no mercado global, o agronegócio tanto aproveita as oportunidades de exportação quanto garante, pela importação, condições adequadas de abastecimento, quando necessário. Fatores incontornáveis, como a seca deste ano nos EUA e o aumento de demanda em grandes mercados, podem forçar aumentos de preços, mas com efeitos geralmente passageiros.

O governo tomou uma excelente decisão para os consumidores brasileiros, há mais de duas décadas, quando resolveu deixar de protegê-lo por meio de controles de preços e de intervenções, quase sempre desastrosas, no comércio internacional de produtos agrícolas. O aumento da produtividade e o superávit crescente do agronegócio foram acompanhados de condições estáveis de suprimento e de preços melhores para os consumidores nacionais.

O governo manteve, no entanto, esquemas perfeitamente justificáveis de intervenção, por meio das políticas de preços mínimos, de financiamento e de manutenção de estoques públicos. Além disso, as estimativas da Conab indicam aumento dos estoques finais de algodão, feijão, milho, soja e derivados e trigo e uma pequena diminuição do de arroz.

O cenário, portanto, é em geral favorável, embora a evolução do mercado internacional possa favorecer a elevação de preços de alguns produtos. Segundo avaliação do Banco Mundial, a combinação de instabilidade e cotações elevadas deve ser a nova condição dos mercados. Se essa avaliação for correta, o governo terá mais um forte motivo para reforçar e aperfeiçoar a política de estoques reguladores. Esse é mais um motivo para se tratar com mais cuidado da política agrícola do governo, área também atingida, como comprovaram os escândalos do ano passado, pelos males do loteamento e do aparelhamento.

Conab doa 10,8 mil t de arroz para países africanos – Site da CONAB. 16/10/2012

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) envia esta semana, a partir do porto de Rio Grande/RS, 10.864 toneladas de arroz industrializado, a granel, para o continente africano. A ajuda humanitária internacional está prevista na Lei Federal nº 12.429, de 20 de junho de 2011.

Mauritânia (1.500 t), Senegal (900 t), Camarões (3.550 t), Burkina Faso (1.000 t) e Mali (3.914 t) são os países contemplados com as doações. Para a semana que vem, está previsto o embarque de outras 24 mil toneladas do cereal para o continente.

Até setembro, a Companhia já doou 116 mil t de arroz, 39 mil t de feijão e 60 mil t de milho para mais de 20 países dos continentes africano, asiático e centro-sul-americano.

MDA busca diretrizes para melhorar semiárido – Site do MDA. 16/10/2012

Buscar diretrizes para melhorar a situação do semiárido brasileiro foi o objetivo da participação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em reunião nesta terça-feira (16), em Pernambuco, com representantes da Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA). O coordenador de Políticas Públicas para o Semiárido do ministério, Jerônimo Rodrigues, participou da solenidade.

Segundo ele, o encontro foi dedicado a ouvir as principais demandas das entidades a respeito das necessidades do semiárido, do combate à pobreza e do desenvolvimento sustentável do País. O coordenador explica que o momento é importante, pois a Assessoria Especial de Políticas Públicas para o Semiárido do ministério trabalha nas medidas utilizadas para atuar nessa região. “É importante para formulamos quais são as políticas públicas do MDA que vão dialogar melhor com essa área”, esclareceu.

O semiárido é a região com o maior número de pessoas em estado de pobreza extrema. Mais de 22 milhões de pessoas, sendo cerca de oito milhões residentes em área rural, totalizam 58% da população pobre do País. Pensando em mudar esse quadro foram ressaltadas durante o evento as áreas em que há maior necessidade de melhora e aperfeiçoamento como aumento do crédito, Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), comercialização, organização produtiva, entre outros.

Debate

“Foi um bom debate. A gente levantou várias questões sobre políticas que precisam ser adequadas à realidade do semiárido e levamos um conjunto de propostas que foi muito bem aceita”, avalia a coordenadora executiva da ASA pelo Ceará, Cristina Nascimento. Ela ressaltou a importância desses espaços de discussão e enfatizou a importância da criação, pelo MDA, de uma assessoria específica para discutir o semiárido. “A Articulação se sente fortalecida com a presença do Jerônimo para fazer a interlocução direta e prioritária com a ASA aqui no semiárido”, observou Cristina ao mencionar que este foi o primeiro de outros encontros que ainda estão por vir.

Entre as sugestões da Articulação estão: estoque de água, efetivação de uma assistência técnica com especial atenção à realidade do semiárido, bem como a manutenção, resgate e fortalecimento da produção das sementes crioulas.

Como encaminhamento a ASA se comprometeu a sistematizar as propostas e manter o diálogo com o MDA. A expectativa é que estas possam ser incorporadas ao Plano que será apresentado à presidenta Dilma Rousseff até meados de novembro.

Governo prepara plano para estimular produção de pescado. Tarso Veloso – Valor Econômico. 16/10/2012

O Ministério da Pesca (MPA) trabalha na conclusão do Plano Safra da Pesca e Aquicultura, que deverá destinar R\$ 4 bilhões em ações de incentivo ao segmento. Os

recursos serão divididos entre crédito aos produtores, desoneração da cadeia produtiva e assistência técnica, entre outras iniciativas. O objetivo é levar a produção brasileira de pescados a um patamar superior a 2 milhões de toneladas por ano a partir de 2014. A produção nacional, em 2010, foi de 1,2 milhão de toneladas. Com a iniciativa, o governo busca reduzir a dependência da importação de peixes, que chegou a 34,2% do que foi consumido no país há dois anos.

Os recursos para esse fim fazem parte dos R\$ 137 bilhões do Plano de Safra, anunciado em junho, para grandes e médios produtores agropecuários. Uma parte será destinada para que os aquicultores obtenham financiamentos com juros menores e o restante deverá ser usado diretamente pelo ministério em ações de incentivo à produção.

Os pescadores terão acesso às mesmas taxas de juros anunciadas pelo governo para os financiamentos dos grandes produtores rurais, que foi reduzida de 6,75% para 5,5% ao ano. A taxa dos médios passou de 6,25% para 5% e, dos pequenos, de 4,5% para 4% por ano. Por enquanto, ficou decidido que não deverão ser criadas novas linhas de crédito. Fontes do governo creem que fomentar as opções existentes já são suficientes.

O ministro da Pesca, Marcelo Crivella, reforça a tese do governo com o Plano Safra da Pesca e Aquicultura. "Influenciar na queda do preço dos pescados, aumentar o consumo e gerar emprego e renda", publicou o ministro em seu twitter.

Em declínio a partir da década de 90, o consumo de peixes no país se esbarrava em três principais obstáculos: preços elevados, falta de hábito de consumo e produção nacional acanhada. No entanto, esse cenário começou a mudar em 2005, impulsionado pelo crescimento da renda da população brasileira. O consumo nacional per capita anual passou de 6,66 quilos para 9,75 quilos em 2010, segundo informações mais recentes do Ministério da Pesca. Especialistas do setor acreditam que esses dados tendem a ser superados nos próximos anos.

Além de fomentar o crédito, o plano para o setor da pesca pretende aumentar os prazos de carência e pagamento, qualificar os critérios para obtenção de financiamento e desonerar a cadeia produtiva. Em suas ações diretas, o ministério tem intenções de garantir assistência técnica e extensão pesqueira e aquícola, ampliar a capacidade de compras institucionais para apoiar o pescador artesanal e o aquicultor familiar e fortalecer o cooperativismo. Está em estudo ainda, a melhoria de infraestrutura e equipamentos e a modernização de embarcações.

A crise mundial e o agronegócio - O Estado de S.Paulo. 16/10/2012

O agronegócio assegurará, mais uma vez, o bom desempenho da balança comercial brasileira, mas, como outros setores da economia, já sente os efeitos da crise internacional. Nos nove primeiros meses do ano, as exportações do agronegócio alcançaram US\$ 71,25 bilhões, um valor excepcional se comparado com as exportações totais do País. No período, o setor respondeu por 39,5% de tudo o que o País exportou, o que inclui minérios, matérias-primas em geral, produtos semimanufaturados e manufaturados, além dos seus produtos agrícolas e agroindustriais. Mas esse valor é apenas 0,5% maior do que o registrado nos nove primeiros meses de 2011 e, se o

desempenho recente se repetir até dezembro, é possível que o total exportado pelo agronegócio em 2012 seja menor do que o do ano passado.

Como as importações do setor diminuíram 6,2% nos nove primeiros meses do ano na comparação com o mesmo período de 2011, o saldo comercial cresceu 2,0%, tendo passado de US\$ 58,05 bilhões para US\$ 59,22 bilhões, valor mais do que suficiente para compensar com grande folga o déficit comercial registrado pelo setor industrial. Mas, como as exportações, também o saldo comercial do agronegócio tende a diminuir, embora, pelo valor que já atingiu, deva manter-se elevado nos próximos meses.

Em setembro, de acordo com dados divulgados pelo Ministério da Agricultura, as exportações do agronegócio alcançaram US\$ 8,68 bilhões, 7,5% menos do que o valor exportado em setembro de 2011 e 1,5% menor do que as exportações de agosto deste ano. Redução do volume exportado, queda dos preços internacionais ou a combinação desses fatores explicam a queda do valor exportado no mês passado.

As exportações do complexo soja (grão, farelo e óleo), principal item da pauta do agronegócio, caíram 30,8% em valor e 39,9% em volume na comparação com setembro de 2011. Um dos poucos setores que apresentaram aumento em relação ao ano passado foi o de carnes (de frango, bovina e de porco), com aumento de 3% em valor.

A conclusão mais preocupante dos dados recentes sobre o comércio exterior do agronegócio é que estão em queda, rápida em alguns casos, as vendas para os principais mercados. Em setembro, as exportações para os dois principais blocos compradores de produtos brasileiros, que respondem atualmente por 55% do total das vendas externas do setor, a Ásia (excluído o Oriente Médio) e a União Europeia, caíram 16,9% e 11,2%, respectivamente.

Para a China, o maior cliente do agronegócio brasileiro, as exportações em setembro foram 37,7% menores do que as de setembro de 2011. Nos nove primeiros meses do ano, as exportações para a Ásia ainda registram aumento expressivo, de 15,3%. No entanto, se se repetir a drástica redução das exportações para a China observada em setembro, essa variação diminuirá rapidamente, e poderá se tornar negativa.

As exportações para a União Europeia já registram redução de 6,9% no acumulado dos nove primeiros meses do ano e tendem a acentuar a queda, dada a persistência da crise pela qual passa o bloco e que afeta duramente todas as exportações brasileiras. Os resultados das exportações de outros produtos para a União Europeia são piores que os do agronegócio, pois as vendas totais do Brasil para o bloco em crise diminuíram 8,1%. Nota divulgada no início do mês pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior indica a queda das exportações de minério de ferro, produtos siderúrgicos, ouro em forma semimanufaturada, plásticos, produtos químicos e aparelhos eletrônicos, além de produtos exportados pelo agronegócio, como café, celulose e carnes.

Para o Brasil, este deverá ser o pior ano do comércio com a Europa em uma década. Mesmo assim, o resultado final ainda deverá ser um saldo comercial favorável ao Brasil, mas o superávit poderá ser o menor desde 2002. Através da balança comercial, a crise europeia afeta diretamente toda a economia brasileira, incluindo o agronegócio, que continua sendo o setor mais dinâmico do comércio exterior do País.

**Sorriso recebe título de Capital Nacional do Agronegócio – Site do MAPA.
17/10/2012**

Município foi palco da abertura do plantio da safra de soja 2012/2013

Agora é oficial. O município de Sorriso, no Mato Grosso, é a Capital Nacional do Agronegócio. O título foi conferido por meio da lei 12.724, publicada no Diário Oficial da União (DOU) desta quarta-feira (17/10), sancionada pela presidenta Dilma Rousseff e assinada pelo ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho.

O município foi palco da abertura do plantio da safra 2012/2013 de soja. A produção em Sorriso chega a 2,1 milhões de toneladas por safra. Os produtores locais também investem em milho, feijão, arroz e algodão, além da criação de bovinos, suínos e aves.

Situado na região norte do estado, a 412 km da capital, Cuiabá, Sorriso tem 75 mil habitantes e Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 2,5 bilhões.

**Brasileira que levar plantio direto à Europa. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo.
17/10/2012**

Uma empresa brasileira quer consolidar o plantio direto na Europa, ainda incipiente. Há dez anos tentando promover esse tipo de plantio no continente europeu, uma prática já adotada no Brasil desde a década de 1970, a Semeato S.A., uma indústria 100% brasileira, diz que agora terá as condições para efetuar esse objetivo.

Líder na produção de semeadoras para plantio direto no Brasil, a empresa se une à New Holland para fornecer esses equipamentos à multinacional italiana.

Carolina Rossato, diretora comercial da Semeato, diz que, além da consolidação no mercado brasileiro, a empresa quer ampliar participação na Europa e na África.

Na avaliação dela, as indústrias têm de oferecer cada vez mais um pacote tecnológico eficiente para os produtores. Daí a união entre a Semeato e a NH, o que poderá oferecer mais tecnologia para o desenvolvimento desse sistema fora do país.

Carlos d'Arce, diretor de marketing da NH na América Latina, diz que as empresas têm de responder a todas as demandas. Como a NH não tem plantadeira e não vai desenvolver esse equipamento, buscou a Semeato.

Para Rossato, é preciso começar passo a passo e a maior barreira na Europa é a tradição de pai para filho no plantio convencional.

Ela afirma que a opção por esse plantio será inevitável devido à necessidade de uma produção maior de alimentos com conceitos de preservação e de melhor qualidade dos produtos.

Ela está ciente de que essa mudança passa por várias barreiras, mas que pesquisas, vindas do setor e de universidades, vão auxiliar.

Para d'Arce, essa parceria será importante para a busca de mercados na Europa e na África, mas cada região tem o seu ritmo distinto. Na Europa, o sistema tradicional de plantio, que remove a terra a cada safra, serve para esquentar o solo, após o inverno intenso da região.

Já as lavouras africanas têm características semelhantes às brasileiras, o que favorece mais o plantio direto, segundo d'Arce.

Esse sistema reduz a erosão da terra, conserva o solo mais úmido e reduz custos de produção.

Um novo tempo para o agronegócio paulista. Antônio Julio Junqueira de Queiroz – O Estado de São Paulo. 17/10/2012

Na última década, São Paulo foi responsável por 1/3 das exportações do agronegócio brasileiro, provedor de 36% das vendas no mercado externo e de 40% dos empregos no País. Entretanto, talvez por preconceito político-ideológico, a importância da atividade e a participação paulista não têm sido respaldadas pelo governo federal. Assim, deixamos de explorar todo o potencial presente no empreendedorismo dos produtores, nossa liderança na agricultura tropical conquistada pela pesquisa e a aptidão natural para a produção de commodities agropecuárias. Lamentável, pois essas virtudes respondem à necessidade de ampliação em 20% da produção de alimentos até 2020, indicada pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

De janeiro a agosto de 2012, a balança do agronegócio paulista teve redução de 15,2% no saldo comercial, em relação ao mesmo período de 2011, atingindo US\$ 7,18 bilhões, e as exportações setoriais representaram 3% a menos. A queda pontual não pode virar uma tendência. Por isso, é imprescindível fortalecer a economia rural de São Paulo, cujos destaques são os complexos sucroalcooleiro e citricultor, carne bovina e madeira (pinus e eucalipto). Além disso, o cinturão verde da região metropolitana é responsável por 1/4 da produção nacional de legumes e o Estado é o maior produtor nacional de frutas, com 1/3 do total.

A agricultura paulista é a maior e mais diversificada do País, mas duas questões se sobressaem quanto ao seu futuro: ampliar a oferta de alimentos e manter preços estáveis, para atender ao aumento da renda familiar dos brasileiros; e condições adequadas para que o setor sucroenergético cumpra seu papel. Por isso, independentemente da negligência federal, o Estado precisa fazer sua parte.

Nesse sentido, é necessário rever a estrutura da Secretaria de Agricultura e Abastecimento, a começar pelo atendimento às demandas das propriedades agrícolas, nas quais prevalecem as pequenas e médias. Dentre os estabelecimentos rurais paulistas, só 15% já recorreram ao crédito rural, pois têm medo de hipotecar as propriedades, e 3,5% acionaram o seguro rural, pois a maioria não o conhece. A consequência é a dificuldade de modernização.

A secretaria, por meio do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista, é fundamental para transformar essa condição. A presença do setor público, seja referente à pasta ou aos Ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário, ainda conta pouco para a

imensa maioria dos pequenos e médios produtores. Uma limitação é a grande dificuldade de a informação chegar até eles (função da extensão rural); outra é que apenas menos de 1/4 participa de cooperativas ou sindicatos. É preciso melhorar a comunicação.

O governo paulista deve, ainda, fazer análise da logística de transportes de carga e das estruturas portuárias disponíveis. São Paulo já tem a melhor malha rodoviária do País e investirá mais na Hidrovia do Tietê-Paraná e na ferrovia. Esses são diferenciais competitivos, mas o Estado deve mostrar ao Brasil uma visão moderna e inovadora sobre o significado do desenvolvimento rural, baseada no paradigma contemporâneo do agronegócio mundial, centrado na produtividade, rentabilidade e aprimoramento dos mecanismos de gestão da qualidade, bem como na adequação ambiental e social em todos os elos das cadeias produtivas. Para a gestão desse processo, seria apropriada a criação do Índice de Desenvolvimento Rural das Regiões ou Municípios.

Todos esses fatores geram demandas e competências nas áreas pública e privada e precisam ser considerados na formulação das políticas do setor em São Paulo, cuja metodologia deverá situar-se em três vertentes: a importância e os limites do papel do Estado; a análise de experiências bem-sucedidas em outros países; e uma agenda sem traço tecnocrático. Para isso, é crucial ouvir os agentes produtivos, associações e sindicatos, pois eles vivem as dificuldades, conhecem as necessidades e saberão pleitear as ações e estratégias mais adequadas e decisivas para um novo salto quantitativo e qualitativo do agronegócio paulista.

Desafios, ameaças e oportunidades do agronegócio brasileiro – Site da CNA. 18/10/2012

Os desafios, ameaças e oportunidades do agronegócio brasileiro serão discutidos na manhã desta sexta-feira, 19 de outubro, em Seminário Estadual de Líderes Rurais que a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina - FAESC promoverá no Parque de Exposições Conta Dinheiro, em Lages, onde ocorrerá a Expolages 2012.

A Presidente da CNA, Senadora Kátia Abreu, estará no evento para falar da força do agronegócio brasileiro. "A idéia é que a Presidente da CNA faça um balanço da atuação parlamentar e dos principais projetos em discussão no Congresso Nacional com impacto direto na agricultura e no agronegócio brasileiro", explicou José Zeferino Pedrozo, Presidente da FAESC.

Em seguida, o cenário mundial do mercado de carnes será tema do empresário José Batista Júnior, diretor do Grupo JBS.

No mesmo dia e local, o Governo do Estado de Santa Catarina fará o lançamento oficial da guia de transporte de animais (GTA) eletrônico. Atualmente, para transportar animais vivos, o criador necessita ir a um escritório da Cidasc para obter uma guia física da GTA.

PROGRAMAÇÃO

18/10/2012 - às 19h - Abertura oficial da Expolages 2012

19/10/2012 - às 9h - Início do Seminário Estadual de Líderes Rurais

Abertura - José Zeferino Pedrozo / Presidente da FAESC
Palestra 1 - Kátia Abreu / Presidente da CNA
Palestra 2 - José Batista Júnior / Diretor do Grupo JBS

Encerramento com a participação do governador João Raimundo Colombo

Almoço

Economistas da Unicamp lançam Manifesto em Defesa da Civilização – Carta Maior. 19/10/2012

Diante do quadro de regressão social que atinge os países ditos desenvolvidos, um grupo de economistas formados pela Unicamp decidiu elaborar um "Manifesto em Defesa da Civilização". "Estamos, hoje, vivendo uma crise que nega os princípios fundamentais que regem a vida civilizada e democrática? Quanto tempo mais a humanidade suportará tamanha regressão?" - pergunta o manifesto. As respostas para tais questões, acrescenta, não serão encontradas nos meios de comunicação de massa, "ocupados hoje por aparatos comprometidos com a força dos mais fortes e controlado pela hegemonia das banalidades".

São Paulo - Diante do quadro de regressão social que atinge os países ditos desenvolvidos, com supressão progressiva de direitos, um grupo de economistas formados pela Unicamp decidiu elaborar um "Manifesto em Defesa da Civilização". Assinaturas começaram a ser colhidas também pelo site Petição Pública e a iniciativa se espalhou. O documento pergunta:

Estamos nós, hoje, vivendo uma crise que nega os princípios fundamentais que regem a vida civilizada e democrática? E se isso for verdade: quanto tempo mais a humanidade suportará tamanha regressão?

Segue a íntegra do manifesto:

MANIFESTO EM DEFESA DA CIVILIZAÇÃO

Vivemos hoje um período de profunda regressão social nos países ditos desenvolvidos. A crise atual apenas explicita a regressão e a torna mais dramática. Os exemplos multiplicam-se. Em Madri uma jovem de 33 anos, outrora funcionária dos Correios, vasculha o lixo colocado do lado de fora de um supermercado. Também em Girona, na Espanha, diante do mesmo problema a Prefeitura mandou colocar cadeados nas latas de lixo. O objetivo alegado é preservar a saúde das pessoas.

Em Atenas, na movimentada Praça Syntagma situada em frente ao Parlamento, Dimitris Christoulas, químico aposentado de 77 anos, atira contra a própria cabeça numa manhã de quarta-feira. Na nota de suicídio ele afirma ser essa a única solução digna possível frente a um Governo que aniquilou todas as chances de uma sobrevivência civilizada.

Depois de anos de precários trabalhos temporários o italiano Angelo di Carlo, de 54 anos, ateou fogo a si próprio dentro de um carro estacionado em frente à sede de um órgão público de Bologna.

Em toda zona do euro cresce a prática medieval de anonimamente abandonar bebês dentro de caixas nas portas de hospitais e igrejas. A Inglaterra do Lord Beveridge, um dos inspiradores do Welfare State, vem cortando recorrentemente alguns serviços especializados para idosos e doentes terminais. Cortes substantivos no valor das aposentadorias e pensões constituem uma realidade cada vez mais presente para muitos integrantes da chamada comunidade europeia. Por toda a Europa, museus, teatros, bibliotecas e universidades públicas sofrem cortes sistemáticos em seus orçamentos. Em muitas empresas e órgãos públicos é cada vez mais comum a prática de trabalhar sem receber. Ainda oficialmente empregado é possível, ao menos, manter a esperança de um dia ter seus vencimentos efetivamente pagos. Em pior situação está o desempregado. Grande parte deles são jovens altamente qualificados.

A massa crescente de excluídos não é um fenômeno apenas europeu. O mesmo acontece nos EUA. Ali, mais do que em outros países, a taxa de desemprego tomada isoladamente não sintetiza mais a real situação do mercado de trabalho. A grande maioria daqueles que hoje estão empregados ocupam postos de trabalhos precários e em tempo parcial concentrados no setor de serviços. Grande parte dos postos mais qualificados e de melhor remuneração da indústria de transformação foram destruídos pela concorrência chinesa.

Nesse cenário, a classe média vai sendo espremida, a mobilidade social é para baixo e o mercado de trabalho vai ficando cada vez mais polarizado no país das oportunidades. No extremo superior, pouquíssimos executivos bem remunerados que têm sua renda diretamente atrelada ao mercado financeiro. No extremo inferior, uma massa de serviços pessoais mal pagos sem nenhuma segurança, que vivem uma realidade não muito diferente dos mais de 100 milhões que recebem algum tipo de assistência direta do Estado. O Welfare State, ao invés de se espalhar pelo planeta, encampando as tradicionais hordas de excluídos, encolhe, aumentando a quantidade de deserdados.

Muitos dirão que essa situação será revertida com a suposta volta do crescimento econômico e a retomada do investimento na indústria de transformação nestes países. Não é verdade. É preciso aceitar rapidamente o seguinte fato: no capitalismo, o inevitável avanço do progresso tecnológico torna o trabalho redundante. O exponencial aumento da produtividade e da produção industrial é acompanhado pela constante redução da necessidade de trabalhadores diretos. Uma vez excluídos, reincorporam-se – aqueles que o conseguem – como serviços baratos dentro de um circuito de renda comandado pelos detentores da maior parcela da riqueza disponível. Por isso mesmo, a crescente desigualdade de renda é funcional para explicar a dinâmica desse mercado de trabalho polarizado.

Diante desse quadro, uma pergunta torna-se inevitável: estamos nós, hoje, vivendo uma crise que nega os princípios fundamentais que regem a vida civilizada e democrática? E se isso for verdade: quanto tempo mais a humanidade suportará tamanha regressão?

A angústia torna-se ainda maior quando constatamos que as possibilidades de conforto material para a grande maioria da população deste planeta são reais. É preciso agradecer

ao capitalismo, e ao seu desatinado desenvolvimento, pela exuberância de riqueza gerada. Ele proporcionou ao homem o domínio da natureza e uma espantosa capacidade de produzir em larga escala os bens essenciais para as satisfações das necessidades humanas imediatas. Diante dessa riqueza, é difícil encontrar razões para explicar a escassez de comida, de transporte, de saúde, de moradia, de segurança contra a velhice, etc. Numa expressão, escassez de bem estar!

Um bem estar que marcou os conhecidos “anos dourados” do capitalismo. A dolorosa experiência de duas grandes guerras e da depressão pós 1929, nos ensinou que deveríamos limitar e controlar as livres forças do mercado. Os grilhões colocados pela sociedade na economia explicam quase 30 anos de pleno emprego, aumento de salários e lucros e, principalmente, a consolidação e a expansão do chamado Estado de Bem Estar Social. Os direitos garantidos pelo Estado não deveriam ser apenas individuais, mas também coletivos. Vale dizer: sociais. Dessa maneira, ao mesmo tempo em que o direito à saúde, à previdência, à habitação, à assistência, à educação e ao trabalho eram universalizados, milhares de empregos públicos de médicos, enfermeiras, professores e tantos outros eram criados.

O Welfare State não pode ser interpretado como uma mera reforma do capitalismo, mas sim como uma grande transformação econômica, social e política. Ele é, nesse sentido, revolucionário. Não foi um presente de governos ou empresas, mas a consequência de potentes lutas sociais que conseguiram negociar a repartição da riqueza. Isso fica sintetizado na emergência de um Estado que institucionalizou a ética da solidariedade. O indivíduo cedeu lugar ao cidadão portador de direitos. No entanto, as gerações que cresceram sob o manto generoso da proteção social e do pleno emprego acabaram por naturalizar tais conquistas. As novas e prósperas classes médias esqueceram que seus pais e avós lutaram e morreram por isso. Um esquecimento que custa e custará muito caro às gerações atuais e futuras. Caminhamos para um Estado de Mal Estar Social!

Essa regressão social começou quando começamos a libertar a economia dos limites impostos pela sociedade, já no início dos anos 70. Sob o ideário liberal dos mercados, em nome da eficiência e da competição, a ética da solidariedade foi substituída pela ética da concorrência ou do desempenho. É o seu desempenho individual no mercado que define sua posição na sociedade: vencedor ou perdedor. Ainda que a grande maioria das pessoas seja perdedora e não concorra em condições de igualdade, não existem outras classificações possíveis. Não por acaso o principal slogan do movimento Occupy Wall Street é “somos os 99%”. Não por acaso, grande parte da população espanhola está indignada.

Mesmo em um país como o Brasil, a despeito dos importantes avanços econômicos e sociais recentes, a outrora chamada “dívida social” ainda é enorme e se expressa na precariedade que assola todos os níveis da vida nacional. Não se pode ignorar que esses caminhos tomados nos países centrais terão impactos sob essa jovem democracia que busca, ainda, universalizar os direitos de cidadania estabelecidos nos meados do século passado nas nações desenvolvidas.

Como então acreditar que precisamos escolher entre o caos e austeridade fiscal dos Estados, se essa austeridade é o próprio caos? Como aceitar que grande parte da carga tributária seja diretamente direcionada para as mãos do 1% detentor de carteiras de títulos financeiros? Por que a posse de tais papéis que representam direitos à

apropriação da renda e da riqueza gerada pela totalidade da sociedade ganham preeminência diante das necessidades da vida dos cidadãos? Por que os homens do século XXI submetem aos ditames do ganho financeiro estéril o direito ao conforto, à educação e à cultura?

As respostas para tais questões não serão encontradas nos meios de comunicação de massa. Os espaços de informação e de formação da consciência política e coletiva foram ocupados por aparatos comprometidos com a força dos mais fortes e controlado pela hegemonia das banalidades. É mais importante perguntar o que o sujeito comeu no café da manhã do que promover reflexões sobre os rumos da humanidade.

A civilização precisa ser defendida! As promessas da modernidade ainda não foram entregues. A autonomia do indivíduo significa a liberdade de se auto-realizar. Algo impensável para o homem que precisa preocupar-se cotidianamente com sua sobrevivência física e material. Isso implica numa selvageria que deveria ficar restrita, por exemplo, a uma alcateia de lobos ferozes. Ao longo dos últimos de 200 anos de história do capitalismo, o homem controlou a natureza e criou um nível de riqueza capaz de garantir a sobrevivência e o bem estar de toda a população do planeta. Isso não pode ficar restrito para uma ínfima parte. Mesmo porque, o bem estar de um só é possível quando os demais à sua volta encontram-se na mesma situação. Caso contrário, a reação é inevitável, violenta e incontrolável. A liberdade só é possível com igualdade e respeito ao outro. É preciso colocar novamente em movimento as engrenagens da civilização.

Embrapa participa da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – Site do MAPA. 19/10/2012

Cidade sustentável é simulada na exposição que acontece no Parque da Cidade, em Brasília

Desde o dia 15 de outubro, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária participa da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, promovida pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), com o tema “Economia Verde, Sustentabilidade e Erradicação da Pobreza”. Os eventos terminam no domingo (21).

A Embrapa apresenta os produtos de seus Centros de Pesquisa, situados em todas as regiões do Brasil. Em Brasília, a exposição acontece no Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade (ExpoBrasília), onde é simulada uma cidade sustentável. Há setores da água e reciclagem, segurança alimentar e outros, com atrações para públicos diversos.

No estande institucional da empresa na ExpoBrasília estarão presentes os Centros de Pesquisa situados no DF: Embrapa Agroenergia, Cerrados, Hortaliças, Informação Tecnológica e Recursos Genéticos e Biotecnologia. Estrutura semelhante será adotada nos Estados, onde estarão agrupados centros de pesquisa próximos uns dos outros, em determinadas cidades, como o caso de Campinas (SP). Lá, estarão a Embrapa Meio Ambiente, Informática Agropecuária, Monitoramento por Satélite e Gestão Territorial.
(Fonte: Embrapa)

Inclusão de agricultores familiares no Mais Alimentos é destacada por ministro – Site do MDA. 19/10/2012

Iniciar o processo de inclusão de cerca de 1,1 milhão de agricultores familiares em desenvolvimento no Programa Mais Alimentos. Para o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas, este é o grande desafio da linha de crédito do governo federal para investimento criada há cinco anos para mecanizar e levar tecnologia às propriedades rurais familiares. Na manhã desta sexta-feira (19), o ministro abriu o Seminário de Planejamento Estratégico promovido pela Câmara Setorial de Máquinas e Implementos Agrícolas (CSMIA), da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), em Ribeirão Preto (SP).

Pepe abordou o tema Oportunidades do Programa Mais Alimentos para o Setor Brasileiro de Máquinas e Equipamentos e destacou a linha de crédito como um programa que tem foco no aumento da produtividade e da renda dos agricultores familiares associado ao desenvolvimento da indústria de máquinas e implementos do País.

Na apresentação, o ministro citou a segmentação do setor, no qual existe o que chamou de um público de agricultores familiares mais dinâmicos, que engloba cerca de 300 mil agricultores que já têm acesso à mecanização. Pepe reiterou que cerca de 1,1 milhão de agricultores familiares ainda estão em desenvolvimento e que, em sua maioria, não têm acesso à tecnologia. “O nosso desafio é possibilitar que esses agricultores possam financiar suas máquinas por meio do Mais Alimentos para aumentar a produtividade e a renda e melhorar a qualidade de vida dessas famílias”, pontuou.

Pepe atribuiu às taxas de juros de 2% ao ano, com até dez anos para pagar, um dos principais atrativos do programa. O ministro ressaltou que a agricultura familiar produz a maioria dos alimentos consumidos no País, em apenas 24,3% da área, além de ser responsável por cerca de 28% das exportações do setor agropecuário brasileiro. “Temos uma agricultura que produz alimentos de qualidade e que é um público muito importante para a indústria de máquinas e implementos do nosso país”, assegurou.

Para ilustrar a participação da agricultura familiar no setor agropecuário, o ministro lembrou que 84% dos estabelecimentos rurais brasileiros são de agricultores que produzem em imóveis rurais com a até quatro módulos fiscais e que utilizam a mão de obra predominantemente familiar.

Políticas públicas

O ministro Pepe Vargas mencionou o crédito, associado à assistência técnica e outras políticas públicas de compras governamentais e de seguro, como balizadores do crescimento da produção agrícola familiar nos últimos dez anos. Pepe mostrou que o volume de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) passou de R\$ 3,9 bilhões, na safra 2002/2003, para R\$ 18 bilhões, na safra 2012/2013. “O nosso desafio é contratar todo esse volume e, se precisar, o governo garantiu que disponibilizará mais recursos”, disse.

Desde 2008, entre cerca de 3,6 mil itens, o Mais Alimentos financiou mais de R\$ 9,5 bilhões, beneficiando cerca de 200 mil agricultores, e possibilitou a compra de mais de

48 mil tratores, 4,3 mil caminhões, mais de 500 colheitadeiras e de mais de dez mil ordenhadeiras.

O presidente da Câmara Setorial de Máquinas e Implementos Agrícolas (CSMIA), Celso Casale, declarou que a participação do MDA no seminário é importante para que o setor conheça mais sobre o programa Mais Alimentos. “Vejo nesse programa um grande potencial de crescimento ligado ao aumento da mecanização nas propriedades rurais familiares”, disse.

Mais Alimentos em feiras

Pepe Vargas afirmou que entre as estratégias para a retomada do crescimento do número de contratos pelo Mais Alimentos está o reforço na participação em feiras do setor agropecuário em todas as regiões do Brasil. Somente neste ano, o programa foi responsável por um volume de R\$ 154 milhões em negócios fechados durante a Expointer, realizada em Esteio (RS), e de R\$ 50 milhões na Agrishow, de Ribeirão Preto (SP).

Durante a 1ª Rondônia Rural Show, realizada no mês de maio, a linha de crédito foi responsável por mais de mil propostas de financiamento, o que corresponde a cerca de R\$ 55 milhões em negócios fechados durante e após a feira. As propostas encaminharam a compra de 351 tratores, 80 caminhões, 20 microtratores e de mais 400 itens, entre máquinas e implementos.

Mais Alimentos Internacional

Na palestra na manhã desta sexta-feira, o ministro também informou que as primeiras máquinas financiadas pelo Mais Alimentos Internacional devem embarcar até o final do ano para Cuba. Pepe explicou, que devido ao pioneirismo da ação, foram necessárias etapas que envolveram negociações com o setor privado e outros órgãos do governo.

O Mais Alimentos Internacional foi criado em 2010, a princípio como Mais Alimentos África. Atualmente, quatro países têm acordo firmado com o Brasil: Zimbábue, Moçambique, Gana e Cuba. O objetivo do programa é estabelecer uma linha de cooperação técnica que destaca a produção de alimentos pela agricultura familiar como caminho para segurança alimentar e nutricional dos países participantes.

Aliada à cooperação técnica, a ação prevê o financiamento de tecnologia adaptada às realidades socioambientais da agricultura familiar local, como forma de ampliar a produção e a produtividade dos estabelecimentos rurais familiares.

Produtores e governo em pé de guerra em MT. Tarso Veloso – Valor Econômico. 19/10/2012

O setor do agronegócio mato-grossense está disposto a enfrentar uma queda de braço com o governo do Estado. Entidades como Famato, Aprosoja e Acrimat ameaçam recorrer à Justiça por considerar que a Secretaria de Fazenda do Estado de Mato Grosso (Sefaz-MT) aumentou em demasia os impostos durante o ano por meio da publicação

entre decretos e portarias que somam 870. A secretaria nega e informa que elas não passaram de 236.

A iniciativa acontece na mesma semana em que o setor conseguiu uma vitória parcial no Tribunal Regional do Estado contra a Monsanto, suspendendo temporariamente o pagamento de royalties da soja RR, resistente ao herbicida glifosato.

A Federação da Agricultura e Pecuária (Famato) e a Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja) escreveram um comunicado conjunto questionando o aumento dos tributos, em especial do ICMS, que apertam a margem do setor, o principal gerador do PIB estadual.

O documento é fruto de uma polêmica iniciada em março quando o governo estadual anunciou que elevaria o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) para todo o agronegócio de Mato Grosso. Com o reajuste, o governo pretendia aumentar de 1,5% para 2% a carga tributária para o setor rural, um montante de R\$ 300 milhões por ano.

Porém, no mês seguinte e após forte pressão dos produtores, o governo mato-grossense voltou atrás no aumento. Mas em junho mudou novamente sua decisão e voltou a aplicar o mesmo aumento do ICMS para alguns produtos. O secretário-adjunto de Receita Pública da Secretaria da Fazenda de Mato Grosso (Sefaz-MT), Marcel Souza de Cursi foi procurado pelo **Valor**, mas não atendeu aos pedidos de entrevista.

O presidente da Famato, Rui Prado, reclama ao dizer que o governo estadual não colabora com o setor. "Há alguns meses, o governo federal reduziu os juros para financiamento de implementos agrícolas. Ao mesmo tempo, o governo do Estado aumentou o ICMS para estes produtos, anulando o efeito da medida federal", reclamou Prado.

O presidente da Aprosoja, Carlos Fávaro, afirma que o setor produtivo é forte e organizado e, por isso, não pode ser ignorado. "Somos um dos principais setores do PIB de Mato Grosso, tanto na geração de empregos quanto no desenvolvimento da economia como um todo", reforça o dirigente. Fávaro alega que os representantes do setor sempre mantiveram diálogo com as autoridades. "Porém, nem sempre o que foi acordado foi de fato cumprido", declarou

'Corrida' acelerada em busca de variedades de milho tolerantes à seca. David Kesmodel | The Wall Street Journal – Valor Econômico. 19/10/2012

Bob Jaynes, produtor de milho em Kentucky, é um dos que já investem em variedades convencionais de milho mais tolerantes à seca nos Estados Unidos

O setor agrícola está tentando tornar o milho mais robusto. Num momento em que o "Corn Belt" americano se recupera de uma das piores estiagens em décadas, as empresas que fornecem sementes do cereal estão produzindo variedades capazes de sobreviver com menor quantidade de água. É uma batalha de amplo espectro e elevados investimentos que abrange muitas frentes, desde o cruzamento de plantas até a manipulação de seus genes.

Não há fórmula mágica, dizem pesquisadores. Mas mesmo aprimoramentos adicionais poderão ter bons resultados ante a magnitude e a importância da safra de milho. Avanços que produzem um aumento de apenas 1% na produtividade do milho podem ter "um enorme impacto econômico", diz David Lightfoot, geneticista da Universidade do Sul de Illinois. "É uma cultura que cresceu em algumas das áreas mais secas do Meio-Oeste, e para o qual o progresso gerará os maiores frutos".

Os EUA são os maiores produtores e exportadores de milho do mundo, com uma safra que gerou US\$ 76,5 bilhões em 2011, segundo o departamento de agricultura do país (USDA). O milho, além disso, afeta muitas áreas da economia - ao servir de base para a produção de adoçantes de alimentos, ração animal e etanol - e safras precárias podem ter grandes repercussões.

Por anos, grupos como Monsanto, DuPont e Syngenta usaram técnicas convencionais de aprimoramento genético e biotecnologia para criar um milho mais robusto, inclusive variedades híbridas dotadas de maior resistência diante de situações de escassez de água. Seu empenho - ao lado da melhoria das práticas de manejo - reduziu perdas de produtividade atribuídas à seca da safra de milho dos EUA em cerca de 1% ao ano nas últimas décadas, segundo estudo publicado em 2010 pela Universidade Estadual de Iowa.

Mas, recentemente, as gigantes do ramo começaram a lançar variedades concebidas para resistir à seca. A Syngenta fez o um lançamento comercial restrito de uma dessas variedades nos últimos dois anos e pretende expandir a disponibilidade do produto para o plantio de 2013. A semente tem capacidade de elevar a produtividade em até 15% em relação a outros híbridos em quadro de estiagem "moderada a severa", afirma Wayne Fithian, gerente da empresa responsável pela novidade.

Uma variedade da DuPont estreou no mercado no ano passado e foi plantado em 809,4 mil hectares no "Cinturão do Milho" em 2012. A DuPont Pioneer, o braço agrícola da múlti, diz que os dados da safra mostram que, em condições de seca, a produtividade da variedade é cerca de 8% superior à dos concorrentes. Diversos agricultores que plantaram variedades tolerantes à seca este ano dizem estar satisfeitos. Em Elgin, Nebraska, Philip Starman diz que voltará a cultivar a variedade da DuPont em 2013. "Pode-se dizer que ela deverá ser a última a morrer", afirma.

Tanto as sementes da Pioneer quanto as da Syngenta foram criadas por meio de versões avançadas de técnicas de aprimoramento genético tradicionais. Agora, a Monsanto trabalha no primeiro milho geneticamente modificado para tolerar a seca. Este ano, cerca de 250 agricultores americanos das Grandes Planícies plantaram esse milho a título de experiência, e a semente deverá ser lançada no mercado em 2013. Altos funcionários da Monsanto, que desenvolveu a semente em parceria com a Basf, dizem que o desempenho foi animador. Dados preliminares dos testes mostram que sua produtividade superou em 313,8 quilos por hectare a do híbrido tolerante à seca da concorrência.

Há anos, quando a Monsanto começou a falar publicamente de sua tecnologia de combate aos efeitos da seca, executivos da empresa previram que a produtividade do milho poderia crescer de 6% a 10% sobre a de outros híbridos. Mas uma porta-voz da Monsanto diz que a empresa não faz mais esse tipo de projeções.

Se a semente produzir bons resultados, a iniciativa poderá representar um avanço. Modificar o milho de modo a torná-lo resistente à seca se mostrou um desafio maior do que criar plantas tolerantes a ervas daninhas ou insetos. Parte do problema é que a resistência à seca envolve várias partes da planta, o que significa envolvimento de milhares de genes.

Alguns críticos - e concorrentes da Monsanto - consideram que a tecnologia não está pronta e que a melhor resposta é o aprimoramento genético tradicional. Executivos da Syngenta dizem que só pretendem lançar um milho biotecnológico tolerante à seca bem depois de 2015, enquanto a Pioneer não planeja introduzi-lo antes da próxima década.

Região é a "menina dos olhos" para o agronegócio. Carlos Vasconcellos – Valor Econômico. 19/10/2012

Na última década, os países árabes se tornaram um dos principais mercados para o agronegócio brasileiro. Segundo dados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), entre 2000 e 2011, as exportações do setor para essa região saltaram de US\$ 960 milhões para US\$ 10,84 bilhões, uma alta acumulada de mais de 1.024%. "Para o agronegócio, os países árabes são a menina dos olhos", diz Thiago Masson, coordenador de Assuntos Internacionais da CNA.

De fato, o crescimento médio anual de 21% das exportações do setor nos últimos 12 anos supera a alta das exportações para a União Europeia (10%) e Estados Unidos (6%) no período, e só perde para o crescimento médio das vendas para o mercado chinês (34%). "Isso reduz a dependência do agronegócio brasileiro em relação aos mercados tradicionais, que hoje passam por uma forte crise", explica Masson.

Com isso, os países árabes ganham cada vez mais peso relativo nas vendas do agronegócio brasileiro. As vendas do setor para os 22 países da Liga Árabe já superam, por exemplo, as exportações agropecuárias para os países do bloco do Mercosul. Só nos dois primeiros meses de 2012, as exportações do setor para os países árabes chegaram a US\$ 1,57 bilhão, o que corresponderam a 13,36% das vendas externas totais do segmento.

"É um mercado que, assim como a China, vem passando por um acelerado processo de urbanização, com um crescimento populacional três vezes acima da média mundial, e que segundo o FMI terá um crescimento médio do PIB de 4% a 5% este ano, também muito acima da média global", diz. "Além disso, é um mercado que importa 90% dos alimentos que consome".

Caetano Haberli Júnior, especialista em agronegócio da Fundação Getúlio Vargas, diz que com o crescimento populacional, a segurança alimentar será um fator cada vez mais importante para a estabilidade da região. Segundo ele, o Brasil leva vantagem nesse mercado pela aproximação política com os países árabes e pela grande população brasileira com origem na região.

Dentro da comunidade árabe, a Arábia Saudita responde por 24% das exportações do agronegócio brasileiro para a região, seguida pelos Emirados Árabes e pelo Egito, com 15% cada um; e pela Argélia, com 14%. Os produtos do complexo sucroalcooleiro

lideraram as vendas do Brasil, com exportações de US\$ 5 bilhões em 2011, seguidos pelas carnes (US\$ 4,4 bilhões). No segmento de carnes, as vendas de frango no ano passado somaram US\$ 3 bilhões.

Atlas rural mostra os dois Brasis na produção agrícola. Daniela Amorim – O Estado de São Paulo. 20/10/2012

Avanços tecnológicos marcam a modernização da agricultura, que ainda convive com atrasos históricos e gargalos na infraestrutura

O consumo intensivo de capital intelectual, por meio de uma série de técnicas e inovações, tem marcado o atual processo de produção nas áreas rurais do País, segundo o Atlas do Espaço Rural Brasileiro, divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As máquinas e os insumos agrícolas marcaram a modernização da agricultura, mas o destaque hoje tem sido o uso de irrigação, sementes certificada e transgênica, acesso a assistência técnica, aplicação de plantio direto e produção de eucalipto, entre outros avanços.

Na pecuária bovina, destacam-se os municípios que apresentam estabelecimentos com transferência de embriões, rastreamento, uso de rações industriais, confinamento e inseminação, segundo o levantamento, que combina dados do Censo Agropecuário 2006 com outras pesquisas do instituto conduzidas até 2009.

O objetivo foi retratar da forma mais fiel possível a realidade territorial do campo brasileiro.

"É a primeira vez que conseguimos enxergar a singularidade de cada propriedade. Nós sempre vimos os Estados Unidos publicarem o atlas rural e queríamos fazê-lo também", contou Adma Figueiredo, gerente da Coordenação de Geografia do IBGE.

Modernidade e atraso. A pesquisa aponta que o País tem 5,2 milhões de estabelecimentos agropecuários e 3,9 milhões de proprietários rurais, com o destaque que 82% eram analfabetos ou não tinham completado o ensino fundamental. As mulheres, que respondiam por cerca de 13% dos estabelecimentos agropecuários, tinham a maior taxa de analfabetismo, de 45,7%, ante 38,1% dos homens.

"O Brasil tem no campo o que há de mais moderno. Somos extremamente competitivos no mundo em cultivos como a soja e a carne. E isso tudo aparece convivendo com as mazelas do passado, os passivos antigos. São dois Brasis que coexistem no mundo rural", avaliou Adma.

As maiores taxas de analfabetismo, tanto para os proprietários quanto para os ocupantes, se concentravam nos municípios das Regiões Norte e Nordeste do País.

A maior fatia de produtores proprietários com nível médio de instrução (regular e profissionalizante) ficava nas áreas de maior dinamismo da produção, com destaque

para o Centro-Sul, especialmente onde há domínio da cultura de soja e outras commodities de exportação.

O IBGE verificou uma correlação entre o aprimoramento técnico da agricultura e o nível de instrução do produtor rural.

Rodovias. O atlas mostrou ainda que o transporte da produção agropecuária ainda é concentrado no modal rodoviário, que detém uma fatia de 70% das cargas no País, em comparação com 26% nos Estados Unidos e 8% na China.

O IBGE ressalta que o Brasil tem mais de 29 mil quilômetros de rios navegáveis, mas apenas 5% da safra de grãos são transportados pelas hidrovias. Outros 67% dos grãos seguem por estradas. Quanto aos portos, o instituto aponta dois problemas "cruciais" para o produtor, que são o acesso aos terminais e o alto custo das operações.

"Foi uma escolha do Brasil, de políticas adotadas dos anos 50 para cá, com apoio ao setor automobilístico e rodoviário. Abandonou-se totalmente os setores ferroviário e hidroviário, o que agora estão tentando resgatar um pouco", analisou a gerente do IBGE.

A pesquisa expõe também que o bioma que mais sofre pressão da agropecuária, entre os seis presentes em território nacional, é o Pampa, que tem 71% de sua extensão ocupada com estabelecimentos agropecuários. Em seguida, aparecem os biomas Pantanal (com 69% da área ocupada), Mata Atlântica (66%) e Cerrado (59%).

Segundo o IBGE, apenas 20% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros tinham matas destinadas a Áreas de Preservação Permanente ou Reserva Legal.

Outros 40% dos estabelecimentos agropecuários não usam nenhuma das principais práticas agrícolas capazes de prevenir e controlar a erosão do solo, como o plantio em nível, o uso de terraços, a proteção de encostas, o plantio direto na palha, o pousio (interrupção de cultivo para permitir o descanso da terra) e a rotação de culturas.

MDA lança hotsite para divulgar o Brasil Rural Contemporâneo 2012 – Site do MDA. 22/10/2012

A partir desta segunda-feira (22), o público pode acompanhar, em tempo real, todas as novidades da VIII Feira Nacional da Agricultura Familiar e Reforma Agrária – Brasil Rural Contemporâneo 2012, que será realizada entre 21 e 25 de novembro, na Marina da Glória (RJ). O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), organizador do evento, lança hoje, às 19h, um hotsite voltado especialmente para a Feira, com todas as informações, vídeos, áudios e fotos do maior e mais completo evento de comercialização e exposição da riqueza cultural e gastronômica do Brasil.

O hotsite será lançado, inicialmente, nas redes sociais, em páginas de relacionamento. As mais de 7,4 mil pessoas que já seguem a página do MDA no Facebook (facebook.com.br/mdagovbr), por exemplo, podem acompanhar, também, as notícias e novidades da Feira. Para o Twitter, o ministério criou um perfil especialmente para o

evento (@feiramda). As postagens e atualizações serão feitas todos os dias até o evento e durante o Brasil Rural Contemporâneo, em novembro.

A programação cultural também será atualizada periodicamente e os interessados podem acompanhar as atividades e shows da cultura brasileira nos espaços dedicados à agricultura familiar.

Novidade

A oitava edição do Brasil Rural Contemporâneo traz uma novidade aos que acompanham o evento pela internet: o Diálogos Brasil Rural. O espaço é voltado para o debate de temas que buscam a valorização do setor, como segurança alimentar, cooperativismo, alimentação escolar e regularização fundiária.

Haverá dois diálogos por dia, entre 22 e 25 de novembro, com transmissão ao vivo pelo hotsite. Os debates serão voltados, também, para os que acompanham o evento pelas redes sociais, em um espaço dinâmico e interativo. Nos intervalos, atrações artísticas para o público presente e online, no Palco #SonoroRural.

O maior evento da agricultura familiar na América Latina será na Marina da Glória (RJ), de 21 a 25 de novembro, com transmissão e notícias em tempo real pelo hotsite do MDA, www.mda.gov.br/feira2012/.

Cadastro Único do Bolsa Família é o vetor das políticas públicas, diz ministra – Site do MDS. 22/10/2012

Em entrevista à revista CartaCapital, Tereza Campello falou sobre o êxito do programa, que completou nove anos no sábado (20). Segundo ela, o cadastramento dos beneficiados tem sido responsável por uma verdadeira reforma do Estado brasileiro

Brasília, 22 – Após nove anos, completados no sábado 20, o Bolsa Família tornou-se um programa social aclamado no mundo. A quase totalidade dos preconceitos e mitos que alimentavam a oposição à sua existência foi desmentida pelos fatos. O programa não colocou sob o cabresto de Lula e do PT o voto dos eleitores mais pobres. Como é depositado direto em uma conta do cadastrado, ele eliminou a intermediação que sustentava os coronéis locais nos quatro cantos do País. Não fez vicejar uma geração de preguiçosos e vagabundos dispostos a trocar um emprego pelo benefício mensal que varia de 32 a 306 reais. Não transformou as mulheres em parideiras, prontas a colocar filhos no mundo em troca dos caraminguás ofertados pelo governo. A taxa de natalidade das beneficiárias está em queda, como acontece entre as demais mulheres. Muito menos desvinculou o benefício de metas escolares. Ao contrário. Os dados mostram que o controle tornou-se mais eficiente. A frequência das crianças beneficiadas pelo Bolsa é de 95,5%. A taxa de aprovação supera a da média dos alunos da rede pública (80% a 75%). A evasão escolar é 50% menor.

Integrante da equipe que montou o programa em 2003, a ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello, fala a seguir do êxito do Bolsa Família e vai além. Segundo ela, o cadastro único originado pela inclusão dos beneficiados, que permitiu a elaboração do mapa da pobreza, tem sido responsável por uma verdadeira reforma do Estado brasileiro. “A partir das inúmeras informações que o cadastro único gera,

estamos reorganizando a oferta de serviços públicos no País. Teremos um Estado mais efetivo, mais eficiente no atendimento às demandas, principalmente da população mais necessitada.”

CartaCapital: O Bolsa Família completa nove anos. O que fez dele um programa social tão bem-sucedido?

Tereza Campello: Até então, o Brasil nunca tinha tido um programa de transferência de renda com o objetivo de aliviar a pobreza e se constituir como parte da rede de proteção social não contributiva do Brasil. C) que havia antes eram vários pequenos programas de transferência vinculados a objetivos específicos. Tinha, por exemplo, o Vale-Gás, de apenas 7 reais, concedido a uma pequena parcela dos brasileiros, para auxiliar na compra de gás de cozinha. Tinha o Bolsa Alimentação, de compra de leite, e o Bolsa Escola. No governo Lula, simplificamos as coisas. Em vez de vários programas fragmentados, o que dificultava inclusive o entendimento dos beneficiários, pois um vizinho recebia o Vale-Gás, o outro o Bolsa Alimentação e um terceiro o Bolsa Escola, unimos todos em um só. Adotamos o critério da impessoalidade. Os beneficiários recebem o dinheiro diretamente em uma conta, usam o cartão. Não há intermediários. E o alcance passou a ser muito maior. Quando se juntavam todos os programas anteriores ao governo Lula, a soma de beneficiados era de 4 milhões de famílias. Hoje chegamos a 13 milhões. Um em cada quatro brasileiros recebe o Bolsa Família.

CC: Os críticos dizem que o programa transfere renda sem cobrar, por exemplo, a frequência na escola.

TC: Não é verdade. Foi após a criação do Bolsa Família e o surgimento do cadastro único que o governo passou a ter de fato um controle das condicionalidades. Antes se sabia, no máximo, se a criança estava, por exemplo, matriculada na escola. Atualmente, controlamos a frequência escolar de 15 milhões de estudantes. Os alunos cujas famílias estão no programa têm frequência acima da média dos demais estudantes da rede pública de ensino. No caso de quem recebe o Bolsa, a frequência atinge 95,5%. Dos menos de 5% cuja frequência não é regular, perto de 30% têm motivos: geralmente, as crianças ficaram doentes por um período ou a família mudou de endereço e não conseguiu vaga na escola. No restante dos casos em que não há justificativa, trabalhamos para que as crianças voltem a frequentar a sala de aula. Perceba: os beneficiários do Bolsa Família vivem em famílias extremamente pobres, com indicadores infinitamente piores do que aqueles do restante da população. Outro dado: a evasão escolar entre quem recebe o benefício é 50% menor do que a média. Sabe por quê?

CC: Imagino.

TC: As mães não deixam as crianças faltar. Os jovens sentem o peso da perda do benefício, caso abandonem a escola e a família deixe de receber o Bolsa Família, g Pensam duas vezes antes de largar os estudos. As crianças do programa também | têm um índice de vacinação maior. Todos ? os indicadores mostram que o programa 5 tem sido e continuará sendo fundamental para o rompimento do ciclo de pobreza entre gerações. Os filhos não estarão destinados a ser extremamente pobres só pelo fato de seus pais o serem. Teremos crianças mais educadas, mais bem alimentadas, mais

amparadas.

CC: O governo esperava o efeito macroeconômico do Bolsa Família, am dos fatores responsáveis pela expansão recente da economia brasileira?

TC: Imaginávamos um efeito nas economias locais, um impacto microeconômico, digamos. Mas os efeitos gerais sobre a economia nacional, não. Esse efeito, aliás, ainda merece mais estudos acadêmicos. Sabemos que cada real repassado pelo Bolsa Família gera 1,44 real para a economia. Isso demole, portanto, a tese de que o programa é um desperdício de dinheiro, um gasto despropositado. O Bolsa possibilitou ao Brasil criar um colchão de renda permanente que nos impede de chegar ao fundo do poço em momentos de crise. São 50 milhões de brasileiros que continuam a comprar arroz, feijão, roupas...

CC: Havia quem não confiasse na capacidade dos beneficiários de gerir o próprio dinheiro, não?

TC: Sim, mesmo no governo. Mas prevaleceu a noção, inclusive determinada pelo presidente Lula, de permitir a completa autonomia das famílias. Para alguns, o dinheiro só poderia ser usado para comprar comida. Para outros, seria necessário criar um exército de servidores públicos para controlar o gasto dos pobres. E o velho preconceito. Caso eu receba um dinheiro a mais, vou gastar de forma irresponsável ou vou tentar poupar? Se qualquer um na classe média raciocina assim, por que seria diferente com os mais pobres?

CC: Sem falar na tese de que as mulheres teriam mais filhos para receber mais benefícios.

TC: Quanto alguém da classe média aceitaria receber para ter um filho a mais? Alguém imagina que 30 reais seria suficiente para as pessoas saírem por aí fazendo crianças? A decisão de transferir o dinheiro diretamente aos beneficiados, sem intermediário, foi fundamental. Assim como a parceria com os municípios. Sem os acordos com as prefeituras, o Bolsa Família não teria chegado aonde chegou, em todos os cantos do País. Outro ponto: prefeitos de todos os partidos se engajaram no projeto. Os convênios não foram firmados apenas com os representantes da base aliada.

CC: O programa atingiu seu limite ou ainda há muitas famílias a ser incluídas?

TC: No máximo, 500 mil famílias, o que dá cerca de 2 milhões de brasileiros.

CC: Outros países adotam programas de transferência de renda por tempo determinado. No Brasil, alguns especialistas cobram a criação de "portas de saída". Por quantos anos mais o Bolsa Família será necessário?

TC: No momento, nosso esforço é para incluir famílias, não para excluí-las. O Brasil cresce menos neste momento, mas não está estagnado. Continua a gerar oportunidades para quem tem educação superior, para os de nível médio e para aqueles de baixa escolaridade. Continuamos a criar 1,5 milhão de empregos por ano. Em um país estagnado, como foi o nosso caso em passado recente, qual é a porta de saída para os mais pobres? Nações que adotam programas de tempo determinado optam pelo quê? As famílias terão chance de receber uma renda por um prazo. Se até lá não conseguirem se incluir, voltarão para a miséria. O Brasil acertou ao adotar um programa de tempo indeterminado. A população miserável do nosso país foi excluída durante séculos. Não

teve chance de receber educação, de se alimentar. Uma criança desnutrida, com verminose, sem estímulos educacionais, tem sua vida adulta condenada, com baixa capacidade de desenvolvimento, mesmo se ela tentar estudar depois. Outra informação importante: metade dos beneficiários do Bolsa Família tem menos de 18 anos. Qual a “porta de saída” para esse público? Certamente, não está no mercado de trabalho. Está na sala de aula. De qualquer forma, fazemos um enorme esforço de qualificação profissional. Por meio do Brasil Sem Miséria, oferecemos cursos profissionalizantes do Pronatec. Temos quase 500 mil vagas para a população de baixa renda.

CC: E arrumar um emprego não significa sair da miséria.

TC: Muita gente acredita que os mais pobres não trabalham. Este não é o problema. Em geral, eles conseguem vagas de trabalho precário. Ficam dois, três meses, e depois são dispensados. É comum na construção civil, por exemplo. A obra acaba e o sujeito fica sem emprego. Dos adultos do Bolsa Família, 72% trabalham. A “empregabilidade” é praticamente igual à da população em faixa de renda similar que está fora do programa. É outro mito derrubado. O Bolsa Família não desencadeou, como muitos acreditavam, o tal efeito preguiça.

CC: O Brasil tem dado muitas consultorias a delegações estrangeiras. O que mais os países querem aprender com a experiência do Bolsa Família?

TC: Muitas coisas. Mas eu diria que a nossa grande tecnologia é o cadastro único de beneficiados. Por meio dele foi possível traçar um mapa da pobreza no País. Tenho dito que o Bolsa Família, por meio do cadastro único, possibilita uma verdadeira reforma do Estado brasileiro.

CC: Como assim?

TC: Parte da esquerda rejeita qualquer discussão sobre a reforma do Estado, por associá-la a uma bandeira do neoliberalismo. Como se representasse a defesa de um Estado mínimo. Não é disso que falo. Defendo um Estado mais efetivo, mais eficiente no cumprimento da demanda da maioria da população. O cadastro único nos permite reorganizar a oferta de serviços públicos. Todo mundo quer mais creches, certo? Mas imagine se o governo federal se limitar a repassar os recursos. Em que lugares haverá ampliação das creches? Provavelmente, nas cidades mais ricas e nos bairros mais bem localizados. Dessa forma, não se consegue que os equipamentos públicos, uma unidade de saúde, uma escola, uma creche, sejam instalados nas localidades em que vivem os mais pobres.

CC: O Estado acaba por reforçar as desigualdades, certo?

TC: Sim. A ideia tem sido usar o cadastro único para reordenar essa oferta de serviços públicos, de várias formas. Dou um exemplo: cruzamos o cadastro do Bolsa com aquele das escolas e das matrículas no Brasil. Levantamos todas as unidades que têm mais de 50% dos estudantes entre os beneficiários do programa. Partimos do princípio de que uma escola com 50% de alunos no Bolsa Família fica em um bairro pobre e a outra metade dos alunos também é pobre. Ao todo, são 60 mil estabelecimentos no País. Separamos aquelas com condições de oferecer ensino em tempo integral. Para isso, a escola precisa de quadra de esportes, horários disponíveis, espaço etc... Metade tem condições. Com essa informação, procuramos cada um dos prefeitos. Perguntamos o

motivo de a escola não promover mais educação e nos oferecemos para ajudar. O objetivo é induzir a ampliação da oferta de educação nos bairros mais pobres e, em geral, mais violentos. A experiência tem sido interessante. Hoje há oferta de cursos de fotografia, de judô, de caratê, de teatro, de música... A escola vira um espaço de participação e de vida comunitária para todos, principalmente para a juventude. O mesmo tem acontecido na saúde.

CC: De que maneira?

TC: A presidenta Dilma Rousseff definiu e conseguiu aprovar nas várias instâncias do Sistema Único de Saúde que as unidades de pronto-atendimento seriam construídas prioritariamente nas regiões localizadas no mapa da pobreza. As UPSs vão ser erguidas principalmente nos bairros mais pobres, onde se concentra a população de mais baixa renda. O mesmo se dará com os centros de referência de assistência social. O objetivo do SUS continua a ser a universalização da saúde e tem tudo a ver com esse propósito de levar os serviços justamente às populações mais carentes. Ninguém imaginava que o Bolsa Família iria se tornar a grande plataforma de hoje. A medida que as famílias entram no programa, seus dados ingressam no cadastro único. E o poder público acessa informações sobre esses brasileiros antes inimagináveis. Sabemos se a família é cigana, quilombola, de comunidade de terreiro, se é indígena. Há informações sobre o total de habitantes de uma determinada comunidade, o nível de escolaridade, aptidões, onde os beneficiários trabalharam. Isso já alterou a forma como o Estado brasileiro trabalhava e vai alterar ainda mais.

Cientistas sociais discutem Bolsa Família – Site do MDS. 22/10/2012

Consolidação e desafios do programa de transferência de renda do governo federal é tema de debate em encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

Brasília, 22 – O Bolsa Família será tema de fórum de cientistas sociais nesta segunda (22) e terça-feira (23) durante o 36º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), que ocorre até quinta-feira em Águas de Lindóia (SP).

O debate vai tratar dos principais mecanismos e estratégias que contribuíram para a expansão e consolidação do programa de transferência de renda e propor uma discussão a respeito dos desafios a serem enfrentados nos próximos anos, ampliando a articulação com outras políticas sociais e fortalecendo o sistema de proteção social brasileiro.

O evento será coordenado pela diretora do Departamento de Avaliação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Júnia Quiroga, e por Renata Bichir, também do MDS. O evento contará ainda com a participação do diretor de Condicionalidades do ministério, Daniel Ximenes. Além deles, o debate reunirá Serguei Soares, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea); Rogério de Souza Medeiros, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Walquíria Leão Rego, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); e Fábio Veras, do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), do Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).

**ONGs, transparência e sociedade. William Eid Junior – O Estado de São Paulo.
22/10/2012**

As organizações não governamentais (ONGs) estão sob os holofotes. Criadas há séculos como entidades mais voltadas para a caridade, hoje atendem a um sem-número de demandas sociais - da citada benemerência a outras, como informar a sociedade sobre atividades dos governos. Mas são reconhecidas em todo o mundo, sobretudo, como parceiras importantes na formulação e implementação de políticas sociais. Só no Brasil temos hoje 340 mil ONGs.

O problema que as levou aos holofotes - o uso delas em estruturas de corrupção - tem origem bastante simples: a falta de transparência. Assim como a maioria das empresas no País, as ONGs não têm de divulgar informações sobre suas operações, principalmente as financeiras. Mesmo as que são respeitadíssimas por sua reconhecida atuação social pouco divulgam a respeito de suas finanças.

Curioso é que o foco da discussão tem passado longe desse problema básico. Discutimos se o número de ONGs realmente envolvidas em falcatruas nos ministérios é representativo, ou se o volume de recursos é importante. Muitos protestos foram ouvidos quando a Presidência da República suspendeu os repasses a todas essas organizações por 30 dias. Muitos protestaram, indicando que foram misturados o joio e o trigo, outros afirmaram que 30 dias era um prazo muito curto para se fazer alguma coisa. Poucos propuseram algo na linha de maior transparência generalizada. E é isto que nos interessa como cidadãos: saber se o dinheiro utilizado pelas ONGs foi bem aplicado. Afinal, o dinheiro é sempre nosso, seja oriundo de uma conta do governo, e ele vem dos impostos que pagamos, ou diretamente do nosso bolso na forma de doação. E é fundamental que saibamos para onde vai.

É interessante ressaltar que muitos, a começar pela presidenta Dilma Rousseff, defendem a transparência. Em carta enviada às organizações da sociedade civil durante sua campanha eleitoral, Dilma afirmou que "o compromisso com a democracia implica o estabelecimento de relações entre o Estado brasileiro e a sociedade civil organizada pautadas no respeito à autonomia, na liberdade de expressão e organização da sociedade, na transparência, na probidade e integridade no tratamento do interesse público". No Congresso Nacional há 19 projetos que propõem algum controle adicional sobre as ONGs, 18 na Câmara dos Deputados e 1 no Senado.

Pior, já temos legislação sobre o assunto, obrigando as ONGs a divulgar informações. A Lei 9.790/99, que regulamenta a atuação das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, nas quais se incluem as ONGs, no artigo 4.º, § VII, alínea b, estabelece que "se dê publicidade por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo-se as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão". Isto é, essas organizações têm a obrigação de tornar públicas as suas demonstrações financeiras.

A questão que fica no ar é: por que apenas uma minoria muito pequena obedece à lei? O Instituto Ayrton Senna, a Laramara - Associação Brasileira de Assistência ao Deficiente Visual e a Associação Imago de Ciência, Saúde, Educação e Apoio à Pesquisa são

algumas das poucas ONGs que divulgam as informações previstas na citada lei. Por que só essas?

O deputado federal Vinicius Gurgel (PR-AP) apresentou, em 5 de julho, o Projeto de Lei 4.171/2012, que propõe que as entidades do terceiro setor que captam recursos públicos para o desempenho de suas atividades regulares fiquem obrigadas a prestar contas dos recursos recebidos a qualquer título em cada exercício financeiro. Na justificativa o autor destaca que "é preciso zelar pela transparência e moralidade na atuação dessas entidades, que pode ser viabilizada com maior eficácia por meio de adequada e regular escrituração de suas contas e pela elaboração das respectivas demonstrações financeiras". É fundamental que o projeto seja aprovado.

Há vários motivos para acreditar que a transparência deva ser a tônica nas ações das ONGs. Em primeiro lugar, o rápido crescimento do número delas e sua crescente influência as tornaram titulares de papéis fundamentais nas sociedades atuais, com o conseqüente aumento de suas responsabilidades e, claro, da necessidade de maior transparência. Em segundo lugar, seu sucesso ao transformar as políticas, tanto locais como globais, tem levado diversos outros agentes a questionar sua legitimidade, e esta só será solidificada com maior transparência. Em terceiro lugar, seu crescimento tem ultrapassado a capacidade das sociedades e dos governos de efetivamente regulá-las. E novamente a transparência, advinda de regulação e de autorregulação, é a chave para a manutenção do seu sucesso. Em quarto lugar, há a necessidade de as ONGs manterem a confiança da sociedade e sem transparência isso é impossível. Finalmente, a própria necessidade das ONGs de diversificarem suas fontes de recursos é fator que induz à transparência total.

Em outros países já há tempos as ONGs têm regulações voltadas para a transparência. E essas regulações tiveram como base justamente problemas similares aos que estamos enfrentando aqui. Só que as sociedades desses países, como EUA e Holanda, reagiram prontamente e desenvolveram os mecanismos que hoje permitem uma visão clara da efetividade e da lisura das ações promovidas por tais organizações.

Enfim, o fundamental é que haja transparência. ONGs, assim como outras organizações cuja atuação tem impacto na sociedade, devem prestar contas a essa sociedade. A divulgação ampla dos seus atos, com destaque para os aspectos financeiros, é essencial.

*** PROFESSOR TITULAR E COORDENADOR DO CENTRO DE ESTUDOS EM FINANÇAS DA ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**

Plano Safra da Pesca e Aquicultura é apresentado pelo Ministro Marcelo Crivella – Site da CONTAG. 23/10/2012

Na tarde de hoje, dia 23, foi realizada uma audiência com o Ministro da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella, para uma apresentação prévia do Plano Safra da Pesca e Aquicultura 2012/2013. Foram convidadas para essa reunião organizações e entidades que têm ligação com essa atividade. O secretário de Política Agrícola da CONTAG, Antoninho Rovaris, representou a Confederação, juntamente com representantes da FETAGRI/AM e do Sindipisca/AM.

Este Plano Safra contará com o investimento de R\$ 4,1 bilhões de reais, e atenderá os pescadores artesanais e aquicultores, em especial das águas continentais (rios, lagos e represas), inclusive beneficiando agricultores familiares. Para implementar o Plano, o ministério se articulará junto a outros ministérios, como o MDS e MDA, para aplicar as medidas previstas de inclusão dos jovens e mulheres, abertura de créditos, empréstimos e financiamentos, apoio para a assistência técnica e pesquisa, entre outras medidas para aumentar a disponibilidade de pescados na alimentação do brasileiro(a).

Após a apresentação, os convidados levantaram questões e dúvidas, que foram esclarecidas pelo ministro e sua equipe, e deram sugestões que merecem a atenção do governo, que está contando com a colaboração das entidades para fazer o Plano funcionar bem e apresentar eficácia. "Contamos com vocês para que esse plano não seja uma miragem no deserto dos pescadores. A grande preocupação é com os pescadores em más condições, e esses recursos serão disponibilizados para darmos uma boa estrutura pra eles", disse.

Para Antoninho Rovaris, "foi uma boa reunião preparatória para o Plano. Tenho uma expectativa bastante interessante, para que possamos iniciar o trabalho e buscar uma melhor qualidade de vida para os nossos agricultores familiares". A presidenta Dilma Rousseff fará o lançamento oficial do Plano Safra da Pesca e Aquicultura 2012/2013 na próxima quinta-feira, dia 25.

CNA estima que faturamento do setor agropecuário crescerá 8,7% em 2012 – Site da CNA. 23/10/2012

A elevação dos preços das principais commodities agrícolas, ocasionada pela redução de oferta e de produção, revisou para cima a estimativa do Valor Bruto da Produção (VBP) do setor agropecuário em 2012, que deverá fechar o ano em R\$ 357,3 bilhões, crescimento de 8,7% em relação a 2011, segundo a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Somente o faturamento bruto da agricultura atingirá R\$ 225,3 bilhões, com expansão de 12,3% na comparação com o ano passado, influenciado, entre outros fatores, pelo comportamento da soja, cujo aumento de receita está estimado em 20,8% a mais do que em 2011, alcançando uma cifra de R\$ 68,3 bilhões, diante da previsão de uma safra menor no Brasil e nos Estados Unidos.

“Apesar dos preços da soja no mercado doméstico não terem apresentado grandes valorizações no mês, estes ainda se encontram em patamares elevados em relação aos registrados no ano anterior, permitindo a expansão no faturamento”, explica o estudo da CNA. O milho deve ter faturamento 39,8% superior ao de 2011, totalizando R\$ 34 bilhões, em razão do aumento de 26,4% na produção e de 10,6% nos preços. No entanto, a entidade ressalta que, no caso do cereal, o retorno do quadro de déficit econômico dos países europeus e o avanço da colheita norte-americana podem pressionar os preços do grão para baixo e impactar os ganhos futuros.

O VBP da cana-de-açúcar também foi revisado, sendo estimado em R\$ 43 bilhões, com incremento de 43,3% na receita da atividade, em razão da queda de 7,7% na produção. A restrição de oferta também deverá favorecer o trigo, que terá, em 2012, faturamentos 20,6% superior a 2011, somando R\$ 3 bilhões, principalmente em função da quebra de safra na Rússia. Já o café deverá sofrer uma retração de 14,2% no faturamento em

relação ao ano passado, provocada pelo aumento da produção e pelo cenário de incertezas na Europa e nos Estados Unidos, com conseqüente redução de demanda.

Em relação à pecuária, espera-se uma expansão de 3% para o VBP, em 2012, em comparação a 2011, chegando a R\$ 132 bilhões. Este pequeno acréscimo se deve, principalmente, ao setor da carne bovina, cujo faturamento deverá ser 6,7% menor do que no ano passado, por causa da queda de 8,9% no preço do produto neste ano, se comparado ao ano passado, e à carne suína, que terá receita 12,7% inferior ao VBP observado no ano passado, reflexo da crise neste setor. Apenas o setor avícola terá crescimento no VBP, de 22%, impulsionado pelo aumento dos preços da carne de frango, embora a remuneração paga ao produtor ainda seja insuficiente para pagar os custos de produção da atividade.

PIB – O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio teve queda de 0,13% em julho, segundo levantamento da CNA, feito em parceria com o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea). Apesar do resultado, a retração teve um ritmo menor em relação aos outros meses. No acumulado de janeiro a julho, o PIB do agronegócio está negativo em 1,77%. Observando o comportamento do PIB no segmento “dentro da porteira”, a agricultura registra no ano retração de 2,18%, enquanto a pecuária cresceu 2,76% nos primeiros sete meses do ano.

Acesse a íntegra dos documentos:

- PIB: Produto Interno Bruto - de julho a outubro de 2012
 - VBP: Valor Bruto de Produção - de julho a outubro de 2012
-

Bahia realiza primeira Exposição de Agricultura Familiar do Norte Nordeste do Brasil – Site da FETRAF. 23/10/2012

A Bahia está realizando a Exposição Estadual da Agricultura Familiar e 1º Festival da Cultura (EXPOAGRIFAM), primeiro evento do gênero a ser realizado no Norte e Nordeste do país. Promovido e organizado pelas Fetraf's Brasil e Bahia - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - e pelo Fórum Baiano da Agricultura Familiar, é uma boa oportunidade de fazer bons negócios e conhecer a produção de mais de 180 expositores da agricultura familiar do estado e um expositor de café orgânico de Minas Gerais. A Expoagrifam teve início no domingo (21.10) e vai até sábado 27, no Parque de Exposições João Martins da Silva, em Feira de Santana, das 09 às 22 horas. A solenidade de abertura contou com participação de representantes dos movimentos sociais, agricultores, bem como dos governos municipais, estadual e federal.

Nos sete dias, participam 100 caravanas dos 27 territórios de identidade do Estado. De acordo com a coordenadora da Fetraf Brasil, Elisângela Araújo/, a Expoagrifam se consolida como espaço para debater e dar visibilidade à agricultura familiar, segmento estratégico para a construção do desenvolvimento sustentável do país. “Cerca de 70% do que se consome de alimento na Brasil é produzido pela agricultura familiar e a Bahia é o estado com maior número de agricultores familiares do Brasil”, informa Elisângela, que acredita na mobilização de cerca de 10 mil pessoas nos sete dias e na geração de mais de R\$ 100 mil em negócios. A expectativa é de que o evento seja realizado anualmente no período das festas juninas.

Endividamento, crédito emergencial, educação e capacitação profissional, tecnologias para captação de água e convívio com a seca e a estiagem, preservação ambiental, uso da água para produção agrícola, segurança alimentar, a mulher e os jovens na agricultura familiar, entre outros temas. Os debates darão subsídio para elaboração de um documento reunindo a opinião de membros do movimento social, produtores, cooperativas, sindicatos, organização não-governamentais e trabalhadores do campo.

Participaram da mesa de abertura: secretário estadual de Agricultura Familiar, Eduardo Sales, o secretário nacional do Desenvolvimento Agrário (MDA), Valter Bianchine, presidenta do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Nacional (Consea), Maria Emília, representante da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, Ailton Florêncio, diretor-presidente da EBDA, Elionaldo de Faro Teles, Vivaldo Souza de Mendonça Filho que é diretor da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), ligada à Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional (Sedir) e o representante do Consea-Bahia, Carlos Eduardo Leite, superintendente da Agricultura Familiar da Bahia (SUAF), Wilson Dias, diretora da Secretaria de Relação Institucional, Meire Cláudia, representante da Casa Civil, Fábio Freitas, deputado estadual Zé Neto e superintendente do Fórum Baiano da Agricultura Familiar Vasco Aguzzoli.

Atlas retrata realidade do campo brasileiro – Site do MAPA. 23/10/2012

IBGE disponibiliza em publicação mapas e dados do Censo Agropecuário 2006

O Instituto Brasileiro de Pesquisas Espaciais (IBGE) retrata a complexa realidade do campo brasileiro no Atlas do Espaço Rural Brasileiro. Lançado na última semana, a publicação apresenta mapas e dados do Censo Agropecuário 2006 e das pesquisas populacionais, sociais, econômicas e ambientais do instituto, que apontam que o Brasil tem 5,2 milhões de propriedades rurais.

O Atlas mostra, por exemplo, os lugares onde o uso de maquinário é mais intenso e apresenta informações sobre as relações rural-urbano. Além disso, mostra como o processo de modernização da agropecuária passou de um momento de grande mecanização para um maior investimento em capital intelectual, que resultou em técnicas com maior eficiência e sustentabilidade no campo, como plantio direto, transferência de embriões, entre outros.

De acordo com o chefe da Assessoria de Gestão Estratégia (AGE), Derli Dossa, nas 302 páginas do atlas é possível encontrar todo tipo de informação captada durante a realização do Censo Agropecuário 2006, divulgado em 2009. “A vantagem disso é que se você quiser fazer uma análise de alguma coisa da agropecuária no Brasil é só pesquisar no atlas”, explica Dossa.

Dividido em 10 capítulos, a publicação apresenta a evolução do espaço rural desde 1940 até as novas tecnologias do campo, passando por renda, custos, receitas e despesas com insumos. Algumas informações apresentadas no livro são que Agricultura familiar abrange 84,4% dos estabelecimentos, mas cobre apenas 24,3% da área; 70% do transporte de produtos é realizado por caminhão; e sementes adaptadas ao Cerrado resultam em aumento da produção de algodão.

Tecnologias alternativas para convivência com semiárido são introduzidas em assentamento paraibano – Site do INCRA. 23/10/2012

O Assentamento Novo Campo – em Barra de São Miguel, no Cariri paraibano, a cerca de 208 km de João Pessoa –, está se transformando em um exemplo prático de convivência com o semiárido. Isso está sendo realizado através da implantação de tecnologias alternativas e sustentáveis de baixo custo para a recuperação de solos degradados, o manejo de Caatinga e o plantio de palma forrageira resistente à Cochonilha do Carmim.

O experimento está sendo implantado em uma Unidade Demonstrativa (UD), que deverá ficar pronta em janeiro de 2013, pela Cooperativa de Trabalho Múltiplo de Apoio às Organizações de Autopromoção (Coonap), uma das entidades de assistência técnica contratadas pelo Incra/PB, que atua em 35 assentamentos da reforma agrária na Paraíba.

A UD que a Coonap está implantando, em parceria com o Instituto Nacional do Semiárido (Insa), no assentamento Novo Campo – onde serão testadas novas experiências de convívio com o semiárido e de sustentabilidade do suporte forrageiro –, servirá como local para intercâmbio e troca de idéias entre técnicos e assentados.

De acordo com José Diniz das Neves, engenheiro agrícola da Coonap, o sistema agroflorestal para recuperação do solo degradado e manejo da Caatinga será implantado em um hectare da parcela do assentado Jonas José da Silva. O sistema usará diversas espécies nativas do bioma.

Em uma área de igual tamanho nas terras coletivas do assentamento, será feito o raleamento da Caatinga para o plantio de um campo de multiplicação com aproximadamente 20 mil raquetes de palma forrageira resistente à Cochonilha do Carmim – uma praga que dizimou, nos últimos anos, milhares de hectares da planta nos semiáridos da Paraíba e de Pernambuco.

BRF terá produção na China a partir de 2014. Alda do Amaral Rocha – Valor Econômico. 23/10/2012

A BRF - Brasil Foods deverá iniciar a construção de uma unidade de processamento de carnes de aves e suínos na China no fim de 2013. O investimento será realizado em parceria com a chinesa Dah Chong Hong (DCH), controlada pela estatal Citic Pacific, com a qual a companhia brasileira começou a operar uma joint venture no início deste ano. De acordo com Antonio Augusto de Toni, vice-presidente de mercado externo da BRF, o plano é que a nova unidade comece a rodar no fim de 2014.

Os detalhes do projeto da fábrica no país asiático, como suas dimensões e capacidade de produção, ainda estão em fase de definições. A localização da fábrica que será instalada também não foi escolhido ainda, mas a BRF já tem uma estimativa de quanto será o investimento total. Em entrevista concedida no Salão Internacional da Alimentação (Sial), em Paris, Toni informou que o valor deverá ser "equivalente" aos US\$ 120 milhões que a companhia está desembolsando para erguer uma unidade em Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos.

A BRF - Brasil Foods uniu forças com a DCH com o objetivo inicial de conquistar mais espaço para seus produtos no mercado chinês. A construção de uma fábrica para agregar valor à carne in natura exportada para a China estava nos planos das parceiras antes mesmo de a joint venture ser oficializada, mas até agora não havia notícias sobre a confirmação do projeto.

Atualmente, a joint venture faz a venda e a distribuição de produtos da empresa brasileira no país asiático. Conforme Rogério Moraes, executivo responsável pela operação da BRF na China, hoje a empresa já comercializa produtos com a marca Sadia no varejo e no segmento de food service de grandes centros como Xangai, Pequim e Hong Kong. Em 2011, a China representou cerca de 3% das exportações da BRF, mas, como já informou o **Valor**, a expectativa é que a fatia alcance 7% até 2015.

Após registrar forte incremento dos embarques em setembro, a empresa consolidou no mês e nos nove primeiros meses do ano sua condição de maior exportadora brasileira do setor de agronegócios do país. No setor, a companhia só perde para a Bunge, que tem capital aberto nos EUA. No ranking geral das maiores empresas exportadoras, fica atrás apenas de Vale, Petrobras e Bunge, de acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior (Secex).

Em linha com a recuperação das exportações brasileiras de carnes de frango e suína, os embarques da BRF renderam US\$ 446,2 milhões em setembro, quase 33% mais que no mesmo mês de 2011. Com isso, as vendas da empresa ao exterior chegaram a US\$ 3,715 bilhões de janeiro a setembro, 4% acima de igual intervalo do ano passado.

Investir fora do Brasil ganhou mais importância para a BRF depois das "restrições domésticas" impostas pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para aprovar a sua criação, fruto da incorporação da Sadia pela Perdigão. A companhia teve de se desfazer de ativos e suspender temporariamente marcas que tinha no Brasil. Nesse contexto, recorreu a uma troca de ativos com a Marfrig, que ficou com algumas de suas unidades e marcas no país em troca de ativos relacionados à marca Paty na Argentina.

Ao redobrar esforços na internacionalização - e a fábrica na China representa mais um capítulo dessa estratégia -, a BRF tenta repor a perda de faturamento com a transferência desses ativos e marcas no Brasil. No total, a receita líquida da empresa alcançou R\$ 6,702 bilhões no primeiro semestre de 2012, 11,2% mais que em igual intervalo de 2011. Pressionados pelo aumento de custos, o lucro líquido "encolheu" quase 82% na mesma comparação, para R\$ 159,6 milhões.

Conab vende milho a "conta-gotas" no Nordeste. Tarso Veloso – Valor Econômico. 23/10/2012

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) decidiu instituir o contingenciamento de milho no Nordeste para evitar que os produtores que precisam do grão fiquem sem adquiri-lo durante o mês. A partir de agora, o agricultor que tem direito a uma determinada cota mensal não poderá retirá-la de uma só vez, um recurso que a companhia implantou para garantir a oferta do grão para um maior número de produtores rurais.

"É como um pãozinho na padaria. Quatro pessoas chegam para comprar e só tem dois. Então cada um leva metade e volta em outra ocasião para comprar mais", exemplificou o Superintendente de Abastecimento Social da Conab, Nilton Lélío.

A cota destinada a cada produtor para compras de milho a balcão - modalidade subsidiada em que o pequeno produtor pessoalmente retira o grão - é avaliada de acordo com a demanda mensal de cada um, considerando a quantidade de animais na propriedade. Para isso, foram criadas três categorias: compras de até 3 toneladas mensais e preço de R\$ 18,12 por saca; aquisição de 3 toneladas a 7 toneladas por mês, com valor de R\$ 24,60 por saca e aquisições de 7 toneladas a 14 toneladas mensais por R\$ 26 a saca.

O **Valor** apurou que o Ministério da Agricultura trabalha com portarias que devem ser lançadas nos próximos meses e irão reajustar esses valores. A diferença entre os preços de mercado e o vendido pelo governo - cerca de duas vezes e meia - foi apontada como principal motivo para a venda paralela de milho em alguns Estados.

Esse mecanismo de venda clandestina, que ainda não passa por uma investigação formal, chegou ao conhecimento do governo. A Conab e o Ministério da Agricultura receberam denúncias anônimas sobre produtores que estariam comprando milho subsidiado e revendendo por até três vezes mais no mercado paralelo. A estatal informou que não recebeu nenhuma denúncia oficial e, caso receba, vai encaminhá-la para a investigação. "Nós vendemos o milho mais barato para ajudar o pequeno produtor e não temos culpa se alguém compra para revender. Depois de comercializado, não conseguimos monitorar o que cada um faz com o grão que compra", afirmou uma fonte do ministério.

A venda de milho na região Nordeste explodiu este ano. De julho a outubro, foram comercializadas 111 mil toneladas na região para 54.488 agricultores. Durante o ano passado foram vendidas 96 mil toneladas para 44 mil produtores. No total, foram realizados leilões de remoção de 700 mil toneladas para todo o país em 2012, porém 290 mil toneladas foram efetivamente entregues. Mesmo assim, existe falta do grão em algumas regiões do país, e a principal carência é da região Nordeste. Do total, foram contratadas 232 mil toneladas para a região.

Intocável, Bolsa Família terá verba 10% maior. Rodrigo Pedroso – Valor Econômico. 23/10/2012

Tereza Campello: R\$ 1 aplicado no Bolsa faz retornar R\$ 1,44 para a economia

O programa Bolsa Família completou no sábado, dia 20, nove anos de existência, com status de intocável dentro do governo e permissão para gastar no próximo ano 10% a mais que neste. O programa, que atende 13,5 milhões de famílias na linha da pobreza, custou R\$ 20 bilhões em 2012 - o correspondente a 0,46% do Produto Interno Bruto (PIB) previsto para este ano.

Tereza Campello, ministra do Desenvolvimento Social desde 2011, é hoje uma das pessoas mais ligadas ao programa e à sua história. No PT desde sua fundação, a economista nascida na cidade paulista de Descalvado foi uma das responsáveis por

elaborar e implementar o Bolsa, criado por medida provisória em 2003 e lei desde janeiro de 2004.

Em entrevista ao **Valor**, a ministra fez um balanço do programa e falou sobre o que considera ser a derrubada dos mitos criados após sua implementação, como o "efeito preguiça", e em como a vigilância da sociedade ajudou a desenvolver o sistema e a métrica usados nos cadastros. "Todo gasto tem uma marquinha no Ministério da Fazenda, exatamente para não sofrer contingenciamento."

Tereza comemorou o desempenho dos alunos do Bolsa em relação à média das escolas públicas, constatado nos último Censo, de 2010. A taxa de evasão escolar para os alunos do programa era de 7,2% para alunos do Ensino Médio e de 3% para alunos do Ensino Fundamental. No mesmo ano, a média geral era de 11,5% para o Médio e de 3,5% para o Fundamental. O resultado, afirmou, ficou acima do esperado. A seguir, os principais trechos da entrevista:

Valor: *Qual a sua avaliação dos nove anos do programa Bolsa Família? Quais foram os erros e acertos?*

Tereza Campello: É difícil encontrar uma política social no Brasil que tenha sido tão avaliada. Há dezenas de teses de mestrado e doutorado sobre o tema, além de a imprensa e o Tribunal de Contas também terem ficado em cima. Isso nos dá muita tranquilidade para analisar. O programa só trouxe resultados positivos para o Brasil, pois garantiu que as famílias tivessem comida três vezes por dia. Garantiu também duas frentes em que tínhamos expectativas: melhorar o desempenho escolar e diminuir a desnutrição das crianças. É difícil levantar alguma coisa que o programa tenha errado, apesar de eu ser suspeita para dizer.

Valor: *Uma das críticas ao programa é que ele não apresenta porta de saída aos beneficiários...*

Tereza: A entrada e a saída são permanentes. Em torno de 5 milhões de famílias saíram do programa desde 2003, que começou com 4,5 milhões, veio crescendo e hoje tem 13,5 milhões de famílias. Parte dessas que se desligaram podem ter voltado, não há regras quanto a isso. As famílias têm direito a ficar dois anos no programa sem se recadastrar desde que cumpram as condicionalidades e mesmo que a renda tenha melhorado no período. Esse tempo é grande em função da volatilidade e vulnerabilidade de renda dessa população. A família acaba se desligando definitivamente quando atinge estabilidade de renda maior.

Valor: *Os alunos do Bolsa apresentam menor índice de repetição de ano e evasão escolar do que o total de estudantes matriculados no ensino público brasileiro. Por quê?*

Tereza: A ideia de fomentar o desempenho escolar como contrapartida existia em 2003. Mas não dava para termos esse tipo de acompanhamento, pois não havia um sistema para verificar a frequência das crianças. Fomos evoluindo e mudando o cadastro geral, que está em sua sétima versão e neste ano ganhou um conjunto de informações, como a origem e a ocupação das famílias. Atualmente, recebemos a cada dois meses informações das frequências de todas as escolas que possuem alunos do programa, com

exceção de algumas muito isoladas. São 15 milhões de estudantes acompanhados por bimestre. Uma das ferramentas de contrapartida foi a frequência mínima exigida (85%), que hoje é maior que a do sistema geral (75%). Quando pensamos o programa, era desejável que tivéssemos redução da evasão e melhoria na frequência para que as crianças do Bolsa se iguallassem às demais. O que nos surpreendeu foi esse desempenho superior.

Valor: *Como o Brasil sem Miséria e o Bolsa se complementam?*

Tereza: O Brasil Carinhoso, que é um dos 16 programas do Brasil sem Miséria e fornece auxílio para a segurança alimentar das crianças de zero a seis anos, pegou um gancho interessante. Não teríamos conseguido sem os nove anos do Bolsa. Por causa do cadastro único e sua penetração, anunciamos em um mês e no seguinte já realizamos os primeiros pagamentos. Se a criança nascer e a mãe registrar, temos esse dado hoje online, que vai direto para o cadastro. Assim conseguimos tirar as informações de renda para complementá-la. Vemos o rendimento da família, o benefício que ela já recebe, o número de pessoas pertencentes a ela e quanto falta para chegar a R\$ 70 por membro. É uma conta hiperelaborada. Teve gente que recebeu R\$ 12 a mais, outras mais e por aí vai. Conseguimos isso em um mês por causa da tecnologia social que desenvolvemos. E esse programa vem como um passo adiante na formação, pois antes conseguimos universalizar as crianças de sete a 15 anos em salas de aula. Hoje falta creche para todas as crianças do Brasil. Pelos dados do censo de 2010, tínhamos em torno de 23% das crianças brasileiras atendidas. A métrica mundial recomenda que 50% esteja nesse pré-ensino.

Valor: *Então é necessário dobrar o número de vagas no país...*

Tereza: Só que em geral quem mais precisa é quem está fora da creche. Por isso estamos pagando a mais para garantir os estímulos de vagas às crianças.

Valor: *Os cursos do Pronatec previstos para integrar o Brasil Sem Miséria, até março, haviam preenchido 82 mil vagas das 1 milhão previstas até o fim de 2014. Qual o último balanço do programa?*

Tereza: Temos 550 mil vagas abertas para este ano, com 209 mil delas preenchidas. Em março tínhamos acabado de abrir o plano, nunca tinha sido feito nesse volume. Esses cursos têm sido ocupados por jovens entre 18 e 35 anos, sendo que mais de 70% desse público é de mulheres jovens negras, o que também mostra uma preponderância da mulher dentro da família.

Valor: *Com o crescimento econômico e a ampliação dos programas, parte considerável da população de baixa renda deixou a pobreza extrema. O governo está pensando em saídas do programa?*

Tereza: Isso está começando a acontecer. A grande maioria se desligou porque conseguiu emprego melhor. No entanto, 56% do público do Bolsa Família tem menos de 18 anos. A porta de saída para esse perfil é a escola. Por esse ponto de vista, construímos portas de saída para mais da metade do nosso público. Se é que queremos discutir isso, pois o Bolsa foi a porta de entrada dele para a cidadania. Por outro lado, daqueles com mais de 18 anos, 72% que estão no Bolsa trabalham. Então não é verdade

que quem entra no programa para de trabalhar. Há essa percepção de que a pessoa é pobre por não trabalhar. Errado: ela é pobre em geral porque trabalha em um emprego vulnerável ou degradante. E muitas vezes foi o programa que a ajudou a ter emprego melhor. A renda e o emprego aumentaram mais no Brasil exatamente nas cidades onde há maior presença do Bolsa, provando ele não é incompatível com o emprego.

Valor: *As críticas ajudaram a solidificar o Bolsa Família?*

Tereza: Não acho que as pessoas queriam acabar com ele. Elas diziam o que acreditavam. Por exemplo, elas acreditavam que o Bolsa aumentava o número de filhos. Hoje o Censo mostra que a queda de natalidade aconteceu principalmente na população pobre do Brasil, que registrou redução muito maior do que nas outras faixa de renda. Está provado que o programa não aumentou o "efeito preguiça", ou seja, que as pessoas pararam de trabalhar por receber o benefício. Está provado que as famílias não usam o dinheiro para gastar mal, pois as pesquisas indicam melhora de alimentação das famílias, assim como maior aquisição de materiais usados em higiene pessoal e educação.

Valor: *O Bolsa atinge um em cada quatro brasileiros. Qual o orçamento previsto para 2013?*

Tereza: O programa tem neste ano R\$ 20 bilhões de verba, com ampliação de R\$ 2 bilhões em relação a 2011. Para o ano que vem, o orçamento está em R\$ 22 bilhões.

Valor: *Só a desoneração da folha de pagamentos deve fazer com que a Receita deixe de arrecadar R\$ 12 bilhões em 2013. Como sua pasta se insere nesse cenário de possível desaceleração da arrecadação?*

Tereza: Não tivemos redução de nenhum item do Brasil Sem Miséria neste ano e nem teremos em 2013. Ampliamos verbas para todos os programas. Nossa avaliação é de que os repasses não vão estagnar, pois a ampliação da demanda agregada do país melhora a arrecadação. Esse debate de que gasto social atrapalha o Estado não se verificou. Temos um estudo que mostra que R\$ 1 aplicado no Bolsa faz retornar R\$ 1,44 para a economia, que gera impostos e alimenta o governo novamente.

Valor: *A pasta está blindada dentro do orçamento do governo?*

Tereza: Nenhum recurso nosso está sendo contingenciado ou tem perspectiva de ser. Todo gasto do Brasil Sem Miséria tem uma marquinha no Ministério da Fazenda, exatamente para não sofrer contingenciamento. Isso a presidente já tem anunciado, assim como a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, e o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Todos os materiais da Fazenda possuem um capítulo social. Há a percepção de que esse gasto cria um movimento dinamizador na economia, pois gera novos consumidores.

Balança Comercial do agronegócio registra superávit de US\$ 59,2 bilhões até setembro – Site da CNA. 24/10/2012

A balança comercial do agronegócio registrou um superávit de US\$ 59,2 bilhões entre janeiro e setembro deste ano. O valor corresponde a um acréscimo de 2% em relação ao mesmo período de 2011, segundo avaliação divulgada pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). No acumulado do ano até setembro, o volume exportado de produtos do agronegócio alcançou a cifra de US\$ 71,2 bilhões, com um aumento de 0,5%, na comparação com os primeiros nove meses do ano passado. Com isso, a participação do agronegócio na balança comercial brasileira, no período avaliado, subiu de 37,3%, em 2011, para 39,5%, este ano.

No atual cenário de comércio mundial em ritmo lento, o resultado positivo da balança comercial do agronegócio brasileiro é consequência do aumento dos embarques dos produtos, com destaque para o milho. A segunda safra do cereal colhida este ano foi recorde. “A maior disponibilidade do produto no mercado interno favoreceu o crescimento das exportações que, em setembro, chegaram a 3,1 milhões de toneladas, valor 90,8% superior ao exportado no mesmo mês de 2011”, analisa o estudo da CNA. As receitas acumuladas com a exportação do milho, até setembro, totalizaram US\$ 2,4 bilhões, sendo superiores em 46,3% ao montante exportado no mesmo período no ano passado.

As receitas com as vendas externas de soja também contribuíram para o saldo positivo da balança do agronegócio. Entre janeiro e setembro, foram exportados US\$ 23,2 bilhões, o que representa um crescimento de 15,8% em relação aos primeiros nove meses de 2011. No entanto, a comercialização acelerada da oleaginosa nos últimos meses reduziu a oferta do produto para novas negociações. Por conta disso, em setembro, os embarques brasileiros de soja, calculados em 2,9 milhões de toneladas, foram reduzidos em 30,7%, na comparação com o mesmo mês do ano passado. “A forte demanda pela soja e os preços de exportações favoráveis devem estimular a produção mundial da oleaginosa na safra 2012/2013”, diz a CNA.

Destinos - A China foi o principal destino das exportações do agronegócio brasileiro, acumulando até setembro a cifra de US\$ 15,9 bilhões, que corresponde a um ganho de 18,9%, se comparado ao mesmo período de 2011. Em setembro deste ano, os embarques para o mercado chinês corresponderam ao total de US\$ 1,21 bilhão. Esse valor, no entanto, representa uma queda de 37,7% em relação ao mesmo mês de 2011. Esse resultado é considerado atípico e fez com que a participação da China como destino dos produtos do agronegócio brasileiro caísse 7%. Segundo estudo da CNA, “a queda é consequência direta da redução dos embarques de soja e dos produtos do complexo sucroalcooleiro”.

A diversificação dos mercados consumidores dos produtos do agronegócio brasileiro ajudou a compensar a queda das transações comerciais com países onde o Brasil já possui uma posição consolidada. Neste contexto, a análise da CNA destaca o vertiginoso crescimento de 1.024% do fluxo das exportações para os países árabes, entre os anos de 2000 e 2011. Nesse período, a participação desses mercados como destino dos produtos do agronegócio brasileiro saltou de 5% para 11%. No acumulado do ano até setembro, o Brasil exportou 11,6 milhões de toneladas, um acréscimo de 8% em relação ao mesmo período de 2011.

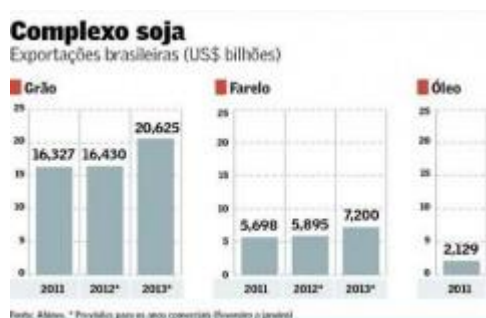
Para a CNA, as perspectivas são de que o fluxo de comércio com os países árabes se intensifique. “O crescimento econômico da região e suas limitações geográficas e climáticas à expansão da produção agrícola se convertem em oportunidades para novos negócios com o Brasil”, afirma o estudo.

Acesse a íntegra do documento:

- Balança Comercial do Agronegócio - Outubro de 2012

Exportação de soja deve render US\$ 24 bi. Fernando Lopes – Valor Econômico. 24/10/2012

A Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) revisou para cima suas projeções para a produção de soja no país na safra passada (2011/12), o que gerou impacto positivo sobre a estimativa da entidade para as exportações do segmento neste ano. Conforme a Abiove, a colheita do grão alcançou 66,8 milhões de toneladas em 2011/12, 200 mil a mais que o volume previsto em setembro.



Em relação ao ciclo 2010/11, a queda chega a 11,2%. Esse recuo deriva da estiagem que prejudicou as lavouras do Sul do país na temporada. Para a safra que está sendo plantada (2012/13), a estimativa da entidade foi mantida em 81,3 milhões de toneladas, um novo recorde. Com o ajuste na produção do grão em 2011/12, a projeção da Abiove para as exportações da matéria-prima no país foi elevada para 31 milhões de toneladas, 500 mil a mais que o previsto em setembro. Já o processamento foi reduzido para 35,1 milhões e as exportações brasileiras do "complexo soja" (grão, farelo e óleo) foram ajustadas para US\$ 24 bilhões em 2012, 0,6% abaixo de 2011.

Toscana rural se reinventa ao aproveitar turismo. Fernanda Prado – Valor Econômico. 24/10/2012

Um casal de turistas alemães mudou o rumo da Fattoria Voltrona, fazenda situada nas proximidades da cidade medieval de San Gimignano na região italiana da Toscana. Era verão de 1984 e eles procuravam um quarto para dormir. Naquele tempo, apenas uma parte da casa era habitável; todo o resto eram ruínas. Sebastiano Leanza, o proprietário da fazenda, nunca tinha ouvido falar em "turismo rural", mas a chegada dos alemães deu início a essa atividade na Voltrona e ela se tornou uma das pioneiras no agroturismo na Toscana.

Quando Sebastiano adquiriu a propriedade em 1978 - por meio de um sistema de incentivo bancário aos pequenos fazendeiros implementado pelo governo italiano - não havia água potável nem linha de telefone. Na estrada que dava acesso à casa só passavam carros de boi. A fazenda estava tão destruída e abandonada que os caçadores tinham se apropriado do telhado da casa para descansar entre uma pausa e outra nas caçadas. Ervas daninhas haviam destruído as plantações de oliva e javalis selvagens tinham invadido a propriedade em busca de alimento.

Por causa da industrialização nas cidades e a mecanização nas fazendas, muitos fazendeiros da Toscana abandonaram suas terras entre as décadas de 50 e 70 em busca de trabalho nas indústrias. Foi quando Sebastiano, que é da Sicília, e muitos fazendeiros vindos também de outras regiões da Itália e até mesmo de outros países como Inglaterra e Alemanha adquiriram as propriedades na Toscana. "O esperado era que os fazendeiros da própria Toscana se beneficiassem do incentivo e comprassem as fazendas. Mas o que aconteceu foi que eles preferiram ir trabalhar nas indústrias e quem as comprou foram os italianos de outras regiões", conta Malcolm Leanza, 39, filho de Sebastiano e gerente-geral da Voltrona. Ele conta que um fazendeiro de 90 anos foi quem certa vez lhe deu a melhor explicação: "Ele disse que os fazendeiros ainda acreditavam no socialismo - terra para todos. Portanto, se eles aceitassem pagar por ela estariam indo contra o sistema".

Assim que adquiriu a fazenda, de 40 hectares, Leanza iniciou a produção de leite e criação de porcos, mas a introdução de uma política agrícola comum europeia no início dos anos 80 - regulamentando a produção leiteira e a consequente contração do setor - desencadeou um período muito difícil para os negócios da Voltrona. A situação foi agravada pelo frio rigoroso de 1985 que congelou as olivas ainda nas árvores, fazendo com que a fazenda perdesse 95% da sua produção. O mesmo atingiu as uvas e o preço despencou. Aquele ano ficou marcado na história da agricultura toscana como "annus horribilis" - sem animais, sem oliveiras e sem vinho, muitas fazendas faliram.

Quando o gosto não podia ser mais amargo, Leanza teve que reinventar. Lembrou-se dos turistas alemães que no ano anterior haviam passado por ali à procura de um quarto para dormir. Na mesma época, a lei que regula o turismo rural na região da Toscana reavivou o setor agrícola ajudando os fazendeiros a darem os primeiros passos para um novo conceito de agricultura: além de produzir alimentos, o agricultor deveria fornecer serviços e promover o território em que ela opera. O agroturismo ganhava força na Voltrona.

Lances de San Gimignano. O turismo rural na Toscana ajudou fazendeiros a enfrentar vicissitudes da produção agrícola e acabou se tornando um setor importante da economia local

Leanza começou então a reformar todas as construções da propriedade, investiu no lazer para os hóspedes e também na produção do vinho chianti Colli Senesi (90% de uvas sangiovese, 4% canaiolo e 3% trebbiano e malvasia), e no azeite de oliva (80% frantoio, 10% correggiolo, 5% muraiolo e 5% leccino). Atualmente a produção de uvas é de oito toneladas por hectare, sendo o vinho tinto 80% da produção. Em 1989, Fattoria Voltrona começou a alterar sua produção para o cultivo orgânico, o que levou oito anos para fazer toda a transição. Leanza investiu ainda na compra de cavalos islandeses. Na fazenda, eles são treinados, vendidos e usados como opção de lazer pelos hóspedes.

A crise financeira europeia tem mudado o mapa de ocupação na fatoria: nos últimos três anos o número de indianos e chineses tem aumentado ao lado de poloneses, russos e sul-americanos - 70% dos hóspedes são regulares, ou seja, voltam mais de uma vez.

PIB do agronegócio cai 1,77% até julho, diz CNA – Valor Econômico. 24/10/2012

O Produto Interno Bruto (PIB) do agronegócio teve queda de 1,77% de janeiro a julho, conforme levantamento da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) feito em parceria com o Cepea/Esalq. Segundo a entidade, a agricultura registrou uma retração de 2,18%, enquanto a pecuária cresceu 2,76%.

O estudo explica que a queda foi influenciada pela redução da produtividade de diversas culturas e pela seca que atrapalhou o desenvolvimento das lavouras.

Entretanto, a alta das cotações de importantes produtos agrícolas, como soja, milho, trigo e café, ajudou o PIB a não amargar uma retração ainda maior.

O estudo também mostrou que o faturamento do setor agropecuário deve crescer 8,7% em 2012 e chegar aos R\$ 357,3 bilhões. O Valor Bruto da Produção (VBP) foi revisado para cima levando em conta a elevação dos preços das principais commodities agrícolas.

Somente o faturamento bruto da agricultura atingirá R\$ 225,3 bilhões, com expansão de 12,3% na comparação com o ano passado, influenciado, entre outros fatores, pelo aumento da receita da soja. A oleaginosa deve ter desempenho 20,8% superior ao de 2011, alcançando uma cifra de R\$ 68,3 bilhões, diante da previsão de uma safra menor no Brasil e nos Estados Unidos. Conforme o estudo, os preços da soja no mercado doméstico não tiveram fortes altas durante o mês, mas se manteve em patamares elevados em relação ao ano anterior.

Presidente Dilma lançou Plano Safra da Pesca – Site do MAPA. 25/10/2012

Mendes Ribeiro esteve presente à cerimônia do Plano que pretende dobrar volume anual de pescado

A presidente Dilma Rousseff e o ministro da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella, lançaram nesta quinta-feira, 25 de outubro, o Plano Safra da Pesca e Aquicultura. O plano prevê investimento de R\$ 4,1 bilhões até 2014 na indústria da pesca com objetivo de dobrar a produção brasileira e alcançar 2 milhões de toneladas por ano. O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, esteve presente à cerimônia.

O plano, que beneficia aquicultores familiares e comerciais, pescadores artesanais, armadores de pesca, agricultores familiares e indústrias do setor, engloba diversas ações de estímulo ao setor. Entre elas, aumento de créditos aos pescadores, assistência técnica, formação de cooperativas e investimento na melhoria nas condições de armazenagem e comercialização.

Com o programa, pescadores com renda de até R\$ 160 mil por ano e aquicultores com renda de até R\$ 320 mil por ano terão acesso à linha de crédito do Programa de

Financiamento da Agricultura Familiar (Pronaf). Eles pagarão 4% de juros ao ano e terão dois anos de carência para quitar o crédito utilizado no custeio da produção.

Os pescadores também terão uma linha especial para microcrédito e poderão pegar empréstimo de até R\$ 2.500 a ser quitado em dois anos com juros de 0,5% ao ano.

O Plano Safra da Pesca também prevê investimento de R\$ 135 milhões em assistência técnica e em cursos para 120 mil pescadores. Eles serão instruídos sobre como obter crédito, boas práticas de produção e conservação do pescado e técnicas de comercialização do produto.

Um dos objetivos do plano, de acordo com o governo, é tirar da pobreza 100 mil famílias. Cerca de 380 mil famílias que vivem da pesca ainda estão nessa condição, várias delas em mangues ou comunidades ribeirinhas.

Por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, já utilizado pelos agricultores familiares, o governo pretende comprar até 20 mil toneladas de pescado por ano, aumento de quatro vezes em relação ao adquirido atualmente. O consumo brasileiro de pescado poderá passar dos atuais 9 quilos por habitante/ano para 13,8 quilos em 2015. (Fonte: Ministério da Pesca e Aquicultura)

MDA investe no fortalecimento da pesca e aquicultura familiar – Site do MDA. 25/10/2012

A Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) vai chegar a 3,5 mil famílias de pescadores artesanais dos Territórios da Cidadania Transamazônica, no Pará, e Sertão do São Francisco, em Pernambuco. A ação faz parte do Plano Brasil Sem Miséria e será realizada em cooperação entre os ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pesca e Aquicultura (MPA) e Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). O acordo de cooperação foi assinado nesta quinta-feira (25), no Palácio do Planalto, durante o lançamento do Plano Safra da Pesca e Aquicultura, com a presença da presidenta Dilma Rousseff e do ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas.

O termo visa inclusão social e produtiva, promoção da segurança alimentar e incremento da renda de famílias de pescadores artesanais. Cada família assistida receberá também um fomento de R\$ 2,4 mil, dividido em três parcelas. “Acredito que este casamento entre assistência e crédito é fundamental neste processo de inclusão produtiva desta atividade tão importante para o desenvolvimento do País”, afirmou Dilma.

Mais Crédito

Além de assistência técnica, cerca de 330 mil famílias de pescadores e aquicultores passam a ter acesso a mais crédito, juros menores e prazos estendidos, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Os limites variam de R\$ 2,5 mil para microcrédito a R\$ 30 milhões para cooperativas.

“Com isso, estamos fazendo uma grande parceria para garantir assistência técnica para os pescadores artesanais. O Pronaf, que passa a financiar a produção dos pescadores, abre uma possibilidade para os agricultores familiares investirem na aquicultura”, enfatizou o ministro do Desenvolvimento Agrário, Pepe Vargas.

O ministro da Pesca e Aquicultura, Marcelo Crivella, citou a ampliação da capacidade de investimento e do crédito e a assistência técnica como eixos fundamentais para o desenvolvimento pesqueiro e a inclusão social. “Estamos criando as condições necessárias para que o setor se desenvolva, para que os pescadores tenham renda, e contribuindo para a segurança alimentar do País”, frisou.

Plano Safra da Pesca e Aquicultura

Com o Plano Safra da Pesca e Aquicultura, os agricultores familiares poderão aproveitar as estruturas de irrigação para a produção de pescado. A assistência técnica que hoje já é oferecida para a atividade agrícola será estendida para a aquicultura. Os técnicos darão orientações sobre como investir melhor no negócio, evitar o desperdício e manter a saúde do pescado. “Com este Plano Safra, nós reconhecemos os pescadores como produtores, passando a ter acesso a crédito, assim como todos os agricultores já tem”, ressaltou Dilma.

Entre os principais objetivos do Plano estão o resgate de 100 mil famílias que estão na linha da pobreza, a Ater a 120 mil famílias de pescadores e aquicultores e a escavação de 60 mil tanques que produzirão 78.750 toneladas de pescado ao ano. O investimento total será de R\$ 4,1 bilhões para a expansão da aquicultura, modernização da pesca e fortalecimento da indústria e comércio pesqueiro.

Área agrícola maior abre espaço para máquinas brasileiras. Mauro Zafalon – Folha de São Paulo. 25/10/2012

A agricultura vive bons momentos, o que tem levado os produtores a elevar a área semeada. Bons preços e melhora na renda farão com que a produção de grãos do Mercosul supere os 300 milhões de toneladas nesta safra que se inicia.

O resultado são novos mercados para a indústria nacional de máquinas e equipamentos agrícolas. Neste ano, o destaque fica para a Bolívia, país que chegou mais tarde na produção de grãos e, por isso, eleva a importação de máquinas.

De janeiro a setembro deste ano, os produtores bolivianos importaram 186 colheitadeiras produzidas no Brasil, 82% mais o que em igual período do ano passado.

O principal mercado para as indústrias brasileiras nesta região ainda é a Argentina, mas, com as dificuldades impostas pelo governo vizinho, as compras diminuíram 40% neste ano em relação ao anterior.

Apesar da boa evolução das vendas em alguns mercados, as exportações brasileiras de máquinas não repetem o bom desempenho de 2008, período que antecedeu o reflexo da grave crise financeira mundial.

Nos nove primeiros meses deste ano, as vendas externas somaram 1.007 colheitadeiras, 41% menos do que em 2011. Pelo menos 78% dessas vendas ocorreram na América Latina.

O cenário para as exportações brasileiras já foi melhor, principalmente quando o câmbio estava mais favorável. Mesmo assim, o país está conseguindo exportar para algumas das principais economias da Europa e do Leste Europeu.

Entre os países industrializados importadores de colheitadeiras do Brasil estão Alemanha, Itália e Bélgica.

No Leste Europeu, o destaque fica para a Polônia. Turquia, África do Sul e países asiáticos também têm boa participação na compra de máquinas brasileiras.

Nas vendas de colheitadeiras de setembro, a New Holland teve participação de 35%, seguida da John Deere (31%), da Case (17%) e da Massey Ferguson (13%). No acumulado do ano, a liderança é da John Deere (63%).

Nas exportações de tratores, a maior fatia no ano fica com a Massey Ferguson (54%), seguida da New Holland (16%) e da Valtra (14%).

Produtividade melhora nas lavouras de cana

A moagem de cana-de-açúcar continua em ritmo menor. Até o fim da primeira quinzena deste mês, as usinas do centro-sul processaram 419 milhões de toneladas de cana, 4% menos do que em igual período de 2011.

Um dos cenários favoráveis neste ano é a recuperação da produtividade agrícola das lavouras. Na primeira quinzena, a produção foi de 75,1 toneladas de cana por hectare, 22% mais do que em igual período de 2011. No acumulado desta safra, a produtividade média é de 74 toneladas, acima das 64,4 da safra anterior.

A Unica (entidade do setor) apurou que a produção de álcool soma 16,7 bilhões de litros nesta safra, 8% menos do que em 2011.

Confinamento A ocupação dos confinamentos argentinos recuou para 64% da capacidade neste mês. A possibilidade de exportação de carnes de provenientes de confinamentos para a Europa deverá elevar o percentual.

Brasileira O vinho oficial da Copa do Mundo de 2014 será fornecido por uma brasileira, conforme decisão da Fifa. A vinícola escolhida foi a gaúcha Lidio Carraro.

Novas terras Depois de cem anos no Vale dos Vinhedos, a Valduga buscou novas fronteiras para a produção de vinho: Campanha Gaúcha e Encruzilhada do Sul.

Área cultivada no Brasil alcança 68 milhões de hectares – Site do MAPA. 26/10/2012

Crescimento do valor de produção foi de 27,1%, enquanto área de cultivo, 4,3%

De acordo com os dados divulgados nesta sexta-feira, 26 de outubro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a área cultivada no Brasil, em 2011, aumentou em 2,8 milhões de hectares em relação a 2010, registrando um crescimento de

4,3% e atingindo um total de 68,1 milhões de hectares. As informações fazem parte da pesquisa Produção Agrícola Municipal (PAM), que investiga 64 culturas em 5.565 municípios brasileiros.

Entre os produtos pesquisados, 48 apresentaram variação positiva de produção e 36, variação da área positiva plantada – com dez dos produtos analisados registrando melhor produtividade, na comparação com 2010. Os dados do levantamento indicam, ainda, que o valor da produção agrícola alcançou R\$ 195,6 bilhões, um crescimento de 27,1% em relação ao ano anterior.

De acordo com o ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Mendes Ribeiro Filho, os números refletem o esforço dos produtores em aumentar a produtividade ao invés da área de cultivo, graças à tecnologias como as desenvolvidas pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). "Apesar do incremento nos preços das commodities no mercado internacional, é preciso reconhecer o esforço do produtor rural e dos pesquisadores da Embrapa no auxílio à elevação produtiva", afirmou.

De acordo com o estudo, a soja foi a cultura com o maior valor da produção, respondendo por 25,7% do valor total dos produtos agrícolas brasileiros, no período. A produção da oleaginosa, em valores, ficou em R\$ 50,3 bilhões. Em 2011, ano-base da pesquisa, essa cultura bateu mais um recorde de produção, com 74,8 milhões de toneladas produzidas em uma área de 24 milhões de hectares – um aumento de 8,8 milhões de toneladas em relação a 2011 e de 3% em relação à área plantada.

Em seguida, vêm as culturas de cana-de-açúcar (20,1% do valor total ou R\$ 39,2 bilhões) e o milho (11,4% ou R\$ 22,2 bilhões). Apesar de registrar uma redução na produção, o café também se destacou ao obter uma valorização absoluta da produção, de 40,1%. Estimulado pelos bons preços do produto na época do plantio, o algodão herbáceo se destacou com um aumento da produção de 76,2%, em decorrência da elevação do volume plantado.

Ainda de acordo com o estudo do IBGE, a ocorrência de boas condições climáticas, principalmente do final de 2010 para o primeiro trimestre de 2011, foi um fator determinante para o desempenho superior de algumas culturas. Isso fez com que, entre as 64 culturas pesquisadas, 23 apresentassem recordes de produtividade média nacional, com destaque para a soja, o arroz e o feijão, produtos que compõem a cesta básica da população. (*Fonte: IBGE*)

Conab busca aproximação com comunidades indígenas – Site da CONAB. 26/10/2012

Entre os dias 29 e 30 de outubro, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) capacitará 25 técnicos da Funai/ Brasília para que possam difundir os programas da Companhia junto às comunidades indígenas. Com essa ação, a Conab pretende se aproximar cada vez mais das comunidades tradicionais e auxiliá-las com a aplicação dos seus programas.

Os técnicos da Funai irão atuar como multiplicadores de conhecimentos relativos ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e à Política de Garantia de Preços

Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio). Em uma segunda etapa, serão capacitados técnicos das coordenações regionais da Funai. Na terceira e última etapa, a Conab promoverá capacitações nas próprias aldeias indígenas, com a possibilidade de realizar intercâmbios de experiências entre as comunidades que já acessam o PAA e aquelas que têm a intenção de comercializar sua produção por meio do Programa.

Em 2011, cerca de 750 famílias indígenas participaram do PAA. Os alimentos adquiridos nas aldeias por meio desse programa são doados para escolas, aldeias vizinhas e entidades de assistência social em diversos municípios. No caso da PGPMBio o governo estabelece quais os produtos extrativos e o seu preço mínimo para os extrativistas. Caso eles vendam por um preço inferior ao estipulado, a Conab efetua o pagamento da diferença na forma de subvenção.

Governo reforça Bolsa Família, mas precisa cuidar da saída – Valor Econômico. 26/10/2012

O Programa Bolsa Família vai receber mais recursos no próximo ano, informou ao **Valor** a ministra do Desenvolvimento Social, Tereza Campello (24/10). O orçamento do programa vai aumentar 10%, de R\$ 20 bilhões neste ano para R\$ 22 bilhões.

Essa é uma boa notícia. O Bolsa Família é um dos programas de transferência de renda mais bem-sucedidos e, por isso, alvo de interesse em várias partes do mundo. A um custo relativamente baixo, de 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), beneficia atualmente 13,5 milhões de famílias, ou cerca de um quarto da população, e foi um dos principais responsáveis pela importante redução da desigualdade social que o país experimentou recentemente.

O Bolsa Família nasceu em outubro de 2003 pela junção de programas já existentes de transferência de renda, Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e Cartão Alimentação. Um dos pontos-chave do seu sucesso foi vincular a concessão do benefício à frequência escolar e um certo acompanhamento médico dos beneficiados. As crianças de 6 a 15 anos beneficiadas têm que comparecer a 85% das aulas; e os adolescentes de 16 a 17 anos, a 75%. As crianças até seis anos precisam estar em dia com as vacinas obrigatórias; e as grávidas devem fazer o acompanhamento pré-natal.

De acordo com a ministra, um dos principais feitos do Bolsa Família foi garantir "que as famílias tivessem comida três vezes por dia". Mas o impacto do programa foi além disso, ao contribuir para reduzir a desigualdade social no período de 2001 a 2011, conforme estudo feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad).

O Brasil ainda é um dos 12 países mais desiguais do mundo, mas chegou a 2011 ao menor nível de desigualdade de renda medido pelo índice de Gini desde os registros nacionais iniciados em 1960. O trabalho do Ipea, detalhado por seu presidente e colunista do **Valor**, Marcelo Cortês Neri (23/10) no artigo "Bolsa Família, bem-estar e boca do jacaré", coloca o Bolsa Família como um dos principais responsáveis pela redução da desigualdade. O fator mais importante foi o trabalho, que contribuiu com 58% da redução da desigualdade. Depois vem a Previdência, com 19%; o Bolsa

Família, com 13%; os benefícios de prestação continuada, com 4%; e outras rendas, como aluguéis e juros, com 6%. Segundo o estudo, sem as políticas redistributivas patrocinadas pelo Estado, a desigualdade teria caído 36% menos na década.

A ministra rebateu as críticas de que o Bolsa Família não tem porta de saída para os beneficiários. Segundo informou, desde que o programa começou, cerca de 5 milhões de famílias saíram, embora possam ter voltado depois. As famílias têm direito a ficar dois anos no programa sem se recadastrar, desde que cumpram as condicionalidades, mesmo que a renda tenha melhorado no período. A família, em geral, se desliga definitivamente quando consegue aumentar a renda de modo estável, com um trabalho melhor, o que tem acontecido com mais frequência nos últimos anos. Dos beneficiados pelo Bolsa Família com mais de 18 anos, 72% trabalham.

Mas a maioria (56%) tem menos de 18 anos e a porta de saída dessas pessoas é a escola. Daí a necessidade de o governo reforçar o foco na educação. A frequência escolar dos alunos do Bolsa Família é elevada, e a evasão é inferior à média. A questão é qual a qualidade da educação que estão recebendo no ensino público - um problema que afeta igualmente quem está fora do Bolsa Família.

Também vasculhando dados da Pnad, outro colunista do **Valor**, Naercio Menezes Filho, apurou que os jovens estão indo menos à escola nos últimos anos. No artigo "Educação estagnada" (28/09), contou que, entre 1995 e 2003, a frequência dos jovens à escola aumentou mais do que entre 2003 e 2011.

A baixa qualidade do ensino é um dos fatores que reduzem a frequência às aulas. Disciplinas demais e muito abstratas, sem utilidade no mercado de trabalho, desestimulam os jovens, que provavelmente seriam mais bem atendidos por cursos profissionalizantes. Sinal disso é o desempenho ruim do país nos testes Pisa aplicados pela OCDE. No teste mais recente, de 2009, feito em 65 países, os brasileiros ficaram em 51º lugar em leitura, em 52º em ciências e 55º em matemática. Sem falar no elevado índice de analfabetos funcionais, que compõem um terço da população entre 15 e 64 anos. Atacar esses problemas não parece difícil para um governo que conseguiu pôr de pé um programa como o Bolsa Família.

CMN aprova R\$ 2 bi para renegociações. Edna Simão, Tarso Veloso e Murilo Rodrigues Alves – Valor Econômico. 26/10/2012

O Conselho Monetário Nacional (CMN) criou ontem uma linha de crédito especial para renegociação de dívidas dos produtores rurais do Norte e Nordeste com dificuldades de honrar seus compromissos. A linha terá uma disponibilidade total de até R\$ 2 bilhões dos fundos constitucionais de financiamento do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO).

A medida beneficiará os agricultores que não haviam participado de renegociações anteriores e que sofreram com a forte estiagem registrada no início do ano na região Nordeste e com enchentes no Norte do país.

De acordo com o secretário-adjunto de Política Agrícola do Ministério da Fazenda, João Rabelo, poderão ser renegociadas apenas dívidas de investimento e custeio contratadas

até 30 de dezembro de 2006. O valor máximo das dívidas é de R\$ 100 mil, desde que elas estejam em situação de inadimplência em 30 de junho de 2012.

"O objetivo é trazer de volta à adimplência e ao crédito a população agrícola que foi prejudicada com as intempéries climáticas e aumentar a produção nesses locais. Por terem perdido a produção os produtores estão sofrendo com a falta de crédito", explicou o secretário João Rabelo.

A medida permite que cada tomador poderá obtenha um crédito de até R\$ 200 mil. O prazo de amortização é de até dez anos e a contratação pode ser feita até 31 de dezembro de 2013. Os encargos financeiros variam de acordo com o tipo de produtor rural.

Os agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), pagarão juros que variam de 0,5% a 2% ao ano. Produtores menores e cooperativas terão taxas efetivas de 5% ao ano, pequenos produtores de 6,75% ao ano, médios produtores de 7,25% ao ano e grandes produtores de 8,5% ao ano.

Os bons pagadores de cidades da região do semiárido nordestino terão bônus de adimplência de 25% sobre os encargos financeiros e de 15% sobre o valor principal de cada parcela das operações de até R\$ 35 mil.

Já os mutuários dos demais municípios da área de atuação do FNE e FNO terão um bônus de 15% sobre os juros e de 10% sobre o principal de cada parcela paga. Quando a operação for de até R\$ 35 mil, o pagamento mínimo é de 2% do valor a ser renegociado. Nos demais casos, a amortização mínima é de 5%.

Preço e produtividade levam agricultura a valor recorde. Pedro Soares – Folha de São Paulo. 27/10/2012

Cidade de Sorriso (MT) gerou R\$ 1,9 bilhão com soja e milho

Sob impacto de bons preços no país e no exterior e recordes de safra de importantes produtos, a produção agrícola do país cresceu 27,1% em 2011 e alcançou R\$ 195,6 bilhões, segundo o IBGE.

"Foi um ano muito bom para a agricultura. Os preços estavam muito atrativos e lavouras como soja, cana, milho, algodão e arroz tiveram recordes", disse Carlos Alfredo Guedes, técnico do IBGE.

Entre os principais produtos responsáveis pelo aumento no valor da produção, destacam-se a expansão de milho (46,4%), cana-de-açúcar (38,6%) e soja (34,9%).

Em comum, têm como referência o mercado externo e se beneficiaram do consumo crescente em especial de emergentes como a China.

Essas culturas, diz, avançaram sobretudo diante dos ganhos de produtividade e do clima favorável -diferentemente de 2012, quando as condições climáticas levaram à quebra de safra e à alta de vários produtos.

Em 2011, a área plantada total do país ultrapassou 68,1 milhões de hectares, com um crescimento de apenas 4,3% (2,8 milhões de hectares) -o que mostra que a expansão se deu mais pelo aumento da produtividade das lavouras.

Em área, os aumentos mais significativos ocorreram em soja (3%), milho de 2ª safra (54,7%) e algodão herbáceo (69%), com preços atraentes.

CIDADES E ESTADOS

Pelos dados do IBGE, o Estado de São Paulo manteve a liderança na participação nacional no valor da produção. Sua contribuição, porém, caiu de 18,3% (R\$ 28 bilhões de reais), em 2010, para 17,7% (R\$ 34,6 bilhões) em 2011.

Já Minas subiu da quarta para a segunda colocação, com uma fatia de 12,7% (R\$ 24,8 bilhões) em 2011.

Sorriso (MT), que havia caído de primeiro para terceiro lugar em 2010, voltou a ter o maior valor de produção.

Sozinha, a cidade produtora de soja e milho gerou R\$ 1,9 bilhão, um crescimento de 105,4%. São Desidério (BA) foi a segunda, com R\$ 1,7 bilhão e crescimento de 59,9%.

Das dez cidades líderes em produção agrícola, seis estavam em Mato Grosso, em polos produtores de grãos, principalmente de soja.

Dos 64 produtos pesquisados, três culturas responderam por 57,2% (R\$ 111,8 bilhões) do valor da produção: soja, cana-de-açúcar e milho.

Campanha estrelada pelo Rei Pelé chega a TV – Site da CNA. 28/10/2012

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA, e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, SEBRAE, lançam, na tv, a campanha Time Agro Brasil. Estrelada pelo Rei Pelé, vai mostrar ao Brasil e ao mundo que também somos campeões no campo da agropecuária – 27,7% do território do País. Campeões na produção de alimentos e na preservação de 61% dos nossos seis biomas.

“Parece que é o pontapé inicial, mas não é, porque o Brasil já é referência na agricultura. Mas vamos fazer do Brasil o primeiro do mundo na agricultura porque Deus só me bota em equipes vencedoras” garantiu Pelé ao ingressar, em julho, no Time Agro Brasil.

A campanha vai ajudar o produtor rural, especialmente o pequeno, com informações, tecnologia, modelos de gestão e programas para modernizar a produção, reduzir custos e aumentar a produtividade da lavoura, tudo aliado à preservação do meio ambiente.

“Temos mais de cinco milhões de craques, que são nossos produtores rurais, que devem jogar junto com a pesquisa, com a tecnologia, com as políticas para o campo. Em agricultura, estamos na primeira divisão mundial e devemos ter um time bem preparado”, afirma a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu.

O diretor presidente do SEBRAE, Luiz Eduardo Barreto, manifestou confiança no sucesso da campanha, durante o lançamento do Time Agro Brasil. “O Brasil, que é cinco vezes campeão do mundo no futebol, será campeão mundial na agricultura com essa campanha estrelada por Pelé.”

No site da campanha do Time Agro Brasil, o produtor e o trabalhador rural, profissionais do setor e pessoas interessadas no assunto encontram projetos, vídeos e notícias sobre a agropecuária brasileira.

Acesse agora! Conheça e faça o seu cadastro para entrar no Time Agro Brasil, a rede que conecta quem produz e preserva em nosso País.
www.timeagrobrasil.com.br

Brasil rico, Brasil pobre – O Estado de São Paulo. 28/10/2012

O aumento da renda nos últimos dez anos proporcionou uma notável melhora no padrão de vida da maioria das famílias brasileiras, aproximando-o de indicadores de países desenvolvidos, se o que se leva em conta é a aquisição de bens de consumo. No entanto, como mostrou o jornal Valor (21/10), se o critério for o fornecimento de serviços públicos básicos, pelos quais o Estado é diretamente responsável, uma boa parte desses mesmos cidadãos ainda convive com situações típicas dos países mais pobres do mundo. Ou seja: quando depende da renda das famílias, o avanço dos brasileiros na direção do mundo do conforto é significativo; no entanto, quando há necessidade de investimentos estatais, as demandas mais óbvias de grande parte da população ainda estão muito longe de serem satisfeitas.

O Brasil é hoje o oitavo maior mercado consumidor do mundo, segundo o Fórum Econômico Mundial. Desde 2001, saltou de 85,1% para 96,3% o total de domicílios que dispõem de geladeiras. No caso dos televisores, o índice passou de 89% para 97,2%, e no de máquinas de lavar, de 33,6% para 51,6%. Quase 100% das casas agora têm fogão, e o número de residência com computador ligado à internet quadruplicou, chegando a 37,1%. Para o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), esses dados têm relação direta com a redução da desigualdade de renda verificada no período. Houve expansão de 16% do rendimento médio real do trabalho entre 2001 e 2011, e esse crescimento foi mais acentuado entre os 50% mais pobres da população. Estudo da Fundação Getúlio Vargas indica que o ganho nessa faixa foi de 68% acima da inflação. Além disso, o total de trabalhadores com carteira assinada cresceu 48,1% entre 2003 e 2011.

Ao mesmo tempo, a oferta de crédito, capitaneada por bancos oficiais, passou de 25% para 51% do Produto Interno Bruto (PIB) entre 2002 e agosto passado, o que, ao lado do abatimento de impostos para reduzir os preços, também ajuda a explicar o aumento substancial da aquisição de bens duráveis. Com relativa estabilidade de emprego e de ganhos salariais, aliada ao crédito fácil e aos incentivos estatais, os brasileiros foram às compras.

No entanto, muitos desses consumidores da "nova classe média", que passaram a assistir a seus programas favoritos em modernas TVs de tela plana, são os mesmos que topam com lixo na porta de casa, que enfrentam esgoto a céu aberto e que não têm escola com qualidade ao menos razoável para seus filhos.

O IBGE mostra que cerca de 40% das residências brasileiras não dispõem de abastecimento de água e coleta de esgoto. A comparação com os países ricos é dramática: nos Estados Unidos, segundo o Valor, apenas 0,6% das casas não tinham água encanada e vaso sanitário com descarga em 2011. Ainda segundo o IBGE, 11% das casas brasileiras não têm nenhum tipo de saneamento básico e 5% convivem com lixo acumulado. E 40% dos logradouros não têm nenhuma identificação, de modo que seus habitantes não sabem dizer exatamente onde moram. O quadro é igualmente sombrio na educação. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica de 2011 mostra que, no ensino médio, a maioria dos alunos não sabe ir além das quatro operações aritméticas nem consegue ler e escrever de modo satisfatório.

Tudo isso se reflete na capacidade do Brasil de competir por mercados. O último ranking do Fórum Econômico Mundial sobre o tema indica que o País, embora tenha subido cinco posições, para o 48.º lugar, ainda marca passo em indicadores-chave. No item "saúde e educação básica", por exemplo, o Brasil figura em 88.º lugar entre 144 países, perdendo 9 posições desde 2009.

Como se observa, lentamente estamos deixando de ser a "Belíndia", à qual se referiu o economista Edmar Bacha, em 1974, para designar a concentração de renda que gerou o abismo entre o minúsculo Brasil rico, isto é, a "Bélgica", e o enorme Brasil pobre, a "Índia". Agora, o País está mais para um "Engana", apelido dado recentemente pelo ex-ministro Delfim Netto para designar esse festejado Brasil que tem renda da Inglaterra (England), mas que ainda dispõe de serviços públicos de Gana.

Opção pelo agronegócio permite desigualdade social, diz especialista. José Coutinho Júnior – Site do MST. 29/10/2012

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) lançou o Atlas do Espaço Rural Brasileiro, publicação que integra os dados do Censo Agropecuário 2006 com pesquisas sociais, populacionais, ambientais e econômicas. Segundo o Instituto, o objetivo da publicação é retratar a realidade territorial do campo brasileiro. Os dados, referentes à educação no campo, tecnologia e modernização do meio rural brasileiro, uso dos recursos naturais e concentração de terras, mostram um campo brasileiro desigual, no qual uma minoria segue privilegiada enquanto a maioria dos agricultores vive em situações precárias.

De acordo com José Juliano De Carvalho Filho, professor da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP e membro da Associação Brasileira da Reforma Agrária (ABRA), "Tudo isso ocorre porque o agronegócio é a opção econômica que o governo adotou para o campo". Em entrevista à Página do MST, o professor comentou os dados apresentados pelo IBGE, e aponta que a realidade territorial do campo brasileiro é dura para os mais pobres.

Confira a entrevista:

Dos proprietários rurais que administravam diretamente propriedades agropecuárias, 3,9 milhões de estabelecimentos, ou 39% do total, eram analfabetos ou sabiam ler e escrever sem terem frequentado a escola, e 43% não tinham completado o ensino fundamental. Por que esse percentual tão grande?

Essa população não existe para o estado, e quando existe, as políticas para ela são de baixa qualidade. É só ver a distância que as crianças assentadas precisam percorrer para chegar à escola. Além disso, os professores recebem salários baixos, e dão aulas a muitos alunos. Para os pobres do campo, a política é pouco efetiva.

Já a concentração dos maiores percentuais de produtores proprietários com nível médio de instrução (regular e profissionalizante) ocorre nas áreas de domínio do complexo agroindustrial da soja e de outras commodities de exportação, demonstrando a correlação entre o aprimoramento técnico da agricultura e o nível de instrução do produtor rural.

Há uma mudança no tipo de emprego: as monoculturas, aliadas com a modernização do campo, acabam com boa parte do emprego rural, que costuma ser degradante para o trabalhador. Agora emprega-se apenas pessoas capacitadas para atividades industriais, como operação de máquinas, ao passo que os mais pobres perdem seu emprego braçal. Em áreas onde a soja entra, como no norte do país, há uma expulsão das populações tradicionais, e quando se expulsa uma população, obviamente não se gera emprego para ela.

A publicação também destaca que a agropecuária é uma das atividades humanas que causam maior impacto sobre o ambiente natural. O pampa lidera a depredação, com 71% da sua área ocupada com estabelecimentos agropecuários, seguido pelo pantanal (69%), mata atlântica (66%) e cerrado (59%). Por que a produção agrícola tem este caráter predatório?

O impacto negativo não é só na flora, mas também no controle privado dos bens naturais que esse modelo de produção exerce. É a opção brasileira, inclusive dos governos Lula e Dilma. Reinaldo Gonçalves (professor de economia da UFRJ) diz que temos uma “especialização retrógrada”, pois o agronegócio é uma forma subalterna e marginal de entrar no mercado internacional. É preciso exportar commodities em grandes quantidades para equilibrar a balança comercial, o que dá muito poder aos latifundiários e faz o governo refém da bancada ruralista.

Ao invés de produzirmos bens manufaturados, há apenas os primários: soja, carne, etanol. O impacto do agronegócio no meio ambiente é grande justamente por essa visão mercantil da terra e a influência ruralista grande, basta ver a aprovação do Código Florestal, que atendeu a diversos interesses ruralistas, e vai causar danos maiores no meio ambiente.

Aproximadamente 90% dos recursos hídricos do país são destinados à produção agrícola, produção industrial e consumo humano, sendo a maior demanda de água proveniente das atividades de agricultura irrigada. Em relação à produção agrícola, para quem vai a água?

A água está sendo usada pelo agronegócio. Há a deterioração da qualidade da água, devido a todos os produtos químicos que são despejados nela, sem que haja consequências para os grandes produtores. Quem acaba responsabilizado são os pequenos produtores: em um assentamento, existe uma burocracia para se abrir um poço, enquanto que os latifundiários usam recursos abundantes de forma irresponsável e não pagam por isso. Não é o pequeno produtor que contamina a água, e sim o grande.

O estudo aponta como avanços tecnológicos no campo os transgênicos e o uso de máquinas. Qual o impacto dessa tecnologia no meio rural?

A tecnologia é enviesada, pois desconsidera o saber dos povos do campo. O discurso de que “precisamos superar a fome” monopoliza a produção na mão de algumas transnacionais, pois há o mito de que o agronegócio é a única solução possível para acabar com a fome. As empresas só querem lucrar, não estão preocupadas com o país. Elas querem dominar as terras e a produção. Se continuar assim, vamos chegar em um ponto onde para plantar ou colher qualquer coisa vamos ter que pagar royalties a eles. O agronegócio não é a única opção, e ele deveria ser regulado pelo estado, pois o latifúndio impede os pequenos produtores ao seu redor de crescerem.

Não sou contra a tecnologia, mas a forma como ela é apropriada pelo agronegócio preocupa. A intenção é o monopólio. É como se fosse uma Reforma Agrária ao contrário, e a impressão que eu tenho é que os ruralistas veem o caminho livre para fazer o que querem.

A agricultura familiar, apesar de abranger 4,4 milhões de estabelecimentos agropecuários do país (84,4%), cobre apenas 80 milhões de hectares (24,3% da área total). A área média dos estabelecimentos com agricultura familiar era de 18,3 hectares, enquanto a dos com agricultura não familiar era de 330 hectares. Como a concentração de terras se relaciona aos outros dados mencionados?

Essa questão está na base de tudo. As principais características do campo brasileiro são a concentração de terras e a violência. O estado não cuida da questão da terra no sentido de beneficiar os pequenos produtores. Ao não regular o agronegócio, o estado destrói o pequeno produtor, que é muito vulnerável sem a sua assistência.

Medidas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a compra de alimentos da Reforma Agrária para merenda escolar, a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), são interessantes, mas insuficientes, pois ao mesmo tempo em que temos essas políticas, investe-se pesadamente no agronegócio. Nós precisamos de políticas estruturantes para os pequenos produtores.

Dessa forma, os interesses das empresas permanecem, e a agricultura familiar, sem os incentivos e políticas necessárias, não tem condições de enfrentá-los. O estado é ineficaz porque beneficia o capital. Não há opção política do governo em beneficiar os pequenos produtores; há muito diálogo, mas de concreto, não existe planejamento político.

Tudo isso ocorre porque o agronegócio é a opção econômica que o governo adotou para o campo, basta ver o assustador desmatamento na Amazônia. Se a mesma situação perdura há mais de vinte anos, mesmo com uma ampla quantidade de pesquisas e

denúncias sobre os impactos que o desmatamento causa, é porque o projeto político do governo para o campo demanda isso. Se continuarmos desse jeito, nosso futuro infelizmente é o do agrobrazil, no qual os pequenos produtores não terão chance de sobreviver e o meio ambiente será cada vez mais depredado para a produção de mercadorias primárias.

Financiamentos da agricultura empresarial somam R\$ 26,5 bilhões – Site do MAPA. 29/10/2012

As contratações do crédito rural para a agricultura empresarial somaram R\$ 26,5 bilhões nos meses de julho a setembro deste ano. Os números mostram que os financiamentos do Plano Agrícola e Pecuário 2012/2013 superaram em 14,7% o volume contratado em igual período no ano passado, que foi de R\$ 23,1 bilhões. Os dados foram divulgados pelo Departamento de Economia Agrícola do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), nesta segunda-feira, dia 29 de outubro. O desembolso representa 23% do montante de R\$ 115,2 bilhões programados para o ano-safra 2012/2013.

As contratações no âmbito do Programa ABC, que estimula boas práticas agrícolas, foram destaque no período, com a liberação de R\$ 600,6 milhões. O montante representa 17,7% dos R\$ 3,4 bilhões autorizados ao programa para 2012/13. Chamou atenção ainda os financiamentos de custeio concedidos por meio do Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp) que totalizaram R\$ 2,2 bilhões, o que representa 40% a mais do volume aplicado em igual período do ano passado. Mais R\$ 417,7 milhões foram aplicados em operações de investimento nesse Programa, de um total de R\$ 4 bilhões disponibilizados, com juros de 5% ao ano.

Outros destaques entre os financiamentos de investimento foram as contratações registradas através do Moderagro (R\$ 111 milhões) e do Moderinfra (R\$ 58,8 milhões), ambos com juro de 5,5% ao ano. O Programa de Sustentação do Investimento (PSI-BK) contabilizou R\$ 1,8 bilhão para a aquisição de máquinas agrícolas, equipamentos de irrigação e estruturas de armazenagem. Destaca-se que o Governo estabeleceu juros de 2,5% ao ano para as contratações no período de setembro a dezembro, no âmbito desse programa.

As medidas aprovadas pelo Governo Federal, sobretudo a ampliação de recursos e a redução dos juros das linhas de crédito disponíveis para financiar a agricultura, além das melhorias nas condições de financiamento ao médio produtor rural, são determinantes para a ampliação da demanda por crédito rural. A avaliação das contratações do crédito agrícola, atualizada mensalmente, é realizada pelo Grupo de Acompanhamento do Crédito Rural, coordenado pela Secretaria de Política Agrícola do Mapa.

**Ministério lança Núcleo de Inteligência Territorial nesta terça – Site do MAPA.
29/10/2012**

Durante o evento, será apresentado ainda um sistema de monitoramento por satélite da agricultura brasileira

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) e a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE) lançam nesta terça-feira, 30 de outubro, às 9h30, o Núcleo de Inteligência Territorial (NIT). O evento acontece no auditório maior do Mapa.

O NIT permitirá uma abordagem regionalizada da produção brasileira por meio da aplicação de inteligência geográfica às políticas agrícolas, usando como base dados captados até mesmo em tempo real. Também acompanhará ações de desmatamento, além da dinâmica do avanço da atividade agrícola no território nacional.

Essas informações serão disponibilizadas a partir do Sistema de Observação e Monitoramento da Agricultura (SomaBrasil), ferramenta que será apresentada durante o evento e pela qual será possível inspecionar as atividades agropecuárias pela internet com dados fornecidas por satélite.

Pelé entra em campo como astro da Campanha Time Agro Brasil da CNA – Site da CNA. 30/10/2012

A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), chamou Edson Arantes do Nascimento – o rei Pelé – para entrar em campo em defesa da qualidade e da sustentabilidade da agropecuária brasileira. O Projeto Time Agro Brasil se estenderá até a Copa do Mundo de 2014, incluindo campanhas promocionais para fortalecer e estimular a confiança dos brasileiros nos alimentos produzidos no País, além de uma série de iniciativas para disseminação de informações sobre novas tecnologias de produção e gestão para os produtores rurais, especialmente os pequenos.

Pelé participa dos vídeos e de uma série de eventos até o final da campanha, em junho de 2014. No filme de lançamento, faz uma associação entre as suas vitórias nos campos de futebol e as vitórias do Brasil no campo da agricultura. Afirma que, hoje, o Brasil produz “comida boa, saudável e barata”, fazendo “sucesso lá fora e aqui dentro também”. O primeiro filme da campanha já está sendo veiculado na televisão.

Segundo a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu, o produtor rural brasileiro será sensibilizado para uma série de temas e conteúdos, tais como técnicas de agricultura de baixo carbono, irrigação sustentável e qualidade do leite. Segundo ela, a participação do Pelé reforça a ideia de um setor vitorioso, que “joga como um time”. “Temos mais de cinco milhões de craques, que são nossos produtores rurais, que vão jogar junto com a pesquisa, a tecnologia, as políticas para o campo. Em agricultura, estamos na primeira divisão mundial e devemos ser um time bem preparado”, afirma a senadora.

A pequena produção rural no Brasil é composta por cerca de 4,1 milhões de produtores. O projeto dá atenção especial à informação sobre qualidade e produtividade, por intermédio de informativos, cartilhas, cursos de capacitação, eventos e seminários: “O Brasil, que é cinco vezes campeão do mundo no futebol, será campeão mundial na agricultura com essa campanha estrelada por Pelé”, garante Luiz Eduardo Barreto, diretor presidente do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE).

O projeto Time Agro Brasil destaca que a produção agropecuária brasileira é feita com preservação ambiental. “Vamos mostrar ao consumidor brasileiro a pujança do setor agropecuário, que utiliza apenas 27,7% do território para produzir, permitindo que o País mantenha intocados 61% do seu território, que continua coberto por vegetação nativa”, afirma a presidente da CNA. A campanha iniciou no último dia 28 de outubro e se estenderá até junho de 2014.

Acesse o site do Time Agro Brasil: <http://www.timeagrobrasil.com.br/>

Reunião do Condráf debate políticas públicas para povos e comunidades tradicionais – Site do MDA. 30/10/2012

O Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável (Condráf), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), promoveu nesta terça-feira (30) a 5ª Reunião do Comitê Permanente de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. A pauta do encontro abordou o mapeamento social dos povos faxinalenses do estado do Paraná, o Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento Ilegal em Assentamentos da Amazônia e o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade (PNPPS).

Para a agricultora familiar da comunidade quilombola de Ouro Verde (MG), no Território da Cidadania Vale do Mucuri, Maria Alves de Souza, 29 anos, as reuniões do comitê fortalecem as políticas públicas destinadas aos povos e comunidades tradicionais de todo o País. “O comitê abriu espaço para trazermos a vivência dos nossos povos. Isso é bom porque a gente se apropria também da realidade dos nossos companheiros em outras comunidades, o que nos dá condição de articulação para intervir e tratar das dificuldades políticas de uma maneira geral”, afirma Maria Souza, que também é coordenadora da Comissão Estadual de Jovens Trabalhadores Rurais em Minas Gerais.

Além da participação de representantes de comunidade quilombolas, a reunião contou com a presença de integrantes das comunidades faxinalenses e das extrativistas marinho, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra/MDA), da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (CMBio).

Seminários

“As reuniões propiciam um espaço sempre esperado pelos segmentos da área e os órgãos governamentais que tratam dessa temática. Por isso, o MDA tem intensificado ações voltadas para os segmentos dessa área, tendo realizado em março os primeiros seminários nacionais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) para indígenas, quilombolas e extrativistas”, explica o coordenador-geral de Políticas para Povos e Comunidades Tradicionais do MDA, Edmilton Cerqueira. Segundo ele, o ministério

garantiu, também pela primeira vez, um espaço específico para povos e comunidades tradicionais no Brasil Rural Contemporâneo, em novembro, no Rio de Janeiro.

Encontro reforça parceria entre governo e Igreja no combate à extrema pobreza – Site do MDS. 30/10/2012

Ministra Tereza Campello apresentou ao conselho permanente da CNBB os avanços obtidos com as políticas sociais

Brasília, 30 – A ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, considera que o diálogo entre o governo federal e a Igreja Católica avançou ainda mais. Ela se reuniu nesta terça-feira (30) com o conselho permanente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em Brasília, para apresentar os avanços conquistados com o Plano Brasil Sem Miséria. Ela foi recebida pelo presidente da entidade, Dom Raymundo Damasceno.

Tereza Campello explicou que a orientação da presidenta Dilma Rousseff é “antecipar e acelerar a redução das desigualdades sociais” e ressaltou que a pobreza extrema vem diminuindo desde 2003 e que a meta prevista para 2015 foi alcançada ainda em 2006.

De acordo com a ministra, o governo está empenhado em reduzir as desigualdades com foco na população extremamente pobre, mais difícil de ser alcançada por não ter acesso aos serviços e benefícios. E lembrou que, embora muitas dessas pessoas estejam nos rincões mais distantes do país, o problema também está presente nos centros urbanos.

“Não basta ser mais do mesmo para chegar aos extremamente pobres. Temos que fazer uma força-tarefa, pois o Estado tem que se voltar para quem mais precisa”, concluiu.

O conselho permanente da CNBB se reúne três vezes ao ano com o objetivo de orientar as diretrizes da ação evangelizadora da Igreja no Brasil. É a segunda maior instância após a assembleia geral da conferência. Durante a apresentação, a ministra destacou o papel da Igreja Católica na área social e a parceria com o governo federal no combate à extrema pobreza.

Agronegócio representa cerca de 4% do PIB do RJ – Site da CNA. 31/10/2012

A participação do agronegócio no Estado do Rio de Janeiro é de cerca de 4,0%. É o que demonstra a pesquisa encomendada pela Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Estado do Rio de Janeiro (Faerj) e conduzida pelo CEPEA/USP apresentada na última quarta-feira no Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado, na Assembleia Legislativa - Alerj.

Para o levantamento dos dados, o CEPEA utilizou uma metodologia diferenciada das outras pesquisas que vinham realizando o levantamento do PIB, levando em consideração não só as atividades “dentro da porteira”. Foram contabilizados os números de origem primária, como também os outros gerados ao longo dos segmentos do agronegócio como: insumos, agroindústria e distribuição dos alimentos.

O Produto Interno Bruto do agronegócio atingiu o valor de R\$ 12,15 bilhões com base nos dados de 2008. Além da maior participação do setor, a pesquisa traz uma série de revelações sobre a agropecuária do estado. Por exemplo, revela que essas atividades tem peso diferenciado, sendo fundamentais em municípios dependentes do setor, em que se prestam diversos serviços à cadeia produtiva da agricultura, pecuária, pesca e matérias-primas. A possibilidade de uma leitura segmentada da agricultura e pecuária também se apresenta como uma conquista da pesquisa.

O PIB do agronegócio agrícola atingiu o faturamento de R\$10,2 bilhões. Este valor se apresenta tão robusto em função do processamento e da distribuição de uma enorme variedade de produtos, que industrializados agregam valor até o consumo final. A pecuária representa um faturamento de R\$ 1,9 bilhão, demonstrando maior homogeneidade ao longo de todo o processo, desde a produção até a distribuição. Apesar do contraste entre os segmentos, se constata que o setor primário agrícola detém uma produção de R\$952 milhões, enquanto a pecuária movimenta R\$736 milhões.

14% do PIB Fluminense está concentrado na atividade primária, 2% nos insumos, 46% na agroindústria e 38% na distribuição. No setor primário agrícola o valor da produção foi de 1,8 bilhão, predominando as atividades de olericultura, com 51%, fruticultura com 17%, cana-de-açúcar com 15% e floricultura com 11%. Na pecuária, o valor da produção do setor primário foi de R\$ 1,2 bilhão com destaque para a bovinocultura de corte com 30%, leite com 25% e pesca com 22%.

Com a crescente demanda do mercado consumidor do Rio de Janeiro, o 2º maior do país, verificou-se que alguns produtos são importados de outros estados para atender o consumo e processados aqui. Como é o caso do trigo, do milho, da soja e do algodão. No entanto, há produtos que atendem 100% as indústrias fluminenses como é o caso das aves, bovinos vivos e a cana-de-açúcar.

Segundo Rodolfo Tavares, Presidente da Faerj, conhecer os valores da produção e a expressão econômica das atividades de toda a cadeia do agronegócio é uma informação preciosa para que todos os atores do setor possam articular junto aos poderes públicos e agentes econômicos as melhores condições de fomento à produção.

“Sem dúvida, o valor da pesquisa não está somente nos dados que revela, mas nos instrumentos que se criam para melhorar e compreender as transformações pelas quais atravessam o mercado e a sociedade. Além de podermos observar uma radiografia do setor, conhecendo suas nuances, é possível que eficientes estratégias possam ser traçadas, tanto pelo setor público como privado, objetivando o desenvolvimento socioeconômico da agropecuária no Estado do Rio de Janeiro”.

O CEPEA, após o levantamento dos dados de 2008, fará um acompanhamento sistemático da evolução do agronegócio fluminense.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrigo,
Georges Flexor, Jorge Romano, Lauro Mattei,
Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal,
Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Karina Kato,
Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria



Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa